



Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**RAQUEL OLIVEIRA SILVA**

**O PCB e Comitês Populares Democráticos em  
Salvador  
(1945-1947)**

Salvador  
2012

RAQUEL OLIVEIRA SILVA

**O PCB e Comitês Populares Democráticos em  
Salvador  
(1945-1947)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social.  
Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

**Salvador  
2012**

---

S586 Silva, Raquel Oliveira  
O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947) /  
Raquel Oliveira Silva. – Salvador, 2012.  
134 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Política - Salvador (BA). 2. Partido Comunista do Brasil - História.  
3. Comunismo - Salvador (BA). I. Ferreira, Muniz Gonçalves. II. Universidade  
Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 324.281075


---

RAQUEL OLIVEIRA SILVA

**O PCB e Comitês Populares Democráticos em  
Salvador  
(1945-1947)**

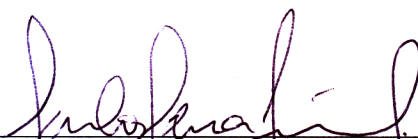
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Federal da Bahia como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em História Social.  
Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

Salvador, 26 de julho de 2012.



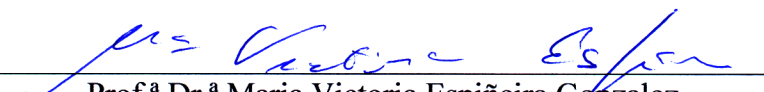
---

Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira  
(PPGH - UFBA)  
Orientador



---

Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueiroa de Sena Júnior  
(PPGH - UFBA)



---

Prof.ª Dr.ª Maria Victoria Espiñeira Gonzalez  
(PPGCS - UFBA)

## AGRADECIMENTOS

Quero registrar minha gratidão àqueles que foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, por ter dado crédito ao potencial desta pesquisa.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Muniz Ferreira, que, com dedicação, gentileza e amizade, me ajudou a conferir forma e conteúdo a este trabalho. Sou grata pelas opiniões, pelas conversas e por todo o apoio que me concedeu ao longo destes dois anos e meio.

Aos Professores Dr<sup>os</sup> Carlos Zacarias de Sena Júnior e Maria Victória Espiñeira Gonzalez, pelas valiosas críticas e sugestões apresentadas ao meu capítulo quando este foi submetido ao exame de qualificação, e pela participação na banca examinadora na defesa desta dissertação.

Aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, pelo auxílio na disponibilização das fontes.

A Luiz Contreiras de Almeida, que gentilmente me concedeu um depoimento sobre a sua experiência de vida nos Comitês Populares Democráticos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, por ter concedido a bolsa que, por dois anos, foi fundamental para a minha subsistência, dando-me condições para me dedicar integralmente ao desenvolvimento deste trabalho.

A Rafael Medeiros, meu companheiro de vida e de ideal.

A Luiz Carlos Prestes, Carlos Marighella, Giocondo Dias, Ana Montenegro e aos milhares de anônimos que, em meio a todas as dificuldades, ajudaram a manter vivo o PCB, de modo que hoje eu posso contar uma parte da sua história.

## **RESUMO**

O objetivo dessa pesquisa é investigar a atuação dos Comitês Populares Democráticos dos bairros de Salvador, enquanto componentes da política de massas do PCB (Partido Comunista do Brasil), de 1945 a 1947, procurando analisar o desenvolvimento dos mesmos na capital baiana, em meio a um contexto de pós-guerra e de redemocratização. Foi realizada uma comparação dos programas dos Comitês Populares Democráticos dos bairros de Salvador, no intuito de verificar o nível de autonomia entre esses núcleos, variação nas reivindicações entre os organismos e o grau de independência partidária e ideológica, pretendida pelos comunistas. Também se conferiu a maneira pela qual os comunistas procuraram organizar a população dos bairros soteropolitanos, nos Comitês Populares Democráticos, em defesa das necessidades imediatas da população nos locais de moradia. E, finalmente, foram abordadas as campanhas financeiras empreendidas pelos Comitês e o modo pelo qual esses organismos se situaram dentro da linha política de “ordem e tranquilidade”, adotada pelo PCB.

Palavras-chave: Comunismo, Salvador, Política de massas.

## **ABSTRACT**

This research aimed to investigate the performance of the Popular Democratic Committees of the districts of Salvador, as components of the PCB (Brazilian Communist Party) actions among the masses during the years 1945-1947, searching to analyze their development in the capital of the state of Bahia, amid a context of post-war and democratization. A comparison of the programs of the Popular Democratic Committees of the districts of Salvador was made, in order to evaluate the level of autonomy between these nuclei, variation in claims between organisms and the degree of political and ideological independence, sought by the Communists. Attention was also paid to the way by which the communists attempted to organize the population of the districts of Salvador into the Popular Democratic Committees to fight for the immediate needs of the population in its places of residence. Finally, we have discussed the financial campaigns undertaken by the Committees and the way by which these

organisms were included within the policy line of "order and tranquility," adopted the PCB in those years.

Key words: Communism, City of Salvador, masses politics.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>6</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>1. O PCB e a criação e implantação dos Comitês Populares Democráticos..</b>	<b>17</b>
1.1 Da ANL à União Nacional.....	17
1.2 A luta pela democracia.....	31
1.3 “Como formar um comitê?”.....	39
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2. Comitês Populares Democráticos e o contexto político no imediato pós-guerra (1945-1947) .....</b>	<b>47</b>
2.1 <i>O Momento</i> e a divulgação dos Comitês Populares.....	47
2.2 Os Comitês Populares Democráticos em Salvador.....	51
2.3 Composição social dos Comitês Populares Democráticos.....	59
2.4 Os Comitês Populares e a organização da juventude.....	63
2.5 Os Comitês Populares e a participação feminina.....	65
2.6 Comitês Populares e as eleições.....	69
2.7 Comitês Populares e a polícia.....	85
2.8 Cassação do PCB e o destino dos Comitês Populares em Salvador.....	88



**CAPÍTULO 3**

<b>3. O PCB e as massas: a interação entre os comunistas e a população dos bairros em Salvador.....</b>	<b>90</b>
3.1 Comitês Populares e a questão da moradia.....	91
3.2 Comitês Populares e a carestia de vida.....	105
3.3 Comitês Populares e as campanhas financeiras.....	111
3.4 Entre a organização popular e a “ordem e tranquilidade”.....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>124</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>127</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>132</b>

*O PCB não se tornou o maior Partido do Ocidente  
Nem mesmo do Brasil.  
Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis  
Tem que falar dele.  
Ou estará mentindo*

*(Ferreira Gullar)*

## INTRODUÇÃO

Implantados num contexto de redemocratização, após o fim da ditadura do Estado Novo, e com a legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>1</sup> passados vinte e três anos de clandestinidade, os Comitês Populares Democráticos tinham como objetivo a ligação das massas com os comunistas, por meio da luta por reivindicações imediatas de interesse de melhoria de vida nos bairros e grupos envolvidos. De acordo com Sônia Serra, os Comitês aliavam a participação popular ao movimento reivindicatório, em mobilizações “como a luta pela convocação imediata da Constituinte, as manifestações antifascistas e anti-integralistas e especialmente o trabalho de alistamento e esclarecimento eleitoral”<sup>2</sup>. Também chamados de Comissões Populares Democráticas, esses organismos visavam, na linha de ação do PCB, a organização da sociedade civil nos moldes democráticos, além da ampliação das bases do Partido, “incorporando às suas fileiras um número cada vez maior de filiados, através de um programa de apoio às reivindicações populares, fora de organismos formais, como o sindicato”.<sup>3</sup> Esperava-se que em cada bairro se formasse um núcleo que reivindicasse as necessidades mais urgentes da população local. Havia Comitês espalhados por todo o Brasil, inclusive na Bahia, abrangendo a capital e os municípios do interior.

O objetivo geral desta pesquisa é examinar a atuação dos Comitês Populares Democráticos dos bairros de Salvador, enquanto componentes da política de massas do PCB, nos anos de 1945 a 1947, procurando analisar o desenvolvimento dos mesmos na capital baiana. Entende-se aqui como política de massas a tática do Partido a fim de estreitar relações com as camadas populares, neste caso específico, para além dos espaços de trabalho. Nesse sentido, o interesse deste estudo é abordar a atuação dos militantes comunistas, que intencionavam mostrar-se como os defensores mais eficazes das demandas da população nos locais de moradia. Entretanto, como lembra Maria Victoria Espiñeira, não se deve atribuir a responsabilidade pela coordenação dos

---

<sup>1</sup> O Partido Comunista a que se refere este trabalho denominava-se, durante a década de 1940, Partido Comunista do Brasil (PCB). Mais tarde, passaria a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Na década de 1960, o partido sofre uma divisão e surge então a agremiação de linha maoísta, com o título de Partido Comunista do Brasil e a sigla PC do B. SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980, p.17.

<sup>2</sup> SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1987, p.114.

<sup>3</sup> VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia (1942-1947)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1986, p.83.

movimentos de bairro unicamente ao PCB. A Segunda Guerra Mundial conferia ao Partido o respaldo político-social de que precisava para atuar, uma vez que a derrota do nazifascismo, no plano mundial, e o fim da clandestinidade pesavam a favor; contudo, não se pode negar a crise habitacional e as insatisfações presentes na classe operária como fatores decisivos. Coube ao PCB assumir a condução do processo, retirando organizações do isolamento, permitindo sua articulação e elevando a finalidade das reivindicações fundadas unicamente em problemas de bairro a questões mais gerais.<sup>4</sup> Assim, o enfoque privilegiado por este estudo é a investigação dessa experiência do PCB, através dos Comitês Populares Democráticos, junto à população nos locais de moradia.

No que concerne ao contexto e área geográfica delimitados para este trabalho, Salvador no imediato pós-Estado Novo foi considerada o recorte ideal para o desenvolvimento desta pesquisa. O espaço temporal se explica pelo fato de que foi esse o período em que os Comitês Populares Democráticos foram fundados e postos em atividade. Já o critério utilizado na escolha do recorte geográfico foi a disponibilidade de fontes. Diferentemente dos municípios do interior, Salvador não teve apenas um, mas vários Comitês Democráticos espalhados por seu território. Com o suporte teórico oferecido pela bibliografia consultada, pretende-se, dessa forma, realizar uma contribuição à história das esquerdas na Bahia.

A respeito dos estudos relacionados às esquerdas, e os movimentos sociais influenciados pela ação destas, é possível constatar que prosseguem em seu desenvolvimento. De acordo com Muniz Ferreira, um fator condicionante de boa parte dos estudos sobre a história das esquerdas é a influência que as sucessivas conjunturas políticas têm exercido nessa produção<sup>5</sup>. Como ponto de partida, foram realizados os primeiros estudos acadêmicos sobre os anarquistas e os comunistas na sociedade e na política brasileiras da Primeira República, a partir dos trabalhos empreendidos por brasilianistas norte-americanos como John Foster Dulles e Ronald Chilcote no início dos anos 1970, “estudos estes diretamente influenciados pelo interesse do governo e de certas fundações latino-americanas e brasileiras em consequência do impacto provocado pela revolução cubana”<sup>6</sup>. No início dos anos 1980, a retomada dos movimentos

---

<sup>4</sup> ESPÍNEIRA GONZALEZ, Maria Victoria. *O Partido, o Estado e a Igreja nas Associações de Bairros de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 1997, p.33.

<sup>5</sup> FERREIRA, Muniz. “A história política da esquerda baiana: uma história em construção”. [http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo\\_05.pdf](http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo_05.pdf). Acessado em 23 de maio de 2009.

<sup>6</sup> Id. Ibid., pp. 165-6.

grevistas, protagonizados pelo operariado brasileiro no contexto do isolamento político e enfraquecimento relativo do regime militar, estimulou estudos sobre as origens da classe operária e do movimento sindical em nosso país.

A observação do caso baiano pode fornecer alguns exemplos. Defendida em 1986, a dissertação de Petilda Serva Vazquez aborda a transição política dos anos situados entre a crise do Estado Novo e a institucionalização da ordem liberal fundada pela Constituição de 1946.<sup>7</sup> O fio condutor de sua análise é o confronto entre os comunistas e os setores liberal-conservadores. Dessa forma, a autora estabeleceu correlações entre o sentido literal das formulações programáticas dos comunistas e a atividade prática de seus militantes nas frentes de massa, como o movimento sindical e os Comitês Populares Democráticos.

Maria Victoria Espiñeira Gonzalez também estudou a atuação dos comunistas junto aos movimentos associativos urbanos, em sua dissertação de mestrado, defendida em 1991 e publicada em 1997. Nesse trabalho, a autora enfoca a ação dos comunistas em duas diferentes conjunturas de transição, o PCB da década de 1940 e o PC do B nos anos 1980, oferecendo elementos para uma análise comparativa do desempenho de ambos os partidos junto às classes populares de Salvador em duas épocas históricas distintas. Para Espiñeira, os Comitês Populares Democráticos podem ser interpretados como um desdobramento político das agremiações ou associações recreativas já existentes, “e em realidade eram células do Partido atuando nos bairros em apoio às organizações locais”<sup>8</sup>. Como o estudo de Espiñeira possui um caráter comparativo entre dois partidos e conjunturas diferentes, está proposta neste trabalho uma análise mais aprofundada dos Comitês Populares Democráticos, levantando questões não abordadas por esta autora e por Petilda Vazquez em suas respectivas dissertações, até porque essas pesquisas tinham objetos e objetivos divergentes dos pretendidos aqui.

Carlos Zacarias de Sena Júnior é um estudioso que, recentemente, dedicou-se a recuperar o PCB como objeto de pesquisa. Em sua tese de doutorado, defendida em 2007 e publicada em 2009, Sena Júnior pretende analisar a trajetória do Partido Comunista do Brasil, entre os anos de 1936 e 1948, tendo como foco a linha política de União Nacional e a tática de revolução democrático-burguesa e de libertação nacional defendida pelos comunistas na conjuntura da luta antifascista e da Segunda Guerra

---

<sup>7</sup> VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia (1942-1947)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1986.

<sup>8</sup> ESPIÑEIRA GONZALEZ, Maria Victoria, op.cit., p. 28.

Mundial.<sup>9</sup> No que se refere aos Comitês Populares Democráticos, o autor considera que esses organismos foram criados para que os comunistas modificassem sua imagem de sujeito político unicamente da classe operária; agora pretendiam sê-lo de todo o povo. Os comunistas haviam, assim, voltado seu olhar e uma parte dos seus esforços para a construção de um trabalho político diante dos setores populares da sociedade brasileira. Para Sena Júnior, dessa maneira o PCB se propunha a desbravar um terreno relativamente novo em sua trajetória política, apesar de que, previamente ao partido, houvesse outros sujeitos políticos atuando junto à população dos bairros, como a Igreja, o associativismo popular, entre outros.

Como fonte principal, foi utilizado o jornal *O Momento*, publicação que circulou de 1945 a 1957, e que evidenciava a sua vinculação política e ideológica ao PCB, embora, a princípio, não fosse um órgão oficial do partido.<sup>10</sup> Defendia os seus princípios e interesses e não raramente desempenhava as funções de um órgão partidário, quando veiculava as suas mensagens, até mesmo internas, como convocação de reunião de células ou informava o desempenho dos organismos do partido, inclusive os Comitês Populares Democráticos. *O Momento* constitui um rico documento sobre os Comitês, pois contém notícias sobre as atividades desses organismos (a publicação chegou a ter, em seu primeiro ano, uma coluna dedicada a relatar a atuação dos Comitês), bem como alguns de seus programas, manifestos e proclamações, além de listas com os nomes e profissões dos membros das comissões provisórias de vários dos Comitês Populares Democráticos.

A utilização de jornais como fonte histórica, até a década de 1970, ainda era encarada com desconfiança.<sup>11</sup> Os periódicos pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que continham registros fragmentados do presente, realizados sob interesses, compromissos e paixões. Entretanto, nada do que se pode ser usado como fonte histórica está isento dessas limitações, uma vez que os indivíduos do passado que se quer estudar, na maioria das vezes, não deixaram vestígios conscientemente no intuito de alguém, no futuro, utilizá-los como documentos para a pesquisa histórica. Cabe a cada historiador procurar e cruzar as informações trazidas

---

<sup>9</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueiroa de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-48)*. São Paulo: Annablume, 2009.

<sup>10</sup> Sobre a história desse periódico, ver a dissertação de SERRA, Sonia, op.cit.

<sup>11</sup> LUCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

pelo que não foi consumido pelo tempo, num engenhoso trabalho de investigação, a fim de desenvolver o seu estudo.

Nas décadas finais do século XX, houve um alargamento do campo de preocupação dos historiadores, acarretando uma renovação temática e uma alteração na própria concepção de documento e sua crítica, o que viabilizou o emprego dos jornais como fontes históricas. Para tanto, o historiador precisa estar atento a certas particularidades do uso dos documentos impressos, como a constante preocupação com a função social dos periódicos analisados. A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se escolheu para chegar ao público, de modo que se faz necessário diferenciar o acontecimento da narração desse mesmo acontecimento. É preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa, bem como o grau de destaque que se dá a determinada notícia. No caso de *O Momento*, trata-se de um jornal vinculado ao PCB, o que requer um cuidado com possíveis induções, pois os fatos contidos nos periódicos não estão neles presentes gratuitamente, mas atendendo a um dado objetivo. Dessa forma, no decorrer da pesquisa, a lógica da militância foi ao máximo evitada no manuseio das fontes.

Entre as outras fontes impressas que contribuíram para a realização desta pesquisa, está o jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do Partido editado no Rio de Janeiro, à época a capital federal do Brasil. Esse órgão de comunicação contém notícias sobre os Comitês Populares de Salvador, resoluções do Comitê Estadual do PCB na Bahia e recomendações do Comitê Nacional quanto às atividades dos comunistas junto às massas. Também contribuiu para a realização desta pesquisa a revista *Seiva*, por meio da qual o PCB, durante o Estado Novo, manteve um intercâmbio legal com a intelectualidade brasileira e propagou sua orientação e linha política. Além disso, foram utilizados como fontes jornais da grande imprensa, a saber: *A Tarde*, *O Imparcial*, *Diário da Bahia*, *Estado da Bahia* e o *Diário do Congresso*, este último um anexo do Diário Oficial da União, por meio do qual é possível acompanhar os discursos do deputado comunista Carlos Marighella. Apesar de viver no Rio de Janeiro, o baiano Marighella fazia constantes sabatinas nos bairros de Salvador e levava para o Congresso Nacional as reivindicações da população, levantadas pelos Comitês Democráticos Populares. Dispôs-se ainda dos discursos do secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, em que os Comitês Populares Democráticos são mencionados. São eles: *Os comunistas na luta pela democracia* e *O PCB na luta pela paz e pela democracia*.

Também deram suporte para esta pesquisa levantamentos policiais recolhidos no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, em que aparecem listados os nomes de líderes de vários dos Comitês Populares de Salvador, alguns desses membros identificados como comunistas. Foi disponível ainda o depoimento oral de Luiz Contreiras, militante comunista baiano na década de 1940. Por fim, graças à iniciativa de Edgar Carone com sua coleção *O PCB*, estão reunidos diversos documentos produzidos pelo Partido, inclusive alguns referentes à criação e desenvolvimento dos organismos os quais foram estudados nesta pesquisa.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, pretendeu-se analisar a criação e implantação dos Comitês Populares Democráticos quando da legalização do PCB na década de 1940, em meio a um contexto de pós-guerra e de redemocratização. No segundo capítulo, a intenção foi realizar uma comparação entre os programas dos Comitês Populares Democráticos dos bairros de Salvador, no intuito de verificar o nível de autonomia entre esses núcleos, variação nas reivindicações de organismo para organismo e o grau de independência partidária e ideológica, pretendida pelos comunistas. Além disso, foi verificada a maneira pela qual foram realizadas, pelos comunistas, as campanhas de alistamento eleitoral, pró-Constituinte e manifestações antifascistas e anti-integralistas, nos Comitês Populares Democráticos. Finalmente, no terceiro e último capítulo, objetivou-se conferir o modo pelo qual os comunistas procuraram organizar a população dos bairros soteropolitanos, nos Comitês Populares Democráticos, em defesa das necessidades imediatas das massas em seus locais de moradia. Para tanto, foi realizado um levantamento das reivindicações mais frequentes feitas através dos Comitês, buscando descobrir quais eram as demandas de maior recorrência da população da capital baiana no período. Também foram abordadas neste capítulo as campanhas financeiras empreendidas pelos Comitês Populares e a forma pela qual esses organismos se situaram dentro da linha política de “ordem e tranquilidade”, adotada pelo PCB.



## **CAPÍTULO 1 – O PCB e a criação e implantação dos Comitês Populares Democráticos**

Este capítulo se propõe a observar a criação e implantação dos Comitês Populares Democráticos quando da legalização do Partido Comunista na década de 1940, em meio a um contexto de pós-guerra e de redemocratização. Assim, faz-se necessário realizar um recuo aos acontecimentos, durante os anos 1930, que influenciaram a tática do Partido nos seus anos de legalidade, após a ditadura estadonovista, para que seja possível compreender as motivações dos comunistas em utilizarem os Comitês Populares como núcleos de organização popular e de combate à rearticulação do integralismo.

### **1.1 Da ANL à União Nacional**

A segunda metade da década de 1930 foram anos difíceis para o PCB. Depois da derrota da tentativa de insurreição a partir da mobilização dos núcleos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em diversas partes do país, restou muito pouco da organização partidária, embora os comunistas continuassem a atuar<sup>12</sup>.

Segundo Jacira Primo, a ANL se formou nos meses finais de 1934, apresentando-se como uma frente política que empunhava os slogans do antifascismo, anti-imperialismo e antilatifúndio e que prometia lutar contra o avanço da direita, enquanto se batia também por reformas sociais. A nova entidade era resultado da confluência tanto de parte de diversos setores descontentes com os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, quanto de setores antifascistas da sociedade<sup>13</sup>. De acordo com Marly Vianna, a maioria do bloco que fundou a ANL não questionava o regime político de Vargas, desejando apenas regenerá-lo<sup>14</sup>. Integravam essa frente democrática os tenentes desencantados com os rumos da revolução, que depois se uniram aos comunistas, não por aceitá-los como partido, mas por fidelidade à liderança de Luiz Carlos Prestes.

---

<sup>12</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.29.

<sup>13</sup> PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos: a Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira (1934-1937)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2006, p.1.

<sup>14</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.26.

Embora seja impossível atribuir exclusivamente ao PCB a iniciativa da criação da ANL, foram os comunistas um dos grandes animadores da frente<sup>15</sup>. Componente importante desse bloco, os comunistas resistiram inicialmente a participar da ANL e só aderiram à Aliança com o firme propósito de transformá-la em instrumento para realizar “a primeira etapa da revolução socialista”. Dividiam com os tenentes a crença no dogma do caminho armado para a conquista do poder e a preferência por uma forma autoritária de governo, uma ditadura que entendiam democrática (das Forças Armadas, para os tenentes, do proletariado, para os comunistas)<sup>16</sup>. Entretanto, o PCB e a ANL eram organizações que funcionavam paralelamente, não havendo fusão entre elas, pois os grupos sociais começaram a ser envolvidos pelo PCB e ANL simultaneamente, sendo que muitos entraram na Aliança rejeitando o ingresso no Partido Comunista. De fato, a maioria dos aliancistas não era comunista e não teve nem antes nem após a Aliança maiores contatos com o PCB. Porém, “algumas pessoas fizeram esse percurso PCB-ANL, ANL-PCB como fios que se interligavam”<sup>17</sup>. Esse foi o caso de Luiz Carlos Prestes, que foi admitido no PCB em 1934, vindo a se tornar presidente de honra da ANL. Nas palavras do próprio Partido,

o Bureau Político, discutindo amplamente a Proposta da Internacional Comunista (IC) de Adesão de Prestes, de caudilho pequeno-burguês que era, passou a confiar nas forças do proletariado como única classe revolucionária e no seu partido, o PC<sup>18</sup>.

De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro, a entrada do líder tenentista no PCB visava angariar para a agremiação os apoios que Prestes tinha no tenentismo, apesar de, na prática, o movimento do “Cavaleiro da Esperança” em direção aos comunistas não provocar a transfusão desses apoios ao PCB<sup>19</sup>.

O programa aliancista, juntamente com o rol de exigências apresentadas, formulados por uma direção com líderes oriundos de classe média, revelava a atenção dada às greves dos trabalhadores, aos projetos dos partidos e organizações de esquerda,

---

<sup>15</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.272.

<sup>16</sup> VIANNA, Marly Almeida Gomes, op.cit., p.26.

<sup>17</sup> PRIMO, Jacira Cristina Santos, op.cit., p.54.

<sup>18</sup> “A ADESÃO de Luiz Carlos Prestes ao PCB”. Outubro de 1935. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes (org.). *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p.25.

<sup>19</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio, op.cit., p.272.

como também o inconformismo de vários “tenentes”.<sup>20</sup> Colocava cinco exigências básicas: 1) anulação de todos os débitos aos países imperialistas; 2) nacionalização das empresas estrangeiras; 3) liberdades públicas; 4) direito ao governo popular; 5) distribuição das propriedades feudais entre os camponeses e proteção ao pequeno e médio proprietário<sup>21</sup>. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, “esses pontos inspiravam-se em esquemas de interpretação da sociedade brasileira que se baseavam nas categorias postas em circulação pelos comunistas e pela IC [Internacional Comunista]”<sup>22</sup>. As requisições do programa da ANL apresentavam semelhanças com outros programas de frentes populares formadas, no mesmo período, na América Latina, principalmente o do Chile e o do Peru, favoráveis à justiça social e a reformas econômicas. No Brasil, os núcleos estaduais da Aliança apresentavam outras aspirações, de acordo com as necessidades mais relevantes de cada região. As células paulistas davam atenção especial às condições de trabalho; as células cariocas, às questões das liberdades civis. Já a célula baiana misturou problemáticas rurais (não-pagamento do forro de terras pelos rendeiros, posse imediata e sem ônus das terras da marinha e proibição de venda de mais de cem hectares de terras devolutas) e urbanas (baixa do preço da gasolina e querosene, diminuição do preço dos transportes, consumo de energia e telefone), atentando para as reivindicações da classe média, bem como dos trabalhadores (salário mínimo e regime de oito horas de trabalho para os trabalhadores de campo, unidade sindical e aumento salarial para os operários em geral), mulheres (salário igual para as mulheres) e estudantes (autonomia universitária)<sup>23</sup>.

A ANL inovou em termos de campanha política, promovendo manifestações, marchas, comícios, “tirando a política das conversas entre cavalheiros e levando-a para as ruas”<sup>24</sup>. Várias células foram criadas entre os estudantes que, com os trabalhadores, funcionários, profissionais liberais, os militares e os intelectuais constituíam o seu principal contingente. Diversos jornais e publicações divulgavam as ideias do movimento. A Aliança organizava-se formando núcleos por todo o país, incorporando personalidades que jamais apoiariam o socialismo, desenvolvendo atividades de propaganda em torno de seu programa mínimo e de oposição a Vargas e entusiasmando amplos setores da população. Assim como a Ação Integralista Brasileira (AIB), que lhe

---

<sup>20</sup> PRIMO, Jacira Cristina Santos, op.cit., p.1.

<sup>21</sup> PINHEIRO, Paulo Sergio, op.cit., p. 273.

<sup>22</sup> Id., Ibid., p.273.

<sup>23</sup> PRIMO, Jacira Cristina Santos, op.cit., pp.34-5.

<sup>24</sup> PINHEIRO, Paulo Sergio, op.cit., p.274.

fazia oposição, a ANL se destacou pela penetração em todo o país, pela empolgação de multidões e pelo conteúdo ideológico de suas campanhas, algo sem precedentes na história do Brasil. Nos meses de abril, maio e junho de 1935, ou se era aliancista ou se era integralista, e mesmo que isso não significasse efetiva adesão à Aliança ou à AIB, as simpatias nacionais estavam divididas e radicalizadas<sup>25</sup>.

A AIB era outro movimento político nacional de grande expressão e repercussão. Foi fundada em São Paulo, em outubro de 1932, após a Revolução Constitucionalista, pelo escritor e jornalista Plínio Salgado. Manifestando influências ideológicas conservadoras e fascistas, firmou-se em defesa da propriedade privada e da ordem social e política dominante, procurando explorar a crescente suspeita da classe média de que talvez os problemas econômicos e políticos do país só pudessem ser resolvidos com o recurso aos métodos extremistas da direita<sup>26</sup>. O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Embora afirmassem combater o grande capital financeiro e pretendesse estabelecer o controle do Estado sobre a economia, sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, tendo como lema a tríade “Deus, Pátria e Família”.<sup>27</sup>

Dentre os diversos projetos que, ao longo da década de 30, apareceram como alternativas ao governo Vargas, dois deles, um abraçado pela AIB e outro pela ANL, entraram frontalmente em choque, entre si e depois com o comando getulista. Ambas as forças constituíram a primeira polarização política de massas de nossa história, “num momento em que o Brasil deixava para trás o jogo fechado e elitista do liberalismo”<sup>28</sup>. Integralistas e comunistas se enfrentaram mortalmente ao longo dos anos 30, refletindo a oposição existente na Europa entre seus inspiradores: o fascismo de um lado e o comunismo soviético do outro<sup>29</sup>. A ampla inserção social que a AIB estava conseguindo foi fato significativo para que a esquerda, receosa, buscasse formar um discurso e ação conjunta, intencionando barrar a escalada da extrema direita que de início já demonstrava suas pretensões ao poder. Afinal, a AIB parecia contar com certa tolerância governamental, considerando a forma repressiva com que a frente política aliancista era tratada. Em um relatório de 1933, referente ao estado do Rio de Janeiro,

---

<sup>25</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35*, p.124.

<sup>26</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 41.

<sup>27</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001, p.353.

<sup>28</sup> PRIMO, Jacira Cristina Santos, op.cit., p.121.

<sup>29</sup> FAUSTO, Boris, op.cit., p.356.

citado por Jacira Primo, consta que das 65 reuniões socialistas que foram assistidas, apenas 1 marcha integralista foi presenciada pelos investigadores. Provavelmente isso contribuiu para que a oposição acusasse o governo Vargas de ter simpatias pelo integralismo. Em manifesto, a ANL chegou a afirmar que havia por parte do presidente “simpatia e solidariedade ao movimento integralista”, enquanto as atividades aliancistas eram sistematicamente reprimidas pela polícia. Tratamento amistoso “talvez justificado pelo papel que a AIB cumpria no combate ao liberalismo e ao comunismo, tornando-se uma importante aliada do governo”.<sup>30</sup> Fosse pela tolerância governamental, pelas marchas que realizavam ou pela doutrina, o certo é que a direita ganhava terreno rapidamente. Nas manifestações em praça pública os enfrentamentos entre integralistas e antifascistas começaram a causar tensão pela sua frequência. O episódio de maior notoriedade foi o da Praça da Sé, em São Paulo capital, em 7 de outubro de 1934, em que integralistas, correntes de esquerda e policiais trocaram tiros, com saldo de 4 mortos e 30 feridos<sup>31</sup>.

Em Salvador, a AIB se instalou em junho de 1933, expandindo-se com a visita de Plínio Salgado à Bahia. Em 1935, a ANL, que até o fim do mês de maio já havia implantado mais de 1600 sedes locais pelo Brasil, também se estabeleceu na capital baiana, porém foi denunciada pela AIB como “instrumento do Partido Comunista” e “braço armado de Moscou”<sup>32</sup>. Luís Henrique Dias Tavares relata que

no ato de sua instalação [da ANL] no Cinema Jandaia (3 de maio de 1935), dezenas de integralistas ocuparam as primeiras cadeiras da audiência e promoveram um estrondoso bater de pés. Vários grupos entraram em luta corporal. Daí em diante tornaram-se freqüentes na cidade do Salvador os conflitos de rua entre aliancistas e integralistas, como sucedia em todo o país.<sup>33</sup>

Em julho de 1935, no aniversário da primeira revolta tenentista no Forte de Copacabana (1922), foi publicado em jornais aliancistas um manifesto de Luiz Carlos Prestes. Em seu discurso, Prestes afirmava que o objetivo da Aliança era atingir a libertação nacional do Brasil, a sua unificação nacional e o seu progresso e o bem-estar e a liberdade de seu povo. Alegava que os trabalhadores de todo o Brasil demonstravam,

<sup>30</sup> PRIMO, Jacira Cristina Santos, op.cit., pp.25-6.

<sup>31</sup> Id., Ibid., p.26.

<sup>32</sup> SKIDMORE, Thomas, op.cit., p. 41.

<sup>33</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1987, p.401.

“através de lutas sucessivas, que já não podem mais suportar e nem querem mais se submeter ao governo em decomposição de Vargas e seus asseclas nos Estados”. O manifesto ainda acusava o governo Vargas de ter fracassado ante o que se prometera em 1930, afirmando que o Brasil estava dividido em zonas de influência entregues à dominação de um ou outro imperialismo. Apontava o imperialismo como culpado por estimular o regionalismo e arraigar interesses contraditórios das classes dominantes, os quais serviriam para “despedaçar o país e melhor dominá-lo”. Para acabar com esse regionalismo, segundo o manifesto, seria necessária a unificação nacional entre as grandes massas e parte da burguesia nacional “não vendida ao imperialismo”. Entretanto, ainda de acordo com o manifesto de Prestes, as classes dominantes marchavam para uma ditadura fascista, pois Vargas encontrava todo o apoio à fascistização de seu governo, ao mesmo tempo em que estimulava e auxiliava a organização de bandos integralistas. Conclamava todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e mesmo partidos políticos, quaisquer que fossem os seus programas, sob a única condição de que quisessem lutar contra a implantação do fascismo no Brasil, contra o imperialismo e o feudalismo, pelos direitos democráticos. O manifesto terminava com as seguintes palavras de ordem: “Abaixo o governo odioso de Vargas! Abaixo o fascismo! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!”<sup>34</sup>

Estranhando o tom revolucionário do texto, que só conheceram depois de publicado, alguns dirigentes nacionais e estaduais da ANL deixaram seus cargos<sup>35</sup>. Convocando a recém-criada Lei de Segurança Nacional, o governo federal fechou a ANL, proibindo-a em todo o país. Com o fechamento da Aliança, a organização esvaziou-se, só continuando nela os comunistas e os tenentistas que estavam dispostos a lutar até o fim por uma revolução nacional-libertadora, como vinham fazendo desde 1922<sup>36</sup>. A direção da ANL impetrou mandado de segurança contra o decreto de fechamento provisório da entidade, exigindo que fossem apresentadas provas das calúnias levantadas contra ela, mas o governo se recusou a entregar à Câmara os famosos “planos subversivos”, que comprovariam a ligação aliancista com Moscou<sup>37</sup>.

---

<sup>34</sup> “MANIFESTO DE Luís Carlos Prestes (5 de julho de 1935)”. In: CARONE, Edgard. *O PCB (1922 a 1943)*. São Paulo: DIFEL, 1982, vol.1.

<sup>35</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, op.cit, p.406.

<sup>36</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes, *Revolucionários de 35*, p.150.

<sup>37</sup> Id., Ibid., p.153.

Em novembro do mesmo ano, os militares revolucionários das guarnições nordestinas de Natal e Recife promoveram um levante, mas houve uma falta de coordenação com os conspiradores do sul<sup>38</sup>. Quando os militares comunistas rebeldes se movimentaram no Rio de Janeiro, os comandos locais tinham sido completamente alertados e a revolta foi facilmente esmagada pelas forças do governo. As insurreições não conseguiram levantar as populações urbanas ou provocar as greves operárias com que contavam os revoltosos. A repercussão do movimento foi nula<sup>39</sup>. Apesar do delirante entusiasmo popular pela ANL, demonstrado em inúmeras ocasiões, “as massas” assistiram passivas a seu fechamento. Nas palavras de Marly Vianna,

o distanciamento mesmo entre as palavras de ordem nacionalistas e democráticas da direção da aliança e a consciência operária era ainda muito grande. A ANL conseguira mobilizar o povo e colocara muita gente nas ruas, mas eram movimentos de protesto imediatistas, luta contra os odiados e provocadores bandos integralistas ou simples manifestações entusiásticas, onde o protesto veemente e a radicalização verbal não implicavam qualquer atitude conseqüente. A “vontade revolucionária das massas” não ultrapassava esse nível. Além do mais, a ANL entusiasmava principalmente as camadas médias urbanas, de fácil radicalização e freqüente inseqüência. A classe operária, evidentemente, simpatizava com a aliança e lastimou seu fechamento, mas foi apenas isso.<sup>40</sup>

Segundo Luís Henrique Dias Tavares, “as prisões se encheram em todos os estados com o uso sistemático de torturas e a orientação de agentes das polícias políticas da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Alemanha”<sup>41</sup>. Após as revoltas, Getúlio Vargas tratou de esmagar toda a atividade comunista e de garantir a continuidade de seu próprio governo<sup>42</sup>. Caçados implacavelmente como “inimigos perigosos” do Estado, os comunistas brasileiros e demais membros da ANL procuraram refugiar-se como podiam diante da polícia política de Vargas e Filinto Muller, dois representantes do Estado autoritário que, àquela altura, já vinha montando um poderoso aparato repressivo para

---

<sup>38</sup> SKIDMORE, Thomas, op.cit., p. 43.

<sup>39</sup> PINHEIRO, Paulo Sergio, op.cit., p.319.

<sup>40</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes, *Revolucionários de 35*, p.149.

<sup>41</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, op.cit., p.406.

<sup>42</sup> CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.83.

combater a atividade comunista no Brasil<sup>43</sup>. Conforme lembra Paulo Sergio Pinheiro, a repressão desencadeada sob o pretexto de reprimir o comunismo retoma as mesmas práticas da Primeira República e mais especificamente do governo Artur Bernardes em relação às populações pobres da cidade. Em um relatório encaminhado ao presidente Getúlio Vargas pelo chefe de polícia Filinto Muller, há ênfase sobre os crimes contra a propriedade, “já que a pregação maior (pelo menos na percepção das classes dominantes) dos comunistas seria a abolição da propriedade”.<sup>44</sup>

A Lei de Segurança Nacional enfraqueceu o regime liberal-democrático representativo definido na Constituição de 1934, servindo de base para o governo federal instalar no país as condições que levaram o Brasil para o regime autoritário do Estado Novo, dois anos depois. De acordo com Thomas Skidmore, desde a revolta aliancista de 1935, Vargas vinha pensando na possibilidade de um golpe, pois a facilidade com que o Congresso lhe dera poderes de emergência encorajava projetos de um regime autoritário que “eliminasse as divididas forças políticas e deixasse o presidente de mãos livres para levar a cabo a ‘reorganização’ do Brasil, da forma que lhe aprouvesse”.<sup>45</sup> Forjando um pretexto para justificar o golpe, em setembro de 1937, o Estado Maior do Exército apresentou uma falsificação grosseira conhecida como Plano Cohen, elaborada por integralistas, de um documento que se propunha a ser o plano de combate de uma revolução comunista. Aparentemente, o “plano” era uma fantasia a ser publicada em um boletim da Ação Integralista Brasileira, mostrando como seria uma insurreição comunista e como reagiriam os integralistas diante dela. A insurreição provocaria massacres, saques e depredações, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas etc.<sup>46</sup> O Congresso, então, concedeu a suspensão dos direitos constitucionais. A 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos parlamentares<sup>47</sup>. À noite, em sua transmissão radiofônica, Vargas declarou que, ao país, não restava alternativa a não ser instituir um regime forte, que incluía o fechamento do Congresso e a dissolução dos partidos<sup>48</sup>. Iniciava-se, dessa forma, a ditadura do Estado Novo.

Os comunistas e seus aliados aliancistas resistiram a aceitar a derrota dos levantes antifascistas de novembro de 1935. Tanto o PCB quanto a ANL sustentaram a

---

<sup>43</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op. cit., p.29.

<sup>44</sup> PINHEIRO, Paulo Sergio, op.cit., p.321.

<sup>45</sup> SKIDMORE, Thomas, op.cit., p.46.

<sup>46</sup> FAUSTO, Boris, op.cit., p.363.

<sup>47</sup> Id., Ibid., p. 364.

<sup>48</sup> SKIDMORE, Thomas, op.cit., p. 50.



orientação política insurrecional até então adotada: “a derrubada de Getúlio Vargas com a conquista de um Governo Nacional Popular Revolucionário (GNPR), com Prestes à frente”.<sup>49</sup> Assim, embora os comunistas viessem sofrendo uma feroz repressão desde a proibição da ANL, a direção do PCB se reorganizou em 1936, quando o Partido então inflexiona sua linha política, considerando necessária a aliança com os setores da “burguesia progressista”, também chamada burguesia nacional, mas sem abandonar a luta pela derrubada de Getúlio Vargas. De acordo com Sena Júnior,

esse pequeno ajuste tático estava adequado às decisões do VII Congresso do *Komintern*, de maneira que, com esse deslocamento, os comunistas procuravam acertar as contas com a tática aplicada nos primórdios da formação da ANL e, ao mesmo tempo, realizar uma inflexão na linha política que vinha sendo adotada desde que a Aliança Nacional Libertadora tinha sido posta na ilegalidade, em junho de 1935.<sup>50</sup>

O mesmo autor ainda acrescenta que

foi, principalmente em função da consolidação da ameaça nazi-fascista no mundo, a partir da ascensão de Hitler, na Alemanha, em 1933, o principal elemento que impulsionou o *Komintern* à adoção de uma mudança de rumo, aprovada, finalmente, em seu VII Congresso de 1935. Nestas circunstâncias, os comunistas entenderam as evidentes limitações da política de “classe-contra-classe”, optando por uma mudança substancial em sua linha de atuação, pelo que passaram a priorizar a formação de frentes populares em diversos países do mundo, tanto para a defesa do proletariado ante a reação, quanto para a defesa da URSS, a “pátria do socialismo”, diante da cada vez mais palpável ameaça de guerra.<sup>51</sup>

A princípio radicado em Recife, o Secretariado Nacional do PCB deliberou por não permanecer numa cidade tão vigiada como a capital pernambucana, e se retirou para Salvador em agosto de 1936. A partir da capital baiana, seriam tomadas as decisões relativas à adesão à linha programática em defesa da revolução democrático-burguesa, a

---

<sup>49</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p.19.

<sup>50</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.40.

<sup>51</sup> Id., Ibid., p.48.

ser seguida nos anos posteriores. Favoreceu as atividades dos comunistas o fato de que o governo estadual de Juracy Magalhães estava muito mais voltado à vigilância contra as atividades da Ação Integralista Brasileira, especialmente em resultado da pouca atuação que os comunistas tinham em Salvador até meados dos anos 30.

Nesse momento, duas correntes disputavam a hegemonia na direção do PCB. Havia a posição do grupo paulista liderado por Hermínio Sacchetta, que defendia uma posição política que frequentemente se chocava com a postura adotada pelo Secretariado Nacional do PCB, à época chefiado por Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu<sup>52</sup>. Em seu estudo sobre a virada tática adotada pela agremiação após o levante de 1935, Anita Prestes constatou um progressivo abandono, por parte do Secretariado Nacional do PCB, do radicalismo assumido logo após a derrota da insurreição aliancista. Segundo a autora,

O Secretariado Nacional, sob chefia de Bangu, insistia em alguns documentos na “derrubada de Getúlio” e, em outros passava cada vez mais a orientar-se para uma aliança ou, pelo menos, para uma certa “neutralidade” diante de Vargas e de seu governo, tendo em vista a necessidade de arregimentar forças contra o integralismo, considerado o inimigo maior dos setores democráticos e progressistas.<sup>53</sup>

De fato, em documento intitulado “União Nacional pela democracia e pela paz!”, datado de 1938, o Secretariado Nacional do PCB, sob a direção de Bangu, explicitava a nova tática assumida de União Nacional, inclusive com Vargas, visando isolar e derrotar o fascismo, o qual, no plano interno, era representado pelos integralistas. Em maio do mesmo ano, houve a frustrada tentativa de golpe deflagrada pelos correligionários de Plínio Salgado, descontentes com as restrições a que estavam sendo submetidos pelo governo Vargas. O movimento foi rapidamente desarticulado pelas forças getulistas, o que veio a contribuir para a consolidação do Estado Novo.<sup>54</sup> Após esse episódio, que ficou conhecido como *putsch* integralista, a direção do PCB emitiu um documento afirmando a necessidade de uma frente democrática em todo o país, apelando para que o povo ajudasse o governo, “com as armas na mão, para a

---

<sup>52</sup> PRESTES, Anita Leocádia. Op.cit., p.21.

<sup>53</sup> Id., Ibid., p.24.

<sup>54</sup> Id., Ibid., p.40.

salvação da integridade e da independência do país, contra o *putsch* integralista”.<sup>55</sup> Getúlio Vargas deixava, dessa forma, de ser o inimigo de antes “para ser visto como possível aliado”.<sup>56</sup>

Porém, durante a ditadura do Estado Novo, que coincidiu com o período da Segunda Guerra Mundial, o PCB sofreu outro duro revés com a prisão dos membros de seu Comitê Central, em 1940<sup>57</sup>. A conjuntura internacional repercutiu diretamente na postura a ser adotada nas tentativas de reorganização do Partido. Iniciada em 1939, com a invasão da Polônia pelo Exército da Alemanha nazista, a Segunda Guerra Mundial foi caracterizada pelo confronto entre os regimes autocráticos de direita (nazismo alemão, fascismo italiano e militarismo japonês) e os regimes liberal-democráticos dos Estados Unidos, Inglaterra e França, aos quais se juntaram a União Soviética e a China<sup>58</sup>. Como o fascismo tratava publicamente todos os liberais, socialistas e comunistas ou qualquer tipo de regime democrático e soviético como inimigos a serem igualmente destruídos, a mobilização de todo o potencial de apoio contra o campo alemão foi, portanto, “um triplo apelo pela união de todas as forças políticas que tinham um interesse comum em resistir ao avanço do Eixo”.<sup>59</sup> Por outro lado, conforme lembra Hobsbawm, é evidente que se tratava de “uma aliança contra uma ameaça militar, e que nunca teria existido sem a série de agressões da Alemanha nazista, culminando com a invasão da URSS e a declaração de guerra aos EUA”.<sup>60</sup>

Enquanto isso, segundo Ronald Chilcote, as tentativas de reorganização do PCB sofriam oposição de alguns velhos militantes, que eram incapazes de conciliar suas posições anticapitalistas com a revisão da política comunista, que agora tolerava uma coalizão anglo-soviético-norte-americana contra o fascismo europeu.<sup>61</sup> Por outro lado, com o apoio brasileiro aos aliados, a repressão policial às atividades dos comunistas foi relaxada. Nesse período, o Comitê Regional da Bahia (CR-BA) vinha realizando um intenso trabalho junto à juventude, participando da liderança do movimento estudantil no país, através da União Nacional dos Estudantes, além de ter criado a revista *Seiva*,

---

<sup>55</sup> MONTEIRO, P. “Por uma frente única democrática brasileira (1938)”. *La Correspondance Internationale*, n.41, 1938. In: CARONE, Edgard, *O PCB (1922 a 1943)*, op.cit., p.220.

<sup>56</sup> PRESTES, Anita Leocádia, op.cit., p.37.

<sup>57</sup> RODRIGUES, Leôncio. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, p.401.

<sup>58</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, op.cit., p.428.

<sup>59</sup> HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos. O Breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 148.

<sup>60</sup> Id., *Ibid.*, p.169.

<sup>61</sup> CHILCOTE, Ronald H., op.cit, pp. 88-9.

por meio da qual o Partido mantinha um intercâmbio legal com a intelectualidade brasileira e propagava sua orientação e linha política. Essas atividades demonstravam que o CR-BA contava com uma sólida organização, sendo o centro mais ativo de resistência ao Estado Novo, pois, na prática, aquele comitê acabou funcionando como a direção nacional provisória do Partido Comunista, com sede na Bahia<sup>62</sup>.

Quatro grupos apresentaram propostas para a reorganização da agremiação comunista. Um era o que adotou a posição defendida por Fernando Lacerda, líder do PCB, favorável que o PCB se dissolvesse como partido. O segundo grupo era ilustrado por paulistas, tendo à frente Caio Prado Júnior e outros. Para eles, era preciso adotar política concomitante no combate à direita, na Europa como no Brasil, pois ambas as coisas faziam parte de um mesmo processo. O terceiro grupo é o que possui mais adeptos, composto por baianos e cariocas integrantes da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Os partidários da CNOP eram favoráveis à União Nacional contra o inimigo externo, mas, contrariamente aos outros, preconizava também a União Nacional no plano interno, isto é, apoio ao governo<sup>63</sup>. Juntamente com o grupo de paulistas apoiado por Caio Prado Júnior, a CNOP convocou a 2ª Conferência Nacional do PCB, conhecida como a Conferência da Mantiqueira (nome saído da Serra da Mantiqueira, local onde se realizou), em 27 de agosto de 1943. Para Leôncio Rodrigues, a Conferência da Mantiqueira constituiu um marco na vida do movimento comunista no Brasil, “não só porque significou um passo importante na reorganização do PCB, acéfalo depois das prisões de 1940, como também porque assinalou a formação de uma nova equipe dirigente”.<sup>64</sup> Luiz Carlos Prestes, que então se encontrava preso, foi eleito secretário-geral do Partido Comunista. A Conferência da Mantiqueira defendeu a tática de revolução democrático-burguesa e de libertação nacional na conjuntura da luta antifascista e da Segunda Guerra Mundial, com base na “União Nacional em torno do governo para a luta contra o nazifascismo”, implicando que o PCB deveria encontrar um caminho entre duas exigências aparentemente difíceis de serem conciliadas: apoiar o governo do presidente Getúlio Vargas, ou seja, o Estado Novo, no seu alinhamento ao lado dos Estados Unidos e, de outro, obter a redemocratização do país, com a anistia para Prestes e outros prisioneiros políticos. Já o quarto grupo é representado pelo CR-BA. Embora alguns militantes da Bahia, dentre os quais se podem citar Mário Alves,

---

<sup>62</sup> FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Salvador: Contexto e Arte, 2000, p.116.

<sup>63</sup> CARONE, Edgard. *O PCB (1943 a 1964)*. São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 2, pp.2-3.

<sup>64</sup> RODRIGUES, Leôncio, op.cit, p.405.

Jacob Gorender e Rui Facó, apoiassem a CNOP, o Comitê Regional desse Estado esteve à margem das articulações dos baianos de São Paulo com o grupo da Comissão, pois havia uma desconfiança quanto à infiltração policial no Partido ao sul do território paulista. Sendo assim, o Comitê Regional baiano resolveu não reconhecer a CNOP como organismo partidário e, muito menos, como direção nacional, apesar de admitir que a linha seguida pela Comissão era a de união nacional, com apoio ao governo de Getúlio, à semelhança da posição assumida pelo núcleo do PCB na Bahia. Entretanto, desde o surgimento da CNOP, Prestes vinha alinhando suas posições com as posturas daquele grupamento, para onde acabou confluindo, ainda em 1943, o CR-BA, além de muitos outros grupos regionais.<sup>65</sup>

A guerra alcançou o Brasil com o torpedeamento de navios mercantes brasileiros, em fevereiro de 1942. Seguiram-se outros ataques, que revoltaram o povo brasileiro e motivaram as primeiras manifestações de rua após o golpe de 10 de novembro de 1937, em foi instaurado o Estado Novo. De acordo com João Falcão, “partiu da Bahia o primeiro grito de revolta contra o nazismo”<sup>66</sup>. Uma onda de revolta espalhou-se por toda a cidade de Salvador, traduzindo-se em manifestações populares, nas passeatas e comícios que reuniam milhares de pessoas. Tendo à frente os comunistas, os manifestantes saíram para as ruas do centro da capital baiana e ocuparam as praças da Sé e Terreiro de Jesus, entre estudantes, médicos, advogados, jornalistas e pessoas do povo. Enfrentando a chuva e muitas vezes a polícia, os baianos permaneciam nas ruas gritando pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Essa indignação logo se disseminou por todo o território brasileiro. Para João Falcão, todo esse movimento popular revelou um forte sentimento antigovernista no seio da opinião pública, pois era conhecida a simpatia do governo do Estado Novo pela Alemanha. Tavares complementa, afirmando:

Antes do início da guerra, a Alemanha nazista tentou superar a Inglaterra e os Estados Unidos no comércio externo do Brasil (1934-1936). Grandes compras de café em grãos foram pagas pela Alemanha com o fornecimento de canhões e material bélico. Esse período correspondeu à enorme influência do fascismo e do nazismo no Brasil. O golpe de 10 de novembro a contornou impondo ao país a ditadura nacional-autoritária. Extinguiu as franquias democráticas

---

<sup>65</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias, op.cit., pp.154-5.

<sup>66</sup> FALCÃO, João, op.cit., p. 201.

estabelecidas pela Constituição de 1934 e instituiu a repressão policial em todos os níveis. Não sendo um regime fascista, tinha, no entanto, marcas e tendências fascistas no comportamento contraditório dos seus órgãos mais atuantes. Sob rigorosa censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), jornais, revistas e jornais cinematográficos informavam a guerra na Europa manipulando as notícias para sugerir sucessos da Alemanha e da Itália e derrotas da União Soviética pelo Exército da Alemanha nazista.<sup>67</sup>

A entrada dos Estados Unidos na guerra ameaçava forçar Vargas a fazer o que vinha tentando evitar: tomar a atitude decisiva. A oposição dos chefes militares a quaisquer iniciativas que aproximassem o Brasil do conflito reforçou a postura presidencial de procurar manter a neutralidade<sup>68</sup>. Porém, o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, encarado como um grande entusiasta da causa aliada no Brasil, promoveu o alinhamento do país com os Estados Unidos. Enfrentou resistências internas e sérios problemas dentro da comunidade pan-americana, mas conseguiu que o governo brasileiro, por fim, se definisse como apoiador dos aliados<sup>69</sup>. Sob pressão das manifestações nas ruas e praças dos maiores centros urbanos do país, motivadas pela morte de 600 brasileiros vítimas dos submarinos alemães que agrediram navios mercantes do Brasil em águas territoriais brasileiras, o governo federal declarou guerra a Alemanha, Itália e Japão em agosto de 1942<sup>70</sup>.

Depois da declaração de guerra, o movimento de oposição à ditadura sofreu uma cisão. Enquanto comunistas e antifascistas defendiam a política de união nacional, outros setores oposicionistas (inclusive, em sua maioria, liberais, alguns ferrenhos como Otávio Mangabeira, e outros de última hora, como Juarez Távora e Juracy Magalhães) defendiam a união nacional antinazifascista sem Getúlio, tendo como foco principal parte do movimento estudantil de São Paulo e das correntes liberais e conservadoras daquele Estado e de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e outros<sup>71</sup>. Entretanto, as manifestações de rua antifascistas permaneceram na ordem do dia. Segundo consta na revista *Seiva*, surgiram várias organizações que visavam a mobilização popular pela união nacional contra o nazifascismo e em apoio à causa aliada, dentre as quais se

---

<sup>67</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, op.cit., pp. 428-9.

<sup>68</sup> HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.380.

<sup>69</sup> Id., Ibid. p.379.

<sup>70</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, op.cit., p.431.

<sup>71</sup> FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999, p.201.

podem citar a Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados, a União da Bahia pela Defesa Nacional, a Legião Acadêmica e Pré-Acadêmica, a Legião dos Comerciários, a Legião dos Médicos para a Vitória<sup>72</sup>. No dia 20 de abril, os estudantes dos Ginásios e Escolas da Bahia usaram a irreverência e realizaram o enterro simbólico de Hitler, no mesmo dia em que “as bestas loiras do Terceiro Reich comemoravam, com mais um atentado à dignidade do homem, o aniversário de seu Führer”.<sup>73</sup>

Com a vitória dos soviéticos na célebre batalha de Stalingrado, em 1º de fevereiro de 1943, o movimento patriótico tomou novo impulso. No dia do aniversário de Vargas, 19 de abril, as forças antifascistas realizaram uma manifestação nacional a favor dos aliados e do envio de um corpo expedicionário para representar o Brasil nos campos de batalha. Abriam o desfile grandes retratos dos líderes das Nações Unidas: Roosevelt, Churchill, Stalin, De Gaulle e Chiang Kai-Shek, com Getúlio Vargas à frente. Um fato inusitado que ocorreu durante a manifestação foi a grande concentração de pessoas atrás do retrato de Stalin, muito mais que no de Getúlio. Conforme lembra João Falcão, “ver o retrato de Stalin desfilar pelas ruas de Salvador, certamente pela primeira vez, era mais do que gratificante. Era a própria glória.”<sup>74</sup> Realmente, a exibição da imagem do líder da União Soviética em vias públicas, em plena ditadura, era uma demonstração de que o regime começava a ruir sob as circunstâncias da conjuntura internacional. Afinal, a guerra já vinha dando claros sinais de uma possível vitória aliada sobre o Eixo, o que acabaria contribuindo para o declínio do governo autoritário vigente no Brasil.

## 1.2 A luta pela democracia

A tática privilegiada pelo PCB desde a derrota de 1935 consistia na defesa da democracia como meio fundamental para a consecução da revolução democrático-burguesa e de libertação nacional, sendo a democracia burguesa a etapa necessária e anterior ao socialismo. Segundo Dainis Karepovs, para derrotar o imperialismo, era apresentado o modelo etapista de revolução, uma visão que imperava na Internacional Comunista, por influência direta de Stalin, na qual os países ditos semicoloniais (categoria em que o Brasil estava encaixado) deveriam passar por uma revolução

---

<sup>72</sup> *Seiva*. Outubro de 1942. Arquivo do LABELU/UEFS.

<sup>73</sup> *Idem*.

<sup>74</sup> FALCÃO, João. *O Partido Comunista...*, p.230.

democrático-burguesa, pois viviam sob regime de características semifeudais, antes de fazer uma revolução operário-camponesa<sup>75</sup>. Em consequência, o PCB, naquele momento, deveria lutar por uma Revolução Nacional Libertadora, que serviria para instalar um regime democrático-burguês e consolidar o proletariado, que então se desenvolveria numérica e politicamente, passando-se aí à Revolução Proletária<sup>76</sup>.

Em 1945, os pecebistas consideravam a decretação da anistia e a possibilidade do restabelecimento de uma ordem legal que lhes possibilitasse a participação política e a conversão do Partido Comunista num partido de massas, como condição necessária ao desenvolvimento do capitalismo e da industrialização do País. Ao mesmo tempo, naquele ano as pressões pela redemocratização do Brasil alcançaram o auge, unificando, de certa forma, os setores de oposição a Vargas, sobretudo os grupos liberais em torno dos quais gravitava a oposição oligárquica alijada do poder em 1930, os governistas que não acreditavam numa solução com Getúlio e mesmo os comunistas, que apesar de se aproximar cada vez mais do ditador, continuavam a defender uma abertura democrática, com eleições livres e diretas para o fim da guerra<sup>77</sup>. Logo, pela União Nacional e na luta pela democracia, políticos de formação liberal, inimigos da ditadura Vargas, encontraram diversos níveis de entendimento com partidos políticos de esquerda, dos quais o principal era o PCB. Liberais e comunistas divergiam nos métodos e objetivos da luta pela democracia representativa, mas concordavam que só a união de todas as forças opostas ao nazifascismo e ao Estado Novo conseguiria anistia para os presos políticos e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que outorgasse ao país uma Constituição de fato democrática. Contudo, eram grandes as divergências entre os liberal-democratas e os comunistas por causa da amplitude do apoio que os dirigentes do PCB queriam dar ao presidente Vargas, sob a justificativa da união nacional contra o nazifascismo, pela paz e a democracia<sup>78</sup>.

Não obstante a guerra não tivesse ainda chegado ao seu termo, apesar dos avanços das tropas soviéticas pelo flanco oriental e das forças anglo-americanas pelo Ocidente, ainda assim, em 1945 os comunistas já se sentiam à vontade para uma aparição pública. Em 13 de março daquele ano, *A Tarde* publicou o “Manifesto das Esquerdas, dentro da orientação de Luiz Carlos Prestes”. Assinado por comunistas

---

<sup>75</sup> KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: UNESP, HUCITEC, 2003, p. 94.

<sup>76</sup> Id., *Ibid.*, p. 125.

<sup>77</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, *op. cit.*, p.206.

<sup>78</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, *op.cit.*, pp.433-4.



como Mauricio Grabois e Pedro Mota Lima, entre outros, o texto versava sobre a necessidade de se constituir a democracia, a anistia para os presos políticos do Estado Novo e a convocação de eleições verdadeiramente democráticas. Para a consecução desses objetivos, Vargas aparecia como o promotor de “uma coalizão nacional, capaz de estabelecer um clima seguro de liberdade e confiança geral indispensável à marcha pacífica para a democratização”. Nesse sentido, “as forças chamadas de oposição deveriam, de sua parte, por em contribuição o seu vigor democrático, concordando em participar desse governo de coalizão nacional”<sup>79</sup>.

O chamamento do PCB exposto no “Manifesto” precisava ganhar respaldo dos chamados setores progressistas do País para que tivesse alguma operacionalidade, considerando que fosse, realmente, praticável. Desta forma, o comício do dia 24 de março no Distrito Federal, destinado a ser de exaltação às vitórias do Exército brasileiro nos campos de batalha, acabou se transformando num grande ato pela anistia e pela libertação de Prestes. Na Bahia, ainda no mesmo período, “a luta pela anistia se ampliou em debates que se repetiram com entusiasmo nas escolas de nível superior, associações profissionais e sindicatos”<sup>80</sup>. O Centro Acadêmico Rui Barbosa, da Faculdade de Direito da Bahia, tradicional celeiro de comunistas no Estado, também ocupado pelo movimento autonomista baiano, lançava um documento com o mesmo espírito do “Manifesto dos líderes da esquerda”, reforçando a bandeira da anistia e apresentando, também, um “programa mínimo” em torno da União Nacional<sup>81</sup>. Destarte, a Bahia foi o núcleo mais forte do Partido Comunista durante sua fase de reorganização. Através de seus militantes, o PCB teve uma participação significativa na campanha pela redemocratização, em que o Estado assumiu uma posição de destaque, constituindo uma frente democrática composta de estudantes, intelectuais, representantes dos trabalhadores e da pequena burguesia local, provocando um amplo movimento de massas.<sup>82</sup>

Em abril de 1945, Vargas decretou a tão esperada anistia. Com esse ato, mais de 600 presos foram libertados, entre eles Luiz Carlos Prestes, Carlos Marighella, velhos combatentes da ANL como Agildo Barata e o major Carlos Costa Leite, além de Giocondo Dias, foragido da Bahia desde que havia participado do levante aliancista no

---

<sup>79</sup> *A Tarde*. 13 de março de 1945. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

<sup>80</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, *op.cit.*, p.437.

<sup>81</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, *op. cit.*, pp. 211-2.

<sup>82</sup> VAZQUEZ, Petilda Serva, *op.cit.*, p.49.

Rio Grande do Norte, entre muitos outros<sup>83</sup>. A anistia abriu caminhos ainda fechados para o fim da censura a jornais, revistas e rádios, para a propaganda política e as definições partidárias, sendo, nesse aspecto, a mais importante conquista política contra a ditadura estadonovista. Entretanto, não foi possível nenhum entendimento para a manutenção da chamada união nacional, pois os novos partidos foram se afirmando com posições imediatistas de apoio, tolerância ou total hostilidade ao presidente Vargas. Embora não tivessem programas de mudanças e reformas para o país, se definiam como partidos nacionais, algo sem precedentes na história do Brasil no que se refere aos grupos dominantes na política brasileira até então, já que duas formações marginais, a AIB e o PCB, estruturaram-se desde o início como formações políticas de caráter nacional<sup>84</sup>.

Vargas propôs a formação de dois partidos políticos nacionais: um para representar a organização burocrática desenvolvida pelo Estado Novo nos estados e outro para representar os trabalhadores e, aparentemente, minar a influência comunista na classe trabalhadora<sup>85</sup>. Em abril de 1945, foi fundado o Partido Social Democrático (PSD), cujas bases repousavam nos interventores federais e nos seus auxiliares mais diretos, secretários de estado, juízes e prefeitos nomeados. Não tinha qualquer semelhança com um partido social democrático europeu, “ficando mais próximo, na política tradicional brasileira, das máquinas políticas estaduais que levavam o rótulo de Partido Republicano durante a República Velha”<sup>86</sup>. Era, portanto, mais uma criação dos políticos tradicionais, nas áreas rurais, do que da classe média, nas cidades.

A outra agremiação inspirada por Vargas era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Fundado em maio de 1945, foi formado com o sindicalismo estadonovista, ao qual se somaram “os políticos que sobraram do PSD por conflitos pessoais nos seus estados, foi o caso na Bahia do ex-interventor Landulfo Alves, adversário do interventor Pinto Aleixo”<sup>87</sup>. O PTB deveria angariar e de fato angariou para o estado burguês o apoio da classe trabalhadora urbana, principalmente da indústria e dos serviços estatais, tornando-se viável à medida que os interesses dos trabalhadores convergiam com os interesses do estado (industrialização e ampliação dos serviços públicos) na expansão de

---

<sup>83</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op. cit., p 212.

<sup>84</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, op.cit., p.438.

<sup>85</sup> CHILCOTE, Ronald H., op.cit., p.94.

<sup>86</sup> SKIDMORE, Thomas, op.cit., p.81.

<sup>87</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, op. cit., p.439.

uma base econômica que significava a criação de novos empregos<sup>88</sup>. Representava o esforço de Getúlio para impedir o avanço dos comunistas, assegurando em seu próprio benefício o voto da classe operária, de importância crescente<sup>89</sup>. Logo, o PTB apareceu com a dupla finalidade de defender a “política trabalhista” do presidente Vargas e de se constituir em opção para os trabalhadores urbanos e rurais procurados pelo PCB.

Mais um partido que se organizou nesse período foi a União Democrática Nacional (UDN). Embora fosse fundada em abril de 1945, já tinha começado a se constituir em fins do ano anterior, à medida que a vitória dos aliados na guerra tornava-se cada vez mais palpável<sup>90</sup>. Congregava a velha e a nova intelectualidade burguesas, herdeiras do liberalismo econômico e político, que representavam, grosso modo, as burguesias mercantis e financeiras regionais e o grande capital imperialista. Além dessas forças sociais, estavam representados na UDN outros setores da burguesia agrária e da oligarquia rural, alguns deles, aliás, organizados desde 1933 pelas interventorias federais nos Estados, como é o caso dos juracistas na Bahia<sup>91</sup>. A UDN baiana uniu-se ao núcleo do futuro Partido Socialista, na época denominado Esquerda Democrática. Não obstante se diferenciavam em concepções e posições, juracistas, mangabeiristas e socialistas uniam-se sob a identidade comum do combate ao presidente Vargas, do qual suspeitavam de manobras continuístas nos atos e decretos-leis que o governo baixava disciplinando as eleições para presidente da República<sup>92</sup>.

A conjuntura foi favorável para que o PCB também se organizasse enquanto um partido legal. Segundo Geoff Eley, no plano internacional, a guerra trouxe forte tendência à esquerda, “levando socialistas e comunistas para o centro do palco de formas inteiramente novas”<sup>93</sup>. Por terem liderado os movimentos de Resistência com enorme sacrifício, os comunistas finalmente se juntaram à nação política legal. Obtiveram apoio popular e a aceitação relutante por parte de conservadores e liberais antifascistas, bem como pelos setores não-comunistas de esquerda. As exigências da luta antifascista forçaram liberais, conservadores e as classes dominantes a reconhecer o patriotismo daqueles que antes haviam sido estigmatizados como traidores. Hobsbawm acrescenta que, na Europa, onde houve eleições autênticas, elas mostraram uma nítida

---

<sup>88</sup> GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia (1930-1964)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1982, p.145.

<sup>89</sup> SKIDMORE, Thomas, op.cit., p.82.

<sup>90</sup> Id., Ibid., p.83.

<sup>91</sup> GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo, op.cit., p.146.

<sup>92</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, op.cit., p. 439.

<sup>93</sup> ELEY, Geoff. *Forjando a democracia. A história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005, p.336.

mudança para a esquerda. O caso mais impressionante seria o britânico, onde as eleições de 1945 derrotaram Winston Churchill e levaram ao poder o Partido Trabalhista com um aumento de 50% em sua votação<sup>94</sup>. Na França e na Itália, os PC's desses países realizaram alianças com socialistas e democratas-cristãos, sob a bandeira da União Nacional, chegando a controlar três quartos do eleitorado em meados da década de 40<sup>95</sup>.

Correspondendo à tendência na Europa, ao longo do ano de 1945, segundo João Falcão, o Partido Comunista do Brasil atravessou “uma fase de excepcional prestígio”<sup>96</sup>. A anistia geral aos presos políticos do Estado Novo, em abril, e o novo código eleitoral, de maio, haviam permitido ao PCB ressurgir como força política e social. O clima de triunfo sobre o fascismo, no exterior, baseado numa aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética, e da qual o Brasil participara, ajudou a melhorar a reputação do Partido Comunista dentro do país. A nova atmosfera era simbolizada pelo reconhecimento da União Soviética, por parte de Getúlio Vargas, também em abril de 1945. Todas essas mudanças proporcionaram o arcabouço legal para a reorganização do PCB. A partir de então, a agremiação cresceu enormemente, gozando de “prestígio moral de identificação como o povo soviético, que havia suportado a agressão nazista na Europa”<sup>97</sup>. Passando de partido ilegal, com cerca de dois a três mil militantes clandestinos, para cinquenta mil legais, o PCB ampliou rapidamente sua organização em milhares de células estudantis, intelectuais e de trabalhadores urbanos e rurais, atuando em escolas de nível superior, fábricas, fazendas, empresas e bairros<sup>98</sup>. Nas eleições de 1945, o Partido conseguiu uma importante votação, elegendo, para a Assembleia Nacional Constituinte, quatorze deputados e um senador (Prestes).<sup>99</sup> Diante disso, os comunistas queriam agora assegurar o seu espaço político legal e, para tanto, jogavam toda a sua capacidade mobilizadora na organização popular e na construção das bases do partido, dirigindo seus esforços maiores a um programa que beneficiava a criação de organismos que agregassem a classe trabalhadora, a exemplo do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e dos Comitês Populares Democráticos<sup>100</sup>. Esses núcleos podem ser entendidos como parte da estratégia comunista de revolução

---

<sup>94</sup> HOBBSAWM, Eric, op. cit., p. 170.

<sup>95</sup> ELEY, Geoff, op.cit., p. 337.

<sup>96</sup> FALCÃO, João. *O Partido Comunista...*, op.cit., p.303.

<sup>97</sup> SKIDMORE, Thomas, op.cit., p 87.

<sup>98</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, op.cit., p.440.

<sup>99</sup> Na Bahia, para a Câmara Federal, o Partido Comunista elegeu Carlos Marighella, com 5187 votos. SERRA, Sonia, op. cit., p.56.

<sup>100</sup> VAZQUEZ, Petilda Serra, op.cit. p.81.

democrática, direcionados não apenas no sentido de mobilização, organização e educação do proletariado, mas também no fortalecimento e ampliação da ligação deste com o Partido Comunista<sup>101</sup>.

O MUT era uma organização intersindical dos trabalhadores que buscava reunir e organizar os dirigentes sindicais e estimular a sindicalização dos trabalhadores, a fim de fortalecer a almejada unidade operária, defendida historicamente pelos comunistas<sup>102</sup>. Segundo Petilda Vazquez, não era intenção dos comunistas que o MUT fosse um órgão paralelo ao sindicato, mas de sustentação e de propulsão de seu crescimento, atuando na convergência e na unidade dos trabalhadores, uma espécie de Central Sindical Comunista<sup>103</sup>. Caracterizando-se como um órgão “sem distinção de credos políticos e religiosos”, o MUT, sob a liderança comunista de Manuel Batista de Souza, buscou apoio de setores independentes e do PTB, no auge da campanha anti-integralista, para realização de assembleias e comícios operários. Na prática, o MUT se apresentou como um órgão de fortalecimento dos trabalhadores, ligado ao Partido Comunista.<sup>104</sup> Defendia a mais ampla sindicalização, salários justos, redução da jornada de trabalho para seis horas, direito de greve e liberdade sindical<sup>105</sup>.

Já os Comitês Populares Democráticos se constituíram em órgãos cuja tarefa principal era organizar o povo, no sentido de desenvolver o trabalho de massas. As Comissões Democráticas foram lançadas em 23 de maio de 1945, quando do grande comício em que Luiz Carlos Prestes falou ao público pela primeira vez, desde a anistia. Os jornais baianos conferiram amplo destaque ao evento, ocorrido no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro. No dia 24 de maio de 1945, *A Tarde* enfatizou toda a magnitude do comício, que contou com a presença de milhares de pessoas, incluindo uma entrevista com Rodolfo Ghioldi, líder do Partido Comunista Argentino<sup>106</sup>. Na edição desse mesmo dia, sobre esse acontecimento, *O Imparcial* publicou uma matéria com a seguinte manchete: “‘Hoje, a democracia volta-se para a esquerda’, declara Luiz Carlos Prestes”<sup>107</sup>. A reportagem sugeria a existência de um considerável prestígio dos ideais de esquerda junto à opinião pública, devido à atmosfera de triunfo sobre o

---

<sup>101</sup> PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos da Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007, p.35.

<sup>102</sup> Id., Ibid., p. 115.

<sup>103</sup> VAZQUEZ, Petilda Serva, op.cit., p. 86.

<sup>104</sup> Id., Ibid., p. 87.

<sup>105</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias, op.cit. p.441.

<sup>106</sup> *A Tarde*, 24 de maio de 1945.

<sup>107</sup> *O Imparcial*, 24 de maio de 1945. BPEB, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

fascismo. *O Imparcial* descreveu o comício no estádio do Vasco da Gama como um grande evento, com a presença de mais de noventa mil pessoas, em que o “Cavaleiro da Esperança” afirmou que “dez anos de guerra ao comunismo fizeram do brasileiro o povo mais comunista do mundo”. O jornal finaliza informando que, ao fim de seu longo discurso, Prestes “foi ovacionado durante 36 minutos, ininterruptamente”. *O Diário da Bahia* optou por destacar o apoio dos comunistas à permanência de Vargas na presidência, com a seguinte manchete: “Prestes analisou a situação política do Brasil — reafirmando espírito democrático do pres. Vargas”<sup>108</sup>. Enumerou alguns trechos do discurso de Prestes, como o que se refere à anistia e à defesa da continuidade de Getúlio na presidência, “para manter a ordem, para levar ao país a eleições livres e honestas e entregar o poder ao eleito da nação”. Já o *Estado da Bahia* descreveu o ambiente do comício:

de todos os lados viam-se bandeiras brasileiras e das Nações Unidas. Em toda a extensão do gramado a palavra Brasil e como três grandes dados as palavras Fome, Miséria e Fascismo, riscadas por uma cruz. Ao fundo do estádio, o retrato de Prestes, iluminado.<sup>109</sup>

O *Estado da Bahia* ressaltou a fala do secretário-geral do PCB acerca da colaboração entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética:

ela [a colaboração] é necessária na paz como foi na guerra, cabendo aos democratas do mundo inteiro apoiar e sustentar a colaboração das três grandes potências, lutando sem repouso pela paz interna da nossa própria Pátria, não poupando esforços para encontrar sempre uma solução pacífica de todas as divergências e contradições que nos possam tentar dividir.

O *Estado da Bahia* também enfatizou que os comunistas preferiam Vargas no poder, o que é significativo, pois o jornal é assumidamente contrário à permanência do ditador no cargo de mandatário do país. Dentre os jornais da grande imprensa, este último é o único que publicou um trecho no qual Prestes menciona os Comitês Populares Democráticos: “nós, comunistas, não vacilamos (...). Viva a unidade de todo

<sup>108</sup> *Diário da Bahia*, 24 de maio de 1945. BPEB, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

<sup>109</sup> *Estado da Bahia*, 24 de maio de 1945. BPEB, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

o povo organizado, todos os seus comitês democráticos. Viva a união dos povos amantes da paz e da democracia”.

*O Momento*, o jornal vinculado ao PCB e editado em Salvador, atribuiu uma ênfase expressiva à criação dos Comitês Populares Democráticos. Na edição de 04 de junho de 1945, *O Momento* publicou o trecho do pronunciamento do dia 23 de maio, em que o “Cavaleiro da Esperança” indicou a fórmula a qual, segundo ele, tornaria possível ao povo uma participação realmente efetiva no movimento que asseguraria ao Brasil o caminho pacífico para a democracia, com o fim da ditadura do Estado Novo. Isso seria conseguido através da

organização do povo em amplos comitês nos locais de trabalho, nas ruas e bairros. Comitês Populares Democráticos que, unidos, pouco a pouco, constituirão (...) as organizações democráticas de cada cidade, região ou Estado, até a grande união nacional.<sup>110</sup>

Seguindo esse plano, em junho de 1945 já existiam em Salvador inúmeros Comitês Populares Democráticos, como os dos bairros de Liberdade, Santo Antônio, Pelourinho, Itapagipe, Sete Portas, entre outros.

### 1.3 “Como formar um comitê?”

A organização dos Comitês Populares Democráticos se dava, principalmente, em duas frentes: aqueles que se envolviam nos problemas dos bairros e os comitês profissionais, que tinham a função de atuar junto aos sindicatos, principalmente naqueles nos quais o Partido não era parte da diretoria, destacando-se também como representações por categoria voltadas para os problemas nos locais de trabalho. Entretanto, os Comitês não se constituíram apenas por critérios de moradia (bairros) ou de categorias profissionais, mas podendo constituir-se por critério de associação para fins diversos. Entre alguns exemplos, podemos citar o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, o Comitê Democrático dos Evangélicos e as Uniões Femininas. No caso dos comitês profissionais, Marcos Pinheiro, que estudou os Comitês Populares da cidade do Rio de Janeiro, acredita que esses núcleos eram as organizações de base do MUT para atuar nos sindicatos. Como não foram encontrados nas fontes indícios de que o mesmo se deu em Salvador, este trabalho não irá focar sua análise nos espaços sindicais. Afinal,

---

<sup>110</sup> *O Momento*, 04 de junho de 1945. BPEB, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

o interesse aqui é investigar a atuação dos Comitês Populares nos *bairros* de Salvador, numa época em que o PCB se propôs a desbravar um terreno relativamente novo em sua trajetória política, quando os militantes comunistas procuraram se mostrar os defensores mais eficazes das demandas populares nos locais de moradia, embora, previamente ao Partido, houvesse outros sujeitos políticos atuando junto à população dos bairros.

De acordo com Sena Júnior, os Comitês Populares Democráticos foram criados com o objetivo de atender às demandas de todo o povo, sem se restringir apenas aos círculos operários. Assim,

para um segmento não necessariamente vinculado ao mundo do trabalho, nada melhor do que buscar a inserção do Partido em espaços onde antes havia o vácuo político ou, então a presença de lideranças pouco experimentadas nas lutas cotidianas forjadas na conjuntura da guerra.<sup>111</sup>

No entanto, como lembra Marcos Pinheiro, vale a pena recordar que nos momentos críticos, após os acontecimentos de novembro de 1935, a organização comunista, profundamente golpeada e desarticulada, sobrevivia com grandes dificuldades na forma de células de base, onde a militância de base do Partido procurava manter sua ligação com a classe trabalhadora, não abandonando as questões prementes do cotidiano dos trabalhadores<sup>112</sup>. Seria decisiva essa atuação dos comunistas para que as atividades partidárias junto aos trabalhadores fossem retomadas a partir de 1945. Além disso, a presença política dos comunistas nos movimentos de massas se intensificou nas condições em que o conflito mundial passava a interferir na vida cotidiana. A política nacional e internacional passava a ser, acima de tudo, um tema permanente na vida dos indivíduos comuns e os militantes do Partido Comunista pareciam ter compreendido que não era possível fazer a transformação sem a participação das massas<sup>113</sup>. Portanto, o PCB foi sem dúvida um dos agentes responsáveis pela valorização da participação política dos setores populares, em especial dos trabalhadores. Nos sindicatos, locais de trabalho ou nos bairros, através dos Comitês Populares Democráticos, os comunistas desempenharam um papel de considerável relevância na tentativa de articulação entre os acontecimentos do dia a dia e a vida política nacional. Isso foi indispensável para o PCB, não somente por posições

---

<sup>111</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.240.

<sup>112</sup> PINHEIRO, Marcos César de Oliveira, op.cit., p. 52.

<sup>113</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p. 138.



teórico-ideológicas, mas em termos de sua sobrevivência e atuação. Na conjuntura política de 1945, o PCB percebeu o potencial do povo a partir dos seus próprios locais de moradia, procurando capitalizar a capacidade organizativa e mobilizadora dos Comitês Populares e convertê-la em poder político, constituindo-se como elemento de influência na arena política nacional<sup>114</sup>.

Enquanto organismos que buscariam agregar a população dos bairros pela solução de seus problemas cotidianos, os Comitês Populares Democráticos dispunham de terreno fértil para suas atividades, pois a maior parte da população dos bairros de Salvador vivia em condições difíceis. Se a Bahia dispunha na época de lideranças políticas de prestígio nacional, integrantes dos blocos de poder, uma burguesia comercial e agrária de certo peso, intelectuais de renome, com alguma vida social e cultural, era na verdade em seu conjunto um Estado pobre.<sup>115</sup> Mesmo na capital, a maioria da população recebia salários muito baixos ou nem regularmente assalariados eram. O povo comia mal, pois a alimentação era cara; morava em habitações precárias e insuficientes e se locomovia nos superlotados bondes da americana Companhia Linha Circular. Para Maria Victoria Espiñeira, embora tenha dado liberdade para a população pobre expressar publicamente os seus problemas, com o fim da ditadura varguista, o pós-guerra vem para agravar esses problemas, “que até então estavam encobertos pela atuação do regime de força do Estado Novo”.<sup>116</sup> A fim de amenizar todo esse sofrimento, além de rezar, trabalhar e festejar, o povo também lutava. Atendia aos apelos dos comícios, das passeatas, das greves, muitas vezes promovidos pelos comunistas, bem como os do futebol, do carnaval, do candomblé, das missas e festas religiosas, sendo estas manifestações da cultura popular que também contavam com o apoio e o envolvimento dos militantes e simpatizantes do PCB.

Os Comitês Populares Democráticos foram núcleos que visavam organizar a população, atentando para todas essas questões. Em entrevista ao jornal *O Imparcial*, o comandante Roberto Sisson, ex-dirigente da ANL, discorreu sobre essas comissões<sup>117</sup>. As declarações de Sisson referem-se, principalmente, à utilidade dos Comitês Populares Democráticos para a preparação e organização de militantes do Partido. O comandante ressaltou a importância dos Comitês Populares, sobretudo quando urbanos, para a aplicação de teorias sociológicas, possibilitando, dessa maneira, o conhecimento do

---

<sup>114</sup> PINHEIRO, Marcos César de Oliveira, op.cit., p.38.

<sup>115</sup> SERRA, Sonia, op.cit, p.26.

<sup>116</sup> ESPÍÑEIRA GONZALEZ, Maria Victoria, op. cit., p. 28.

<sup>117</sup> *O Imparcial*, 05 de junho de 1945.

Brasil: sua geografia, economia, política, seu povo, suas riquezas, bem como suas perspectivas de industrialização. Nesse sentido, os comitês de distritos rurais não deveriam ser esquecidos, para a incorporação das massas do campo “em nossa vida econômica, política e cultural”. Inclusive, esses comitês rurais deveriam merecer uma atenção especial “decorrente de nossa falta de prática no assunto”, devendo ser ligados aos comitês urbanos, pois, de acordo com Sisson, não poderia haver solução progressista para os “grandes problemas das nossas cidades sem se resolverem concomitantemente os grandes problemas do campo”. Dada a sua experiência na Aliança Nacional Libertadora, o comandante constatou que pequenas dúvidas quanto à organização popular muitas vezes “protelam por muito tempo a concretização de pequenas organizações básicas do povo”, daí a necessidade de saber exatamente como instituir um Comitê Popular Democrático.

Segundo consta no jornal *Tribuna Popular*, de modo geral, a criação de um Comitê Popular passava por três fases antes de adquirir, como queriam os comunistas, força e expressão: “fase de organização, fase de direção provisória e fase de estrutura definitiva, com dirigentes democrática e periodicamente eleitos”.<sup>118</sup> Ainda conforme o periódico, a iniciativa de formar esse organismo, naturalmente, partiria de uma pessoa, mas em breve constituir-se-ia um grupo de interessados que se reuniria na casa de um deles e se transformaria em Comissão Provisória de Organização. Esta dividiria tarefas entre seus membros, visando:

- a) Organizar um plano de reivindicações locais realizáveis: melhoria dos transportes, creches, postos médicos, escolas, mercados etc.;
- b) Coletar dinheiro;
- c) Realizar toda propaganda a seu alcance — pela imprensa, volante, painéis, faixas, inscrições murais etc. — para que, logo na sua formação, o Comitê vá ganhando a indispensável amplitude, tornando-se um organismo não só do grupo que o concebeu, mas de âmbito popular, acessível a todos os que lhe queiram pertencer.<sup>119</sup>

---

<sup>118</sup> CAVALCANTI, Wagner. “Comitês Populares Democráticos (1945)”. In: *Tribuna Popular*. 21 de julho de 1945. Apud CARONE, Edgard, *O PCB (1943 a 1964)*, op. cit, p. 57.

<sup>119</sup> Id., *Ibid.*, p.57.

Esse é o período de organização, durante o qual é promovida uma assembleia com a presença e participação ativa do maior número possível de pessoas do bairro ou empresa. Nessa assembleia, entre outros assuntos que pudessem surgir, tratar-se-ia de:

- a) Escolher uma direção ainda provisória, a quem cabe desenvolver cada vez mais o Comitê;
- b) Discutir um plano de reivindicações realizáveis;
- c) Delegar à direção provisória poderes para nomear as várias comissões (de propaganda, de sede definitiva, de fundos, eleitoral, de cultura etc.), que se tornem necessárias ao funcionamento do Comitê.<sup>120</sup>

Segundo o militante comunista Pedro Coutinho Filho, “técnico em matéria de comitê”, em entrevista ao jornal *O Imparcial*, “essa direção se processa de maneira verdadeiramente democrática, em moldes inéditos entre nós”, na qual não seriam organizadas chapas. Dessa forma, “nada de concreto se decide antes, tudo é debatido, deliberado e organizado pelo próprio povo livremente, na assembléia soberana”.<sup>121</sup> Depois que o número de associados fosse apreciável, e depois de uma assembleia amplamente anunciada e especialmente convocada, far-se-ia a eleição da diretoria definitiva do Comitê Popular Democrático. Ainda no jornal *Tribuna Popular*, constam as seguintes medidas a serem consideradas entre as atividades dos Comitês:

- a) Reivindicações políticas gerais: União Nacional; ordem e tranquilidade; eleições livres e honestas; garantia das liberdades conquistadas, sua ampliação e conquista de novas; reconstitucionalização democrática; direito de voto aos soldados e aos analfabetos etc.;
- b) Reivindicações práticas e imediatas para melhoria das condições de vida na população local;
- c) Criação de cursos de alfabetização (rápidos, para adultos que queiram se alistar eleitores) e de cultura geral;

---

<sup>120</sup> Id., *Ibid.*, p.58.

<sup>121</sup> *O Imparcial*, 28 de junho de 1945.

- d) Criação de um posto de alistamento eleitoral para preparar eleitores independentemente de qualquer interesse ou cor partidária;
- e) Mobilização de mulheres visando integrá-las na vida política da nação;
- f) Organização de bibliotecas, realização de palestras, conferências etc., visando esclarecer democraticamente o povo;
- g) Promover palestras, “sabatinas” etc., destinadas a esclarecer a legislação eleitoral, principalmente sobre alistamento, maneira de votar, caráter secreto do voto, fiscalização eleitoral etc.<sup>122</sup>

Entre as sugestões gerais, destacam-se:

- a) Não é necessário que os iniciadores de um Comitê sejam membros de tal ou qual partido político. Basta que sejam democratas sinceros;
- b) Todas as reivindicações — políticas e econômicas — serão pleiteadas pelo Comitê de maneira pacífica e com vistas ao contínuo fortalecimento, em bases concretas, da ordem e tranquilidade indispensáveis à marcha para a democracia;
- c) O Comitê não tem, por sua própria natureza, qualquer finalidade partidária, nem objetivos filosóficos ou religiosos, aceitando sem distinção de partidos, crenças ou classe a que pertençam, a adesão e o apoio de todos os que desejam bater-se pelas reivindicações populares;
- d) As mulheres devem ser especialmente convocadas, no maior número possível, a participarem de todas as atividades do Comitê, inclusive as tarefas relativas à propaganda; novas adesões ao Comitê, alfabetização; coleta de fundos; festividades; levantamento e debate das reivindicações econômicas locais, sobretudo às que se liguem ao nível de vida, que as mulheres, por sua própria condição de donas-de-casa sentem e refletem melhor e mais intensamente.<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> CAVALCANTI, “Comitês...” *Apud* CARONE, Edgard, *O PCB (1943 a 1964)*, op.cit., p.58.

<sup>123</sup> Id., *Ibid.*, pp. 58-9.

Adequando-se às resoluções em nível nacional, em 04 de junho de 1945, o PCB baiano reproduziu as orientações para a implantação dos Comitês Populares no jornal *O Momento*. Em nota no referido periódico, intitulada “Como formar um comitê?”, consta que em cada município no interior, em cada bairro na capital, ou em cada fábrica ou local de trabalho numeroso, “por iniciativa do povo se organizará um comitê, uma comissão democrática, núcleo ou que nome tenha”.<sup>124</sup> Assim, à medida que fosse se desenvolvendo, cada organização deveria orientar-se por suas próprias leis, discutidas e aprovadas por suas assembleias, por seus componentes. Os Comitês deveriam ter “sua vida própria, estimular sua iniciativa, desenvolver seu espírito criador”<sup>125</sup>. Percebe-se, então, que era previsto e aceito certo nível de autonomia entre os organismos.

As Comissões Populares deveriam ainda ser “organismos combativos, cultivar os sentimentos unitários, fundamentar-se em princípios democráticos”.<sup>126</sup> Tratando-se de um comitê de bairro, sua principal finalidade deveria ser o estudo dos problemas da população local, até encontrar um modo de resolvê-los, reivindicando das autoridades responsáveis melhorias imediatas. No caso das comissões de fábrica, delas poderiam fazer parte não só os operários, como também representantes de patrões progressistas, possibilitando “a solução, em harmonia, das reivindicações dos trabalhadores”. Segundo o texto, eis aí, então, um exemplo de “colaboração de classe”, pois o Comitê Popular de fábrica seria um organismo capaz de, dentro da ordem, possibilitar a solução da reivindicação dos trabalhadores, e como exemplos são citados a elevação dos salários, o aperfeiçoamento da técnica de produção, a elevação do rendimento do trabalho. Dessa maneira, é possível notar que, embora fossem voltados para organizar a classe trabalhadora em prol da reivindicação de suas necessidades mais sentidas, os Comitês Populares também foram idealizados pelos comunistas para se encaixar na linha da União Nacional em torno de uma solução “pacífica” para os problemas nacionais, incluindo a defesa de uma política de “ordem e tranquilidade”, visando a consolidação da democracia. Isso é válido tanto para os comitês de fábrica quanto para os de bairro. De fato, em nota publicada no dia 03 de dezembro de 1945, intitulada “O proletariado e a União Nacional”, o jornal *O Momento* reafirma a ideia de que os organismos ligados ao PCB deveriam avigorar a linha adotada pelo Partido:

---

<sup>124</sup> “COMO formar um comitê?”. *O Momento*, 04 de junho de 1945.

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> Idem.

a união nacional deve ser reforçada, através das organizações populares, dos comitês democráticos, do Movimento Unificador dos Trabalhadores, das associações de classes, dentro das empresas, através das comissões mistas de empregados e patrões.<sup>127</sup>

Segundo a nota de *O Momento* publicada a 04 de junho de 1945, reiterando a orientação nacional, os Comitês também iriam se dedicar a outras causas, como o combate ao integralismo e a campanha pelo alistamento eleitoral. Segundo o texto do periódico, separadamente como comissões ou em conjunto como um movimento unificado, nada impedia que esses organismos influíssem diretamente junto aos candidatos das eleições para a Assembleia Constituinte — a serem realizadas ainda em 1945 — para que incluíssem em suas plataformas “as soluções preferidas pelo povo; ou junto aos governos para que sejam asseguradas condições para eleições livres e honestas”.<sup>128</sup> Logo, apesar de terem sido idealizados pelos comunistas como organismos sem filiação partidária, objetivos filosóficos ou religiosos, vários manifestos e proclamações dos Comitês Populares implantados em Salvador apresentavam em suas pautas o combate ao integralismo e sessões de alistamento eleitoral como prioridades a serem atendidas. É compreensível que os pecebistas procurassem utilizar seus organismos de base, inclusive os Comitês Populares Democráticos, para ampliar sua penetração nas massas, pois se tratava de um contexto em que havia a perspectiva de eleições, levando o Partido a se preocupar com a consolidação de sua legalidade recém-conquistada e com a tentativa de alcançar um resultado expressivo nas urnas.

---

<sup>127</sup> “O PROLETARIADO e a União Nacional. *O Momento*, 03 de dezembro de 1945.

<sup>128</sup> *O Momento*, 04 de junho de 1945.

## **CAPÍTULO 2 – Comitês Populares Democráticos e o contexto político no imediato pós-guerra (1945-1947)**

A intenção neste capítulo é comparar os programas dos Comitês Populares Democráticos dos bairros de Salvador, no intuito de verificar o nível de autonomia entre esses núcleos, variação nas reivindicações de organismo para organismo e o grau de independência partidária e ideológica, pretendida pelos comunistas. Em seguida, será verificada a maneira pela qual foram realizadas, pelos comunistas, as campanhas de alistamento eleitoral, pró-Constituinte e manifestações antifascistas e anti-integralistas, nos Comitês Populares Democráticos.

Antes, porém, faz-se necessário realizar uma reflexão mais detida sobre o papel de *O Momento* como instrumento de divulgação das atividades dos Comitês Populares Democráticos, uma vez que o jornal comunista é a principal fonte que traz informações sobre a atuação desses organismos na capital baiana.

### **2.1 *O Momento* e a divulgação dos Comitês Populares**

De acordo com Sônia Serra, a imprensa sempre foi considerada fundamental pelos partidos comunistas e já na fundação do PCB os estatutos aprovados em seu primeiro congresso definiam a necessidade de um rígido e amplo controle da direção sobre a imprensa do Partido.<sup>129</sup> Foi em 1945, entretanto, com a conquista da legalidade do PCB, que começou a proliferação dos periódicos comunistas, criando a necessidade de uma articulação nacional desses órgãos e implicando no seu controle pela direção nacional. Quando *O Momento* surgiu, em abril de 45, não existia nenhum outro jornal do Partido em circulação. O PCB ainda estava se reorganizando a nível nacional e era, portanto, o Comitê Estadual que exercia algum controle sobre o jornal. Seu diretor era membro do Comitê — o Secretário de Agitação e Propaganda — e discutia semanalmente os editoriais com os demais membros da direção estadual. Segundo Serra, o jornal seguia a orientação política do PCB, contida nos documentos e pronunciamentos dos dirigentes nacionais.<sup>130</sup> Logo, pode-se concluir que *O Momento* atuou como um importante instrumento de propaganda do PCB, dando publicidade a determinados acontecimentos de forma que fosse condizente com a linha política

---

<sup>129</sup> SERRA, Sonia, op.cit., p.29.

<sup>130</sup> Id., ibid., p.30.

adotada pelo Partido. Daí a ênfase dada aos relatos das atividades dos Comitês Populares Democráticos, sobretudo nos anos de 1945 e 1946.

Em janeiro de 1946, *O Momento* publicou uma reportagem sobre o bairro soteropolitano de Massaranduba, que é um interessante exemplo de como o jornal utilizou seu espaço para exaltar a necessidade da existência dos Comitês Populares Democráticos. Tratava-se de uma matéria sobre as precárias condições estruturais no referido local, com “buracos no seu chão descalçado e com medonhas, reumáticas casas de barro e zinco se equilibrando em cima de quatro paredes”<sup>131</sup>. Em entrevista a um repórter do periódico, uma moradora do bairro, uma “senhora de baça cor negra”, estava tratando o almoço e foi questionada sobre as cascas de caranguejo, espinhas de peixe, osso roídos e a água da carne despejados no meio da rua. Aquilo não é nada higiênico, argumenta o repórter, ao que a senhora responde que

o jeito [sic] era fazer lixo na porta de casa, aturando seu cheiro de podre, porque o caminhão de lixo não passa por ali e mesmo que passasse talvez não fosse possível pagar a taxa do seu recolhimento, cobrada pela prefeitura. **Ela não diz isso assim, diretamente [grifo meu]**. Apenas sacode as duas mãos enormes, que se balançam, desgovernadas nos longos braços, e resmunga: ‘destino de pobre é sofrer’<sup>132</sup>.

Então o repórter decide mostrar que

Os pobres já não vivem tão só, e que quando organizados [sic], conseguem vitórias. E cita exemplos de outros bairros onde o povo organizado já conseguem [sic] grandes vitórias, que a outros pareciam impossíveis.<sup>133</sup>

É interessante como o jornalista d’*O Momento* procurou atribuir um significado à fatalista conclusão da moradora de Massaranduba, o que é demonstrado pelo trecho em destaque na penúltima citação. E por meio de sua resposta à senhora, fica aparente que o repórter do referido periódico entendeu como necessário esclarecer a moradora e fazê-la compreender os reais motivos daquela situação de precariedade, objetivando que ela abandonasse a ideia de que aquele quadro era resultado de um destino inevitável e

<sup>131</sup> *O Momento*, 14 de janeiro de 1946.

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> Idem.



tentando dar exemplos de que era possível a organização popular em prol das necessidades imediatas do bairro. O Partido, ao qual o jornal era vinculado, mostra-se dessa forma como um componente indispensável à educação política das classes subalternas. Afinal, quando *O Momento* surge, como um semanário de orientação política, econômica e cultural, ele parece ser um veículo importante para a propaganda das ideias do PCB e “um instrumento eficiente também para a organização e crescimento do Partido, que retornava, após muitos anos, à vida legal, além de ser também um meio de agitação”.<sup>134</sup> Nesse sentido, torna-se claro que o objetivo do repórter era esclarecer não somente a moradora de Massaranduba, mas inclusive os leitores do jornal. Destarte, além de instrumento de propaganda, *O Momento* atuaria também como um meio de educação política, utilizado pelo Partido.

Outro grande problema de Massaranduba era a falta de água. Assim relata o repórter d’*O Momento*:

Há um chafariz, de propriedade da Companhia de Águas e Esgotos. Mulheres flácidas, negras e brancas, com seus rostos ossudos e as barrigas estufadas de mulher parideira, mal alimentada e mal medicada, esperam na porta deste chafariz sob a chuva miúda. O cavalheiro que toma conta desta repartição pública (...) ali se encontra exigindo 10 centavos por duas latas de água, é porque é este o seu emprego. A água não lhe pertence, pertence a uma repartição do governo que lhe paga um ordenado assim; assim para permanecer sentado o dia todo. Mas, mesmo não sendo o dono da água, é severo e não transige com ninguém. É fato que a freguezia [sic] é de mulheres na maioria. (...) É comum portanto uma dessas mulheres implorar grátis de água e receber um não, ríspido e autoritário. Não é que o encarregado seja mau, o que não presta é o serviço, a situação de aguadeiro oficial num bairro seco. Uma dessas mulheres diz o seguinte ao repórter: ‘água aqui vale mais que outra coisa. Dez centavos por duas latas se viermos buscar aqui, e trinta centavos na porta. Essa é a tabela. O senhor viu o sr. Fulano negar uma lata de graça mas não é por ruindade, não. Fora daí ele é amigão, é de nós. Mas, que fazer?, empregado é empregado’. (...) A água escorre para a rua, molha o passeio, as mulheres olham esta água perdida com a mesma sentida saudade com que se olha um cadáver, mas não um

---

<sup>134</sup> SERRA, Sonia, op.cit., p.263.

cadáver qualquer; o cadáver de alguém que seja o esteio de uma família e que morra de repente, sem deixar nada.<sup>135</sup>

Ainda no bairro de Massaranduba, foi entrevistado um morador que denunciou as péssimas condições das casas alugadas a elevados preços na Rua Santos Titara. Sob a ação de fortes ventos, as casas caíam e o conserto ficava sob responsabilidade dos inquilinos. O morador entrevistado acrescentou:

O proprietário disse que são resistentes e se o vento as derruba isso não prova nada: prova que nós somos péssimos inquilinos, que estragam as casas. Portanto, devemos nos convencer de sua resistência e toda vez que uma delas cair, o geito [sic] é construí-la logo, senão é muito pior.<sup>136</sup>

De acordo com o jornal, a este senhor o repórter falou sobre a necessidade de organização do povo, pois que “somente organizados em Comitês Populares Democráticos poderá este mesmo povo lutar pelas suas reivindicações mais sentidas e resolvê-las pacificamente, porém de uma vez por todas”. O morador respondeu:

É possível. Mas o pobre ainda não está muito certo de que pode pedir o que lhe pertence. Toda vez que gritamos nossas dores, mandaram a gente calar a boca com prisões e mal tratos. Mas as coisas estão mudando e Prestes já disse que o povo é quem manda.<sup>137</sup>

Ouvindo-o falar em Prestes, o repórter perguntou ao morador o que ele achava do secretário-geral do PCB, ao que o senhor respondeu: “o que penso eu já disse, moço, e foi com um voto, no dia 2 de dezembro”. É possível que esse morador fosse um militante do PCB escolhido especialmente para conceder a entrevista, o que não se pôde confirmar. Essa resposta parece forçada, também, como lembra Sena Júnior, para caracterizar “as eleições (...) como algo que promovia ‘um novo despertar político do povo’”.<sup>138</sup> Nesse sentido, o jornal tentava demonstrar que, após anos de ditadura, a democratização teria possibilitado que o povo alcançasse uma compreensão política em grau mais elevado, o que significava reconhecer o PCB e os políticos ligados ao Partido como os reais defensores da população.

---

<sup>135</sup> Idem.

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.270.

Além disso, é evidente nesse trecho o esforço do repórter d'*O Momento* em disseminar entre os moradores de Massaranduba a ideia de formar um Comitê Popular Democrático no local, que agiria não apenas para organizar as massas, mas também no intuito de tornar mais conhecidos entre as classes populares os indivíduos ligados ao PCB. De fato, o resultado das eleições do dia 2 de dezembro de 1945, a que se referiu o morador de Massaranduba, foi bastante favorável ao Partido, que elegeu quatorze de seus candidatos à Câmara dos Deputados e Prestes ao Senado. Pelo PCB da Bahia, foi eleito deputado Carlos Marighella. É plausível que as atividades dos Comitês Populares tenham influenciado nesse resultado, pois Marighella fazia constantes sabatinas nos bairros, visando colher as reivindicações mais sentidas pela população. E, embora somente 16,5% dos brasileiros estivessem aptos a votar, as milhares de pessoas que estiveram nos comícios de Prestes não se ausentaram do processo político das ruas e das entidades representativas do movimento popular, especialmente dos Comitês Democráticos, dos sindicatos e associações de trabalhadores.<sup>139</sup> Afinal, como lembra Marcos Pinheiro, na conjuntura política de 1945, o PCB procurou capitalizar a capacidade organizativa e mobilizadora dos Comitês Populares e convertê-la em poder político, constituindo-se como elemento de influência na arena política nacional.<sup>140</sup> Precisou desenvolver o trabalho de organização popular para garantir o potencial de intervenção na grande política, mas, ao mesmo tempo, sua atuação no âmbito da pequena política dependia da continuidade do processo de democratização então em curso. Dessa forma, *O Momento* atuou como instrumento de propaganda das atividades dos Comitês Populares Democráticos, exaltando-os como necessários à organização popular e conferindo publicidade às ações desses organismos.

## 2.2 Os Comitês Populares Democráticos em Salvador

Na capital baiana, a ideia da fundação dos Comitês Populares Democráticos foi lançada numa reunião na sede da União dos Estudantes da Bahia (UEB), aparentemente em junho de 1945. Levando em consideração que Luiz Carlos Prestes propôs a formação das Comissões Democráticas em seu discurso do dia 23 de maio daquele ano, conclui-se que o CR-BA contava com uma ampla organização, pois foi possível

---

<sup>139</sup> Id., Ibid., p. 269.

<sup>140</sup> PINHEIRO, Marcos César de Oliveira, op.cit., p.38.

implantar os Comitês em Salvador já no início do mês seguinte<sup>141</sup>. Segundo o jornal *O Momento*, a principal finalidade destes organismos era trabalhar pela resolução dos problemas de interesse geral, tais como criação de escolas públicas, melhor iluminação, melhor calçamento, fundação de postos de saúde, saneamento, vigilância contra o “câmbio negro” e a especulação nos preços dos gêneros, bem como todas as demais questões de interesse coletivo surgidas nos bairros. Apesar de serem animadas por comunistas, as Comissões Democráticas Populares foram idealizadas para não terem qualquer finalidade partidária. Entretanto, também deveriam se dedicar a causas mais amplas, exigindo

a cooperação de todos os patriotas e democratas para o esclarecimento público sobre a necessidade de eleições livres e honestas, sobre a importância do voto consciente, combatendo-se deste modo o espírito de fraude e de suborno eleitoral; vigilância democrática contra a quinta-coluna, particularmente contra os desagregadores integralistas que continuam fiéis ao credo verde<sup>142</sup>.

Quando do lançamento dos Comitês Populares Democráticos em Salvador, vários desses núcleos foram organizados e postos em atividade nos bairros da capital baiana. Diferentemente dos municípios do interior, Salvador não teve apenas um, mas vários Comitês Democráticos espalhados por seu território. Dentre os primeiros a serem implantados, constam os da Estrada da Liberdade, Pelourinho, Baixa dos Sapateiros, Itapagipe, Alto do Peru e Fonte Nova<sup>143</sup>. Também se constituíram Comissões Populares Democráticas em Santo Antônio, Brotas, Rio Vermelho, Engenho Velho de Brotas, Capelinha, Nazaré, Tororó, Mares, Barbalho, São Caetano, Mont-Serrat, Fazenda Garcia, Cabula, Barris, Garcia, Alto Formoso, Mirante do Campo Santo, São Pedro, Santana e Vasco da Gama. Em 18 de junho de 1945, *O Momento* abriu uma seção dedicada ao noticiário das atividades dos Comitês Populares Democráticos da Bahia, além de trazer informações acerca da composição das Comissões e seus manifestos e programas. Assim, através dessa seção, foi possível colher dados para a realização deste estudo.

---

<sup>141</sup> É possível deduzir que os Comitês Populares Democráticos foram lançados em Salvador no início de junho, porque a notícia desse lançamento saiu na edição de *O Momento* do dia 04 de junho de 1945.

<sup>142</sup> “ORGANIZAM-SE os Comitês Democráticos Populares”. *O Momento*, 04 de junho de 1945.

<sup>143</sup> Idem.

Foram consultados os planos dos Comitês Populares Democráticos dos bairros de Fonte Nova, Pelourinho, Mares, Alto do Peru e São Caetano. Esses Comitês foram escolhidos devido à disponibilidade de seus programas e dos nomes de seus integrantes, de modo que, através do cruzamento com o levantamento feito pela polícia, fosse possível identificar se existiam pecebistas nas Comissões locais e, conseqüentemente, verificar o nível de penetração do PCB nesses organismos e se havia influência dos comunistas no teor das reivindicações. Todos os programas têm em comum as exigências por melhoria de vida nos locais de moradia e o combate ao integralismo e à quinta-coluna. Entretanto, há algumas especificidades de bairro para bairro as quais interessa ressaltar.

A Comissão Popular Democrática da Fonte Nova foi fundada na zona de confluência de vários bairros, por moradores da Fonte Nova, Vila América, Sete Portas e arredores, numa reunião realizada na sede do Centro Espírita do Castro Neves<sup>144</sup>. De acordo com o programa publicado nos jornais *O Momento* e *O Imparcial*, o Comitê Popular da Fonte Nova reivindicava calçamento das ruas, iluminação, conserto dos esgotos e encanamentos, albergue noturno e hospital para pobres, posto de socorro e melhoria das moradias, além de posicionar-se contra a carestia, promover a alfabetização e palestras de interesse geral, trabalhar pela união nacional, combater a quinta-coluna e cooperar com os demais Comitês Populares na adesão à campanha anti-integralista.<sup>145</sup> Já o Comitê Popular do Alto do Peru foi fundado em 17 de junho de 1945, no distrito de São Caetano<sup>146</sup>. Seu programa incluía pleitear uma escola pública, criação de bibliotecas populares nos bairros, água canalizada com um chafariz público, posto médico de emergência com seções de assistência pré-natal e infantil, albergue noturno, iluminação pública completa, calçamento das ruas, extinção do câmbio negro e o combate ao fascismo e a todas as formas de opressão às liberdades públicas. Dessa maneira, embora se propusessem a cooperar com as demais Comissões e aderir à campanha anti-integralista, os Comitês Populares Democráticos da Fonte Nova e do Alto do Peru apresentaram programas mais voltados ao atendimento das necessidades cotidianas das populações locais.

Já os planos dos Comitês Populares do Pelourinho, dos Mares e de São Caetano, apesar de também incluírem demandas imediatas dos moradores, ressaltam aspectos

---

<sup>144</sup> Idem.

<sup>145</sup> “COMISSÃO Democrática Popular na Fonte Nova”. *O Imparcial*, 12 de junho de 1945.

<sup>146</sup> “COMISSÃO do Alto do Peru”. *O Momento*, 09 de julho de 1945.

políticos, como a luta contra o fascismo e a realização de palestras para esclarecimento das massas<sup>147</sup>. O Comitê Popular do Pelourinho apresenta, como primeiro item do seu programa, o seu caráter democrático, afirmando estarem “as suas portas abertas às pessoas de ambos os sexos, de qualquer religião, tendências políticas, condições sociais etc.”<sup>148</sup>. Tamanha é a preocupação com o combate a “certas manobras de elementos reacionários e integralistas” que o tema reaparece no segundo item, em que o Comitê do Pelourinho reforça a sua disposição em lutar abertamente “contra qualquer forma de fascismo, não subestimando nunca as artimanhas do integralismo, nunca permitindo a sua rearticulação”. O programa da Comissão Popular dos Mares atribuía significativa ênfase à educação política da população local, incluindo entre os seus primeiros itens a realização de palestras sobre temas econômicos, técnicos e políticos, a luta contra todas as formas de fascismo e o estudo dos programas dos partidos políticos, para ver se “realmente resultará para o povo uma situação de melhoria imediata e concreta”. Só então a Comissão dos Mares anuncia que iria bater-se também pelo melhoramento das ruas, internamento dos indigentes, luta contra o câmbio negro, mas todas essas reivindicações far-se-iam dentro da lei, certamente para se adequar à linha pela defesa da “ordem e tranquilidade” adotada pelo PCB, embora, teoricamente, os Comitês Populares não declarassem uma postura partidária definida. Em contrapartida, os organizadores da Comissão de São Caetano parecem ter ignorado esse caráter não partidário que os Comitês Populares Democráticos deveriam assumir, pois encerra o seu programa com as seguintes palavras de ordem:

Viva o Brasil Democrático e Progressista! Viva a gloriosa Força Expedicionária! Guerra implacável à 5ª coluna nazi-integralista, trotskistas e reacionários fascistas, inimigos do povo! Viva as Nações Unidas! Viva o grande líder do povo brasileiro — Luiz Carlos Prestes<sup>149</sup>.

Numa análise simplista, essas sutis diferenças entre as pautas de bairro para bairro poderiam ser atribuídas à maior ou menor presença de comunistas na organização dos Comitês: onde houvesse mais militantes pecebistas, mais forte seria o caráter

<sup>147</sup> “PROGRAMA do Comitê do distrito dos Mares”. *O Momento*, 25 de junho de 1945, “Realizações do Comitê do Pelourinho”. *O Momento*, 02 de julho de 1945 e “Manifesto do Comitê Democrático de São Caetano”. *O Momento*, 16 de julho de 1945.

<sup>148</sup> “COMISSÃO Democrática Popular do Pelourinho — Programa de Reivindicações”. *O Momento*, 02 de julho de 1945.

<sup>149</sup> “MANIFESTO do Comitê Democrático de São Caetano”. *O Momento*, op.cit.

partidário de seus programas. Porém, as fontes disponíveis não permitiram a confirmação dessa hipótese. Dentre os Comitês cujos planos foram até agora citados, somente em três deles foi possível confirmar a existência de comunistas em seus cargos: os da Fonte Nova, Alto do Peru e Pelourinho, sendo os dois primeiros justamente aqueles cujos programas eram mais voltados ao atendimento das necessidades imediatas da população do que ao combate ao integralismo. Dentre os indivíduos apontados como os animadores do Comitê Popular da Fonte Nova, dois foram identificados como comunistas: os estudantes Luiz Contreiras de Almeida e Mário Alves, sendo este último assíduo participante das atividades de vários outros núcleos populares ligados ao PCB. Na Comissão Popular do Alto do Peru, constam em sua comissão diretora o estudante Pedro Domiense de Oliveira, apontado pela polícia como ex-aluno do Colégio da Bahia e cobrador do jornal *O Momento*, e Noemia Domiense Alves, assinalada pela polícia como militante do PCB.<sup>150</sup> O Comitê Popular do Pelourinho era presidido pelo sapateiro Arlindo Simões, também distinguido pela polícia como militante do Partido Comunista, além de ter contado, na ocasião de sua fundação, com a presença do estudante Walmor Barreto, apontado por João Falcão como membro pecebista<sup>151</sup>.

Foi possível identificar a presença de comunistas em vários outros Comitês Populares Democráticos de Salvador. A Comissão Popular da Estrada da Liberdade contou, em sua formação, com a participação de pelo menos um indivíduo identificado pela polícia como militante da célula da Liberdade, Leocádio Manuel de Jesus<sup>152</sup>. O Comitê Popular de Nazaré era composto, entre outros, por Abrahim Majdalani, distinguido pela polícia como um “elemento de destaque, figura infalível em todas as manifestações comunistas e membro da direção do Comitê Municipal de Salvador”<sup>153</sup>. Além disso, a Comissão Popular de Nazaré foi presidida por Eusínio Lavigne, advogado e cacauicultor no município de Ilhéus, que viria a ser candidato não-comunista a deputado federal, na chapa do PCB<sup>154</sup>. Na comissão provisória do Comitê Popular do Barbalho, constam Zitelman de Oliva, apontado por João Falcão como comunista, e Aloísio Gomes dos Santos, o qual a polícia distingue como líder comunista na estiva,

---

<sup>150</sup> Levantamento parcial do Partido Comunista no Estado da Bahia. APERJ: Fundo DPS, fls. 362.

<sup>151</sup> Dados sobre Arlindo Simões em Levantamento..., op.cit, fls. 360; sobre Walmor Barreto, em FALCÃO, João, *O Brasil e a Segunda Guerra...*, op.cit., p. 114.

<sup>152</sup> Levantamento..., op.cit., fls 361.

<sup>153</sup> Idem, fl. 359.

<sup>154</sup> “OS CANDIDATOS do povo baiano à Constituinte”. *Tribuna Popular*. 22 de novembro de 1945. APERJ: Fundo DPS, fls 317.

fazendo parte da direção do respectivo sindicato<sup>155</sup>. Fazia parte da direção da Comissão Popular da Estrada do Cabula Antonio Pascazzio Bitencourt, segundo a polícia, “prócer comunista destacado e secretário político do Comitê Estadual da Bahia, do PCB”<sup>156</sup>. O Comitê Popular dos Barris incluía, na sua comissão de propaganda, o militante Zeid Kertzman, além de ter eleito seu presidente o dr. Edgar Mata, que viria a ser candidato a deputado pelo PCB. De acordo com relatório da polícia, Mata foi identificado criminalmente como comunista, em 26 de novembro de 1937, além de ser um orador popular, que tinha tomado parte “em manifestações populares operárias ou simplesmente esquerdistas”<sup>157</sup>. Em 27 de novembro de 1945, *O Momento* noticiou que os Comitês Populares de São Pedro e Nazaré enviaram telegrama ao candidato pelo PCB à presidência da República, Yeddo Fiúza, assinado, entre outros, pelo adepto do MUT Celio Guedes, e Dante Buffoni, o qual, embora tenha sido enumerado por João Falcão como um antifascista sem partido, foi descrito pela polícia como um “militante destacado, propagandista vermelho”<sup>158</sup>. O Comitê Popular de Itapagipe foi constituído, entre outros, por Dante Leonelli, apontado por João Falcão como militante do PCB, além de João Martins, assinalado pela polícia como advogado do Partido<sup>159</sup>.

Em 11 de junho de 1945, o Comitê Democrático Popular de Itapagipe realizou um comício no Largo da Boa Viagem, em que falaram alguns indivíduos ligados ao PCB. Segundo consta no jornal *O Imparcial*, quem iniciou a manifestação, em nome do Comitê Popular local, foi o acadêmico Dante Leonelli, seguido pelo operário Israel Sampaio, representando o proletariado e mostrando o perigo do reaparecimento do integralismo<sup>160</sup>. Falou também o estudante Mário Alves, em nome da União dos Estudantes da Bahia e das organizações patrióticas. Por fim, discursou o Sr. Galindo Júnior, descrito por *O Imparcial* como um “velho combatente antifascista, que mostrou em palavras claras o valor e a importância das Comissões Democráticas Populares”. A manifestação “que, apesar do mau tempo, foi muito concorrida”, foi encerrada pelo Sr. Estevão Macedo, convidando o povo para os demais comícios que seriam realizados na península itapagipana. Em relatório produzido pela polícia, Macedo é assinalado como

<sup>155</sup> Informações sobre Zitelman de Oliva em FALCÃO, João, *O Brasil e a Segunda Guerra...*, op.cit., p. 114; e sobre Aloísio Gomes dos Santos, em *Levantamento...* op.cit., fls 360.

<sup>156</sup> *Levantamento...*, op.cit fls. 359.

<sup>157</sup> *Idem*, fls. 358.

<sup>158</sup> Informações sobre Dante Buffoni em FALCÃO, João, *O Brasil e a Segunda Guerra...*, op.cit., p. 114; e em *Levantamento...*, op.cit., fls. 361.

<sup>159</sup> Dados sobre Dante Leonelli em FALCÃO, João, *O Brasil e a Segunda Guerra...*, op.cit., p. 114; sobre João Martins, em *Levantamento...* op.cit., fls. 361.

<sup>160</sup> *O Imparcial*, 12 de junho de 1945.



dirigente do PCB, além de ser descrito como “prócer comunista exaltado e persistente”, “orador constante em comícios populares notadamente entre o pessoal de fábricas”<sup>161</sup>. Justamente por conta de seu hábito de falar em público, Estevão respondeu a um processo a partir de abril de 1946 por haver dito, num comício, “que o atual ministro da Guerra leva a vida bebendo cachaça”<sup>162</sup>.

Houve Comitês Populares em que não foi possível identificar se existia relação entre suas lideranças e o Partido Comunista, mas isso não descarta a possibilidade de realmente ter ocorrido entre esses mesmos líderes o intercâmbio Comitês-PCB. Em contrapartida, através dos exemplos acima, pode-se concluir que, de modo geral, é significativa a presença de comunistas atuando na organização e na realização das atividades dessas Comissões. Nas fontes consultadas, pelo menos um membro de cerca de 40% dos Comitês Populares implantados em Salvador tinha algum nível de envolvimento com o Partido. Como as Comissões Populares Democráticas se propunham a organizar o povo e a combater o integralismo, não é descabido pressupor que houvesse comunistas em seus cargos, bem como democratas e antifascistas em geral, mas é instigante questionar até que ponto os pecebistas influenciavam na administração e no funcionamento dos Comitês, levando em consideração que esses organismos se declaravam independentes de filiações partidárias.

De acordo com o depoimento do ex-militante do PCB Luiz Contreiras de Almeida, que participou da formação do Comitê Popular da Fonte Nova e das atividades do Comitê Popular de Brotas, compunham esses organismos comunistas e não comunistas, sobretudo os moradores, “pessoas, assim, que queriam discutir os problemas do bairro”<sup>163</sup>. Geralmente, a iniciativa de fundar uma Comissão Democrática Popular partia de algum militante do PCB, que arregimentava pessoas interessadas na ideia. Dessa forma, “os comunistas convocavam pessoas que não eram comunistas, mas que eram assim, amigos, simpatizantes, para reunir nesses comitês, entendeu? Então, semanalmente ou quinzenalmente a gente se reunia. Se reunia e discutia.” Segundo o depoente, a receptividade dos moradores dos bairros era razoável. O Comitê Popular de Brotas, especificamente, chegava a reunir em torno de vinte a trinta pessoas, que se encontravam na sede situada numa sala alugada, no intuito de discutir “questão do transporte, questão da carestia, se discutia muito também. Questão de escola para os

---

<sup>161</sup> Levantamento... op.cit., fls. 359.

<sup>162</sup> Idem, fls.359.

<sup>163</sup> Luiz Contreiras de Almeida. Salvador, 16 de março de 2010 (entrevista inédita).

bairros. Esses problemas mais ligados ao interesse de cada bairro”. Finalizando, Contreiras contribui com mais uma informação relevante para avaliar o nível de participação dos comunistas nos Comitês Populares Democráticos, ao atribuir o fim desses organismos à cassação do registro do PCB, em 1947, pois “os comunistas eram os que frequentavam, mais firmes, mais assíduos, compreendeu? Os que tinham mais responsabilidade pela manutenção do comitê”.

Segundo Maria Victoria Espiñeira, a estratégia do PC era a de não expor sua participação nos movimentos populares.<sup>164</sup> Todavia, o testemunho de Luiz Contreiras reitera o que já podia ser inferido através de uma análise das fontes até o momento apresentadas neste trabalho. Embora não seja possível identificar uma vinculação de *todos* os membros de Comissões Populares Democráticas ao PCB, é perceptível que os comunistas tinham uma considerável penetração nesses organismos e eram, em grande parte, responsáveis pelo seu funcionamento. A diversidade de pessoas que compunham os Comitês Populares provavelmente resultou na variação entre os programas produzidos pelo organismo de cada bairro, mas ainda assim a diferença entre esses planos era muito sutil. As Comissões Populares Democráticas tinham, basicamente, as mesmas características e normas, enquadrando-se no padrão sugerido pelos comunistas que, por meio da imprensa, divulgaram as instruções de como formar Comitês, como já foi apresentado neste trabalho, em edições dos jornais *Tribuna Popular*, *O Momento* e *O Imparcial*. Os Comitês Populares Democráticos deveriam seguir o modelo elaborado pelos comunistas, que acompanhavam detidamente o desenvolvimento desses núcleos nos bairros e, inclusive, promoviam atividades conjuntas das Comissões de vários lugares de Salvador. Eram frequentes os eventos organizados por determinado Comitê que contavam com a presença de representantes de outros lugares, como o comício anti-integralista do Comitê Popular Democrático de Brotas, o qual incluiu a participação de membros das diversas comissões de bairros da cidade<sup>165</sup>. O primeiro comício do Comitê Popular do Engenho Velho contou com discursos de membros dos Comitês de Brotas, Pelourinho e Cabula, e com a presença do dirigente sindical Juvenal Souto.<sup>166</sup> Logo, havia um intercâmbio entre os organismos dos vários locais de Salvador, o que sugere que as ações dos Comitês ocorriam em unidade e de maneira coordenada, muito possivelmente pela própria agremiação comunista.

---

<sup>164</sup> ESPÍNEIRA GONZALEZ, op.cit., p. 30.

<sup>165</sup> “REALIZAÇÕES do Comitê de Brotas”. *O Momento*, 23 de julho de 1945.

<sup>166</sup> “COMISSÃO Popular Democrática do Engenho Velho”. *O Momento*, 06 de agosto de 1945.

Além disso, representantes dos Comitês Populares participavam de atividades do PCB, como a sessão pública de instalação da sede do Comitê Estadual do Partido, em julho de 1945<sup>167</sup>. Ainda nesse mesmo mês, no Teatro Jandaia, as Comissões Populares conduziram cartazes e dísticos, com palavras de ordem do Partido, no comício em homenagem a Pablo Neruda, então em visita à capital baiana<sup>168</sup>. Os Comitês Populares Democráticos também enviaram telegramas e se empenharam na organização de comícios de apoio ao candidato pelo PCB à presidência da República, Yeddo Fiúza<sup>169</sup>. Depreende-se disso que, por mais que fossem idealizados para serem organismos com autonomia para preparar seus próprios estatutos e realizar suas próprias atividades, na prática, os Comitês Populares Democráticos funcionaram como órgãos auxiliares do PCB para atuar junto à população dos bairros, visando uma maior penetração do Partido nas massas, fora dos espaços sindicais.

### 2.3 Composição social dos Comitês Populares Democráticos

Um ano e meio após a ascensão de Hitler na Alemanha, os comunistas, seguindo as orientações da Internacional Comunista, se transformaram nos mais aguerridos defensores da unidade antifascista<sup>170</sup>. A partir do ataque nazista à União Soviética, não somente os Partidos Comunistas passaram a empenhar-se na mobilização pela União Nacional, como as forças democráticas e progressistas do mundo inteiro e setores muito diversificados da opinião pública internacional formaram um poderoso movimento de âmbito planetário voltado para derrotar as potências do Eixo<sup>171</sup>. No Brasil, por meio de organismos como a União Nacional dos Estudantes, a Sociedade Amigos da América, a Liga de Defesa Nacional e entidades patrióticas e estudantis existentes nos estados, foi construída uma frente — a União Nacional para a Defesa da Pátria — que congregou os patriotas, os antifascistas, os liberais democratas, os comunistas, a burguesia, a classe média e o proletariado, em torno do governo, contra o nazinipofascismo.<sup>172</sup> Nesse sentido, o Secretariado Nacional do PCB se mostrou favorável à formação de uma frente popular e à ampliação das alianças possíveis, tendo em vista derrotar os integralistas. De acordo com Sena Júnior, os comunistas consideravam os setores

<sup>167</sup> FALCÃO, *O Partido Comunista...*, op.cit., p.280.

<sup>168</sup> “REALIZOU-SE, ontem, o Comício Pablo Neruda”. *Estado da Bahia*. 31 de julho de 1945.

<sup>169</sup> *O Momento*, 27 de novembro de 1945.

<sup>170</sup> HOBBSAWM, Eric, op.cit., p.149.

<sup>171</sup> PRESTES, Anita Leocádia. Op.cit., p.89.

<sup>172</sup> FALCÃO, João, *O Brasil e a Segunda Guerra*, op.cit., p. 21.

liberais burgueses, de larga tradição oligárquica, conhecidos como autonomistas, como aliados fundamentais. O Partido Comunista, que aspirava assegurar seu espaço político legal, dificilmente poderia ignorar um segmento que tinha oferecido resistência ao Estado Novo e que tinha importantes quadros na Bahia, como Luiz Viana Filho, Nestor Duarte, Wanderley Pinho e tantos outros<sup>173</sup>. Portanto, após o triunfo sobre o nazifascismo na Segunda Guerra, o Partido procurou preservar essa união policlassista, defendendo a “ordem e tranquilidade”, para a realização de eleições “livres e honestas” e a convocação da Assembleia Constituinte, procurando assegurar a consolidação da democracia.

A linha política de União Nacional foi seguida pelos Comitês Populares Democráticos. Em entrevista publicada no jornal *O Imparcial*, o comandante Roberto Sisson enfatizou a necessidade da inclusão, nas Comissões Democráticas, de todas as crenças e todas as classes “compatíveis com o ideal de uma pátria rica e forte, culta e democrática, livre e soberana”<sup>174</sup>. Logo, num Comitê Popular Democrático, deveriam aliar-se burgueses progressistas, classes médias, intelectuais, trabalhadores, “indiferentemente a seus credos políticos e religiosos, discutindo, construtivamente, em assembleias conjuntas, os seus interesses comuns”. De acordo com Sisson, o Comitê não somente defenderia o programa imediato do processo democrático pacífico, como também promoveria reuniões conjuntas de industriais e operários, de comerciantes, empregados e clientes, de professores, pais e alunos, para a discussão sobre diversos temas. Dessa maneira, “não há campo para sectarismo, golpismo ou divisionismo num comitê popular onde se trabalhar de verdade”. Deste modo, os Comitês Populares Democráticos deveriam ser organismos policlassistas, na tentativa de manter a união nacional engendrada durante o Estado Novo e a Segunda Guerra, visando o combate ao integralismo e a consolidação da democracia, junto à população dos bairros.

Assim sendo, através de seus manifestos, os Comitês Populares Democráticos procuraram reunir pessoas das mais variadas categorias sociais. Segundo a proclamação da Comissão de Brotas,

sem distinguir classes, este Comitê convida os industriais, operários, negociantes, comerciários, médicos, engenheiros, bacharéis, estudantes, professores, domésticas e demais pessoas residentes em

---

<sup>173</sup>SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.217.

<sup>174</sup> “AS ESQUERDAS não estão com o governo nem com as oposições”. *O Imparcial*, 05 de junho de 1945.

Brotas, qualquer que seja a sua condição social ou preferência partidária, para que se registrem neste Comitê Popular, dispostos a prestigiá-lo e engrandecê-lo com um trabalho inteiramente livre de preocupações subalternas<sup>175</sup>.

O Comitê Popular da Fazenda Garcia seguiu os mesmos parâmetros, por meio do seu manifesto:

A Comissão Organizadora, antevendo a solução democrática dos problemas locais, que serão reajustados num bem organizado programa o qual constituirá o apanágio das reivindicações do bairro; solicita adesão de todos os moradores de qualquer classe ou condição social, de qualquer cor, sexo, crença ou partidatismo político, convidando-os para a sessão de instalação da grande Comissão Popular Democrática do Bairro da Fazenda Garcia (...) <sup>176</sup>

Seguindo a proposta, a composição social dos Comitês Populares Democráticos de Salvador parece ter sido bastante heterogênea. A Comissão Popular do Alto do Peru contou, em sua formação, com a participação de pelo menos um portuário, dois estudantes e um operário<sup>177</sup>. O Comitê Popular da Fonte Nova foi fundado, entre outras pessoas, por cinco estudantes e dois doutores cujas especialidades não foram mencionadas, “todos moradores da populosa zona”<sup>178</sup>. A comissão provisória do núcleo do Barbalho, segundo *O Momento*, era apoiada por advogados, médicos, comerciantes progressistas e democráticos, todos moradores do bairro, cujos nomes não foram especificados<sup>179</sup>. O Comitê Popular de Mont-Serrat foi o único que apresentou as profissões de todos os seus componentes, incluindo dois fazendeiros, dois construtores, seis comerciantes, três advogados, um dentista, dois médicos, dois estudantes, três comerciários, um corretor de seguros e um engenheiro<sup>180</sup>. O comício anti-integralista promovido pela Comissão Popular de Brotas teve como oradores dois estudantes, uma professora, uma advogada, um médico, um comerciário, um operário e um expedicionário, sendo o operário presidente do Comitê do Pelourinho e identificado

<sup>175</sup> “MANIFESTO ao povo do distrito de Brotas”. *O Momento*, 09 de julho de 1945.

<sup>176</sup> “COMITÊ Popular dos Moradores de Fazenda Garcia”. *O Momento*, 23 de julho de 1945.

<sup>177</sup> “ALTO do Peru”. *O Momento*, 04 de junho de 1945.

<sup>178</sup> “FONTE Nova e adjacências”. *O Momento*, 04 de junho de 1945.

<sup>179</sup> “COMISSÃO Popular Democrática do Barbalho”. *O Momento*, 02 de julho de 1945.

<sup>180</sup> “COMITÊ Democrático de Mont-Serrat”. *O Momento*, 16 de julho de 1945.

como comunista o expedicionário, Ariston Andrade<sup>181</sup>. Portanto, conforme a proposta, parece que os Comitês Populares Democráticos realmente atraíram pessoas das mais variadas categorias sociais, interessadas em discutir os problemas dos bairros.

Embora os Comitês Populares tenham procurado abarcar todas as categorias sociais, chama atenção a elevada quantidade de advogados e, sobretudo, de estudantes participando dessas organizações. De fato, os comunistas baianos tinham ganhado prestígio na Bahia e o respeito entre os liberais, devido à sua grande influência no movimento de massas de Salvador, principalmente entre a intelectualidade e o setor estudantil. Gustavo Falcón chega a apontar uma tolerância e até um acolhimento do comunismo pelas chamadas classes dominantes baianas. Essa “convivência pacífica” entre pecebistas e oligarcas pode ser explicada levando-se em consideração que muitos militantes do PCB eram oriundos dessas altas camadas. Então, no entender de Falcón, muitas ações da esquerda não eram apenas toleradas, como financiadas pela elite baiana. O autor cita como exemplos os casos de João Falcão e Aristeu Nogueira, que obtinham recursos para as publicações partidárias junto ao alto comércio, e Fernando Santana, que frequentava reuniões da elite nos seus clubes sociais. Além disso, as bandeiras de luta giravam em torno de questões de grande apelo humanitário, de forte sentido social e de inegável conteúdo democrático, o que a princípio não parecia ofensivo às elites oligárquicas. Assim, os profissionais liberais, jornalistas, escritores e poetas ocupavam posição de prestígio na sociedade baiana dos anos 1940. Para Falcón,

Trata-se de um atributo dos mais importantes para se entender, na tradição barroca da Bahia, a respeitabilidade e o reconhecimento que desfrutavam não apenas os diplomados num curso superior, mas também os iniciados no mundo das letras, universos que quase sempre se tocavam e de onde seus interlocutores, médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, artistas de vários talentos se projetavam sobre uma sociedade quase ágrafa, pobre e mergulhada no contexto de uma cultura popular pouco afetada pelo plano dos de cima.<sup>182</sup>

---

<sup>181</sup> Informações sobre os componentes do Comitê Popular de Brotas em “REALIZAÇÕES do Comitê de Brotas”. *O Momento*, op.cit; sobre o presidente do Comitê do Pelourinho e Ariston Andrade, em FALCÃO, João, *O Brasil e a Segunda Guerra*, op.cit., p. 114.

<sup>182</sup> FALCÓN, Gustavo. *Do reformismo à luta armada: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. Salvador: Edufba, 2008, p.127.

Seja como for, a maioria dos integrantes dos Comitês era formada por estudantes universitários, cuja ligação com o PCB pôde ser confirmada através do cruzamento das fontes. Aparentemente, a mobilização estudantil, ocorrida durante o Estado Novo, perdurou ao longo do pós-guerra, motivando a juventude a participar de organismos que se propusessem a defender a democracia, como era o caso dos Comitês Populares Democráticos. A UEB frequentemente fornecia sua sede para reuniões dos Comitês Populares. A partir de 1946, o PCB começou a concentrar seus esforços na criação de núcleos voltados para a organização da juventude, e os Comitês Populares Democráticos desempenharam um papel importante nesse processo.

#### **2.4 Os Comitês Populares e a organização da juventude**

Na tentativa de consolidação da sua legalidade, o PCB procurou estimular a organização da juventude, e mais particularmente a trabalhadora, orientada politicamente “no caminho da democracia e do desenvolvimento pacífico”. Em seu discurso proferido em agosto de 1945, Luiz Carlos Prestes salientou a necessidade de o Partido saber interpretar as reivindicações dos jovens trabalhadores, de modo que os comunistas,

jovens ou não, que vivem entre os jovens, consigam ser os melhores e os mais ardorosos defensores da juventude, das suas reivindicações, de suas aspirações, por melhor educação, por divertimento e jogos desportivos. Por tudo isso torna-se indispensável dar aos companheiros que trabalham com a juventude a maior atenção, rodeá-los do maior carinho e assegurar-lhes todo o apoio político e material do Partido.<sup>183</sup>

Naquele momento vivido pelo PCB, Prestes acreditava que as organizações de jovens deveriam ser essencialmente de massa, e as mais amplas possíveis, e por isso não convinha desperdiçar esforços em nenhuma organização específica de jovens comunistas. Nesse sentido, os Comitês Populares Democráticos deveriam ser instrumentos utilizados para organizar os jovens, dentro da “ordem e tranquilidade”, em defesa da democracia. Em 25 de fevereiro de 1946, *O Momento* publicou um apelo aos Comitês Democráticos, orientando-os a ter uma importante atuação no movimento

---

<sup>183</sup> “OS COMUNISTAS na luta pela democracia”. Discurso proferido por Luiz Carlos Prestes em agosto de 1945. [www.marxists.org](http://www.marxists.org). Acessado em 23 de maio de 2009.

juvenil baiano, auxiliando a Liga da Juventude Baiana, visando unificar, por intermédio de clubes juvenis de bairro, os jovens baianos. Era preciso criar, “o quanto antes”, departamentos juvenis, compostos de jovens moradores de bairro e fazer com que esses departamentos entrassem logo em comunicação com a direção da Liga da Juventude Baiana, o que seria feito através da organização de uma seção juvenil de futebol ou basquete. De acordo com o apelo, “essa é uma importante tarefa dos Comitês Populares Democráticos, e estes, como reais defensores da unificação e da organização do povo e da juventude, devem levar a cabo, com sucesso”.<sup>184</sup>

Atendendo a essa orientação, a partir de 1946, os clubes juvenis começaram a se disseminar por Salvador, tendo se organizado os dos bairros de Nazaré, Plataforma, Barris, Barbalho, entre outros. Os Clubes Juvenis de Plataforma e do Barbalho realizaram festas em comemoração ao carnaval.<sup>185</sup> O Comitê Democrático do Engenho Velho, acabando de preencher “uma de suas finalidades que é, entre muitas outras, dar diversão ao povo”, fundou o “Engenho Velho Football Club”.<sup>186</sup> A Liga da Juventude Baiana se colocou em reunião permanente na sede da União dos Estudantes da Bahia, no sentido de que os jovens de diversos bairros e empresas da capital viessem para fundar vários clubes em toda a cidade. Um membro da Liga lá estaria pronto para prestar qualquer esclarecimento a todo jovem que dele precisasse, para fundar um clube juvenil num bairro ou numa empresa.

O PCB já conhecia o potencial organizativo dos jovens, do qual tivera provas durante a luta pela redemocratização e anistia aos presos políticos, durante o Estado Novo. A UEB, dirigida por estudantes baianos fortemente influenciados pelo ideário comunista, enviou uma mensagem ao então presidente Getúlio Vargas em 30 de maio de 1944, manifestando apoio às realizações de guerra do governo. Os estudantes da UEB reafirmaram que lutavam pela “unidade democrática de todo o povo” e “pela consolidação da União Nacional”, cobrando do governo uma ação enérgica contra a quinta-coluna. Explicitavam, dessa forma, objetivos antes apenas implicitamente admitidos, como a democratização do Brasil e a incorporação dos antifascistas, a maioria ainda encarcerados, nas fileiras da unidade democrática que se formava<sup>187</sup>. Os estudantes, dessa maneira, retomavam com força a mobilização a favor de reivindicações há muito tempo abafadas, tornando-se personagens fundamentais no

---

<sup>184</sup> “JUVENTUDE em marcha – apelo aos Comitês Democráticos”. *O Momento*, 25 de fevereiro de 1946.

<sup>185</sup> *Idem*.

<sup>186</sup> *Idem*.

<sup>187</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.190.



processo de redemocratização no país. Passada a ditadura estadonovista, o PCB agora buscava integrar os jovens em organizações de massa, dentre os quais figuravam os Comitês Populares Democráticos. Esse esforço da agremiação é notado, em seus registros escritos, com maior intensidade a partir do início de 1946, num contexto em que já se podia perceber certo esvaziamento nos Comitês. Em janeiro daquele ano, Prestes fez uma declaração exortando a inclusão de jovens nas organizações de massa, visando solucionar esse problema:

Adiante, pois, camaradas, com os jovens que nunca ocuparam postos importantes, mas que mostraram capacidade de trabalho e de direção alcançada pelo próprio contato com as massas nos sindicatos ou no lugar em que trabalham! Precisamos acabar o quanto antes com a situação em que se encontram tantos de nossos Comitês e organizações onde todo o trabalho de direção está concentrado nas mãos de um número reduzidíssimo de pessoas, ou mesmo nas de um só camarada. Se a polícia nos ensinou, durante anos de perseguições, que para todo o companheiro que tomba surgem dezenas e centenas de outros na altura de substituí-lo, precisamos, agora, acabar definitiva e rapidamente em nosso Partido, com qualquer tendência aos homens providenciais, insubstituíveis ou indispensáveis.<sup>188</sup>

Nesse sentido, organizar os jovens parecia ser a solução para o esvaziamento dos Comitês Populares e outros organismos ligados ao PCB, objetivando atrair futuros membros para o Partido e descentralizar, das mãos de um número reduzido de pessoas, o trabalho de direção daqueles núcleos.

## **2.5 Os Comitês Populares e a participação feminina**

As orientações para a implantação dos Comitês Populares enfatizavam a importância de se realizar um trabalho junto às mulheres. De modo geral, as Comissões Democráticas dos bairros da capital baiana procuravam incentivar a participação feminina. Em decorrência dos papéis sociais que lhes couberam ao longo da história, eram as mulheres que tinham maior conhecimento de causa para denunciar a carestia de

---

<sup>188</sup> “O PCB na luta pela paz e pela democracia”. Discurso proferido por Luiz Carlos Prestes em 04 de janeiro de 1946. [www.marxists.org](http://www.marxists.org). Acessado em 23 de maio de 2009.

vida, a falta de escolas, entre outros problemas apontados com maior frequência pelos Comitês. Afinal, como declarou Prestes,

a mulher, como dona de casa, mãe e esposa, sente mais do que ninguém as terríveis conseqüências da crise que atravessamos, a carestia que torna cada vez mais difícil a vida do povo e da família e ninguém melhor do que a mulher para compreender o que há de justo em nossa atual linha política de ordem e tranqüilidade, de luta pela democracia e contra os golpes “salvadores”<sup>189</sup>.

Conforme Geoff Eley acrescenta, naquele contexto de crescimento da democracia, os partidos socialistas e comunistas sem dúvida trouxeram as necessidades femininas para o centro da cena política. Entretanto, a igualdade civil foi sempre sacrificada pela persistência de sistemas de discriminação econômica com base no gênero, cujos pressupostos paternalistas dominantes nunca deixaram de atribuir às mulheres um lugar dependente e subalterno. De acordo com o autor, “era como se todas as vezes que a esquerda socialista se aproximasse do poder as normas de gênero estabelecidas sempre prevalecessem”<sup>190</sup>. Dessa maneira, a família era a referência primária da identidade política feminina; por essa razão, as demandas das mulheres, feitas por meio dos Comitês Populares, eram predominantemente decorrentes de sua vivência no âmbito doméstico.

Conseqüentemente, por vezes é possível conferir n’*O Momento* as falas de algumas mulheres que se interessaram em participar das Comissões Democráticas. Em evento no Comitê Popular do Alto do Peru, a senhora Noêmia Domiense Alves (identificada pela polícia como militante pecebista) fez um pronunciamento em nome da mulher do bairro<sup>191</sup>. No Comitê Popular Democrático de Brotas, que continha uma ala feminina, a professora Mercês Contreiras exaltou o papel da educação e a necessidade de instalação de escolas nos bairros proletários<sup>192</sup>. Já a ala feminina do Comitê Popular Democrático da Fazenda Garcia era

quase outro Comitê menor desenvolvendo uma série de realizações e planejando outras tantas da maior importância para a população

<sup>189</sup> “OS COMUNISTAS...”. Op.cit.

<sup>190</sup> ELEY, Geoff, op.cit., p. 439.

<sup>191</sup> *O Momento*, 20 de agosto de 1945.

<sup>192</sup> Idem.

feminina local, principalmente do ponto de vista de proteção e assistência social às crianças do bairro <sup>193</sup>.

A ala feminina do Comitê da Fazenda Garcia também foi responsável por discutir e elaborar um projeto para os festejos de Natal de 1945, intitulado o “Natal do Menino Pobre”.<sup>194</sup> Em debate realizado nesse mesmo Comitê, a senhora Elza Naziazeno denunciou a existência, em sua rua, de um esgoto geral, com o cano quebrado. Perto deste esgoto, brincavam dezenas de crianças e lavadeiras trabalhavam. Em época de chuva, as enxurradas cavavam profundos buracos no leito da rua. Elza termina seu pronunciamento conclamando todas as mulheres presentes a lutarem pelas reivindicações mais sentidas pelos moradores, pois “a luta pelo extermínio da miséria em que vivem os bairros de nossa capital também era uma luta das mulheres”.<sup>195</sup>

Na cidade de Salvador, em 15 de julho de 1945, foi lançado um “Manifesto das Mulheres Baianas contra o fascismo”, dia em que se realizou uma passeata de mulheres tendo à frente trabalhadoras têxteis. O manifesto se referia à participação feminina “na Liga de Defesa Nacional, pela redemocratização do país, na campanha de ajuda à FEB, na campanha pela anistia” e “participação nos comitês democráticos.”<sup>196</sup>

O jornal *O Momento* conferiu uma ênfase interessante à participação destacada das donas de casa na campanha pela instalação de um açougue, no bairro do Tororó. O Comitê Popular Democrático local, atendendo às necessidades dos moradores, comunicou a sua demanda junto à Comissão de Abastecimento. De acordo com o periódico,

Esta reivindicação foi vitoriosa graças ao esforço conjunto do comitê e de todos os moradores, principalmente das donas de casa que tomaram posição destacada na campanha. A Comissão de Abastecimento atendeu a esta justa reivindicação e o açougue no dia 31 — sexta-feira passada — com grande satisfação para os moradores daquele bairro que compreende a força que possui e as possibilidades que tem um povo unido e organizado.<sup>197</sup>

<sup>193</sup> “NO COMITÊ Popular da Fazenda Garcia”. *O Momento*, 22 de outubro de 1945.

<sup>194</sup> “OS COMITÊS Populares e os festejos de Natal”. *O Momento*, 05 de novembro de 1945.

<sup>195</sup> “A VOZ de homens e mulheres da Fazenda Garcia”. *O Momento*, 18 de fevereiro de 1946.

<sup>196</sup> MONTENEGRO, Ana. *Mulheres – participação nas lutas populares*. Salvador: M & S, 1985, p. 23.

<sup>197</sup> *O Momento*, 03 de setembro de 1945.

De acordo com João Reis e Márcia Gabriela Aguiar, em estudo sobre um motim contra a carestia na Bahia no ano de 1858, as mulheres das classes populares foram presença constante em movimentos desse tipo na Europa,

o que tem sido explicado como expressão de seu papel na cozinha, cuidando da comida da família, e no mercado, comprando essa comida. Daí os aumentos de preços e a sonegação da oferta dos produtos por especuladores serem assuntos diretamente relacionados com o universo feminino. Estudos recentes têm sugerido que elas também trabalhavam fora de casa, sobretudo nas cidades "proto-industriais" inglesas de médio porte. As negras na Bahia faziam tudo isso: trabalhavam na rua e em casa, compravam e ainda vendiam. Estavam portanto atentas nas oscilações do mercado.<sup>198</sup>

De fato, ainda na Bahia de meados do século XX, as mulheres se viam especialmente envolvidas nas demandas relativas ao âmbito doméstico, como a necessidade de se obter alimentação suficiente e de qualidade para a família.

Apesar de alguns nomes femininos vez por outra aparecerem nas listas de membros das Comissões com algum cargo dirigente, de modo geral eram os homens que, em sua maioria, davam entrevistas e figuravam nas fotografias d' *O Momento* como os líderes dos Comitês Populares, desempenhando a maior parte de suas funções. Todavia, é possível que essa situação seja decorrente do fato de, tão logo a democracia foi restabelecida, após o Estado Novo, as mulheres terem se dedicado a organizar agremiações femininas, levantando questões mais específicas do gênero. Ana Montenegro afirma que, a partir de 1945, as mulheres participaram dos Comitês Democráticos e formaram também paralelamente os Comitês Femininos e outros grupos e organizações. Os nomes variavam muito, de Estado a Estado, de cidade a cidade e até de bairro a bairro. Na Bahia, por exemplo, o Comitê Democrático de Mulheres, que também lutava contra a carestia, centrou suas atividades na defesa dos lares de centenas de famílias despejadas nos bairros de Salvador<sup>199</sup>. Assim, a mobilização política feminina também podia ser percebida em outros organismos, similares aos Comitês Populares Democráticos de bairros.

<sup>198</sup> REIS, João José e AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. "‘Carne sem osso e farinha sem caroço’: o motim de 1858 contra a carestia da Bahia". In: *Revista de História*. São Paulo, dezembro de 1996.

<sup>199</sup> \_\_\_\_\_. *Ser ou não ser feminista*. Recife: Guararapes, 1981, p.65.

## 2.6 Comitês Populares e as eleições

Nesta parte da dissertação, faz-se necessário realizar um apanhado do contexto político no imediato pós-guerra, a fim de situar a atuação dos Comitês Populares no que diz respeito à conjuntura eleitoral do período.

No dia 28 de fevereiro de 1945, foi assinada a Lei Complementar nº9, restabelecendo o sufrágio direto para a presidência da República, governos estaduais, Senado, Congressos federal e estaduais e dando o prazo de noventa dias para a fixação da data das eleições. Na data prevista, Vargas regulamentou as eleições, que foram marcadas para o dia 02 de dezembro<sup>200</sup>. Dessa maneira, os partidos tratariam de indicar candidatos à Presidência da República.

A UDN lançou o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes, como símbolo da resistência à ditadura e do “espírito revolucionário de 30”.<sup>201</sup> Ele agrupava em torno de si a grande burguesia industrial e financeira, que confiava em Eduardo Gomes como o homem capaz de ganhar as eleições e lhe entregar o poder, além de também contar com o apoio da classe média. Seu programa dava destaque aos aspectos jurídicos da redemocratização do Brasil. A UDN recomendava uma volta ao liberalismo, tanto em política quanto em economia. Isso significava dismantelar o aparelhamento de controle do tempo de guerra, abolir as barreiras que obstruíam o livre curso de homens e de capitais e por esta forma permitir o funcionamento das forças econômicas espontâneas<sup>202</sup>.

O PSD lançou a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra, que encarnava as esperanças das classes conservadoras, tradicionais, e com toda a máquina estatal construída por Vargas e que ainda não tinha sido desmontada<sup>203</sup>. De acordo com Arnaldo Spindel, os preceitos do decreto-lei de 28 de maio acerca da representação por estado na Assembleia Constituinte beneficiou o PSD. Afinal,

Fugindo ao mecanismo de exata proporcionalidade, o decreto estabelece que o número de deputados seria em proporção que não excedesse um para cada cinquenta mil habitantes até vinte deputados e, além desse limite, um para cada duzentos e cinquenta mil

<sup>200</sup> SPINDEL, Arnaldo, op.cit., p. 47.

<sup>201</sup> BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1930 a 1960*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1985, p. 171.

<sup>202</sup> SKIDMORE, Thomas, op.cit., p. 84.

<sup>203</sup> BASBAUM, Leôncio, op.cit., pp. 173-4.

habitantes. A subrepresentação dos estados mais desenvolvidos e dos grandes centros urbanos, aí implícita, indica o interesse de Vargas em aumentar a representação dos estados dominados pelas oligarquias, zonas nas quais a máquina pessedista estava extremamente bem montada<sup>204</sup>.

A intensa mobilização popular em torno da bandeira queremista provocou os setores mais conservadores da oposição, que passaram a disputar o primeiro plano da cena política, acompanhados pelos liberais e pela esquerda intelectual. A anistia e a legalização do Partido Comunista significaram uma ameaça para as forças conservadoras, que consideravam preocupante a aproximação de Getúlio com o operariado<sup>205</sup>. Vargas adotaria medidas como a “Lei Malaia”, ou lei antitruste, de 22 de junho de 1945, que, num contexto de grande descontentamento popular e de uma vaga de greves por melhores salários e condições de vida e trabalho, visava “caracterizar o (...) governo como nacionalista e jogar a culpa da crescente inflação, que afligia o grosso da população, nos empresários”<sup>206</sup>.

Enquanto as forças políticas trabalhavam para emplacar as candidaturas, situacionista de Eurico Gaspar Dutra, do PSD, e opositor de Eduardo Gomes, da UDN, os comunistas pretendiam uma solução de continuidade de Getúlio no poder, protelando as eleições presidenciais para depois do estabelecimento da Constituinte<sup>207</sup>. Contudo, como salienta Anita Prestes, os documentos da época revelam que, em momento algum, o PCB ou Luiz Carlos Prestes defenderam a palavra de ordem de “Constituinte com Getúlio”, bandeira do movimento queremista. “Queremos Constituinte com Getúlio” era a consigna de tal movimento, que, com a aprovação e o apoio do próprio Vargas, se batia pelo seu continuísmo. Dessa maneira, os dirigentes comunistas jamais defenderam a continuidade de Vargas no poder, mas lutaram por eleições presidenciais efetivamente democráticas, entendendo que, para tal, era necessário que as mesmas se realizassem numa nova situação institucional, livre do autoritarismo da Carta estadonovista de 1937. Para o PCB,

---

<sup>204</sup> SPINDEL, Arnaldo, op.cit., p.49.

<sup>205</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp. 54-5.

<sup>206</sup> PRESTES, Anita Leocádia. “Os comunistas e a Constituinte de 1946”. In: *Estudos Ibero-Americanos*, v.XXXII, n.2, dezembro de 2006, p.174.

<sup>207</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.237.

apoiar Vargas, exigindo concomitantemente a convocação da Assembleia Constituinte, era o meio de evitar o golpe das forças mais conservadoras – aquelas que desejavam impedir a aproximação de Getúlio com as massas e travar o processo de democratização que vinha sendo por ele promovido, apesar das vacilações e limitações evidenciadas. Para os comunistas, tratava-se, portanto, de dar sustentação ao governo existente, que vinha tomando medidas de “abertura” do regime, e pressioná-lo no sentido da realização de eleições livres para a Constituinte, em que fosse elaborada e promulgada uma nova Lei Magna, representativa da correlação de forças presentes no País. Dessa forma, o presidente da República a ser eleito iria governar respeitando os preceitos de uma Constituição democrática, expressão da vontade nacional<sup>208</sup>.

De acordo com Sena Júnior, depois de agosto de 1945, os comunistas passaram a atuar eficazmente nos Comitês Populares Democráticos, levando não apenas a política de União Nacional para o seu interior, mas defendendo que o processo Constituinte deveria ocorrer antes da eleição presidencial, de maneira a vir a ser o próprio Getúlio a conduzir a transição. Destarte, os comunistas organizaram uma série de comícios em diversos bairros da cidade de Salvador com o intuito de mobilizar o povo para as eleições que se aproximavam<sup>209</sup>.

As reivindicações pela convocação da Assembleia Constituinte tornaram-se constantes entre as atividades dos Comitês Populares Democráticos. Em entrevista a *O Momento*, os dirigentes do Comitê Popular do Pelourinho declararam a disposição deste organismo em “lutar pela Assembleia Constituinte, porque percebe que, somente por esse caminho, o povo e o proletariado brasileiros obterão sua verdadeira carta democrática”<sup>210</sup>. A edição de 22 de outubro de 1945 do periódico trouxe depoimentos de alguns líderes de Comitês Populares Democráticos de Salvador, a respeito da necessidade da convocação da Constituinte. Em nome da Comissão Democrática de São Caetano, seu presidente, o operário Antonio Gomes de Oliveira, afirmou que a mesma acreditava ser

---

<sup>208</sup> PRESTES, Anita Leocádia. “Os comunistas ...”, p.180.

<sup>209</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.242.

<sup>210</sup> “O COMITÊ do Pelourinho luta pela Constituinte”. *O Momento*, op.cit.

a Assembleia Constituinte a maior necessidade de todos os brasileiros que aspiram viver uma vida melhor e mais justa, com todas as garantias, num regime verdadeiramente democrático. Só através da Constituinte o proletariado e o povo terão liberdade de reivindicar e obter as suas reivindicações mais sentidas<sup>211</sup>.

Um dos dirigentes do Comitê Popular Democrático do Alto do Peru, Pedro Domiense de Oliveira, reforçou a necessidade da convocação imediata da Assembleia Constituinte:

No presente momento a convocação da Assembleia Constituinte torna-se uma reivindicação de todos os partidos realmente democráticos e de todo o povo porque somente ela poderá desfazer o ambiente de balbúrdia e incerteza trazido pelo último decreto presidencial que convoca para dois de dezembro, de uma só vez, todas as eleições.<sup>212</sup>

Junto a Pedro Domiense, outro representante do Comitê Popular do Alto do Peru, o operário Januário Ferreira dos Santos, prestou o seguinte depoimento ao periódico comunista:

Só os inconscientes podem negar a importância da Assembleia Constituinte antes da escolha do Presidente. Uma sociedade sem estatutos não vale nada, porque ou vira anarquia ou seu presidente se torna ditador.<sup>213</sup>

*O Momento* publicou, por fim, a declaração do membro da diretoria da Comissão Democrática do Tororó, Belmiro dos Santos:

Com a derrota do fascismo o povo aprendeu muito, as coisas mudaram e nós já sabemos querer sem precisar de conselho dos cabos eleitorais. Por isso para solução desta crise política e econômica só vemos um caminho justo, pacífico e democrático: a convocação imediata da Assembleia Constituinte<sup>214</sup>.

---

<sup>211</sup> “SÓ há um caminho: convocação da Assembleia Constituinte”. *O Momento*, 22 de outubro de 1945.

<sup>212</sup> Idem.

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Idem.



Dessa forma, os Comitês Populares Democráticos procuravam se coadunar com a postura adotada pelo PCB de defender a convocação da Assembleia Constituinte anteriormente à realização da eleição presidencial, o que é mais um indício de que esses organismos atuaram, na realidade, como órgãos auxiliares do Partido.

Em 29 de setembro de 1945, o embaixador Adolf Berle pronunciou um discurso, em Petrópolis, no qual elogiou a cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil, durante a Segunda Guerra, pela liberdade de opinião, e ressalta a necessidade de uma Constituição para o restabelecimento da democracia<sup>215</sup>. Foi grande a repercussão das palavras de Berle, pois obrigavam moralmente o governo, por conta das implicações internacionais, a concretizar as promessas de eleições livres no Brasil. Desse modo, era evidente a intromissão do embaixador dos Estados Unidos na política brasileira. Maria Victoria Benevides menciona a existência de documentos do National Archives, em Washington, que atestam o interesse americano na derrubada de Vargas. Certamente, inquietava Berle a viabilidade de um presidente brasileiro que, além de contar com o apoio popular, desenvolvesse uma política econômica prejudicial (como a legislação anti-truste) aos interesses das classes produtoras, convergentes com a expansão do capital ianque<sup>216</sup>.

Entre os meses de setembro e outubro, dois tipos de pressão foram exercidos fortemente sobre Vargas: de um lado, os queremistas, que exigiam que o ditador permanecesse no governo do país até a promulgação da nova Constituição, e do outro os interventores estaduais, que pretendiam garantir suas posições nas próximas eleições locais, exigindo, para isto, o adiantamento dos pleitos estaduais. A atuação dos primeiros culminou no enorme comício do dia 03 de outubro, onde mais de cem mil pessoas gritaram os slogans queremistas, e a dos segundos leva à promulgação do decreto que transferia as eleições estaduais para o mesmo dia da presidência. Estas providências do governo levaram a oposição a exigir a intervenção das Forças Armadas no processo político. Em 28 de outubro de 1945, Vargas nomeou seu irmão Benjamim chefe de polícia, responsável pela segurança do Distrito Federal. Circularam rumores pelo comando militar de que era o primeiro passo de Getúlio para se manter no poder. Revigorado pela volta dos oficiais que serviram na Itália, o comando das forças

---

<sup>215</sup> SILVA, Hélio. *1945: por que depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, pp.214-9.

<sup>216</sup> BENEVIDES, Maria Victoria, op.cit., p.55.

armadas, com o apoio de Dutra e Góis Monteiro, decidiu depor Vargas<sup>217</sup>. Em 29 de outubro, Getúlio foi deposto do Palácio Guanabara e substituído pelo ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, sem opor resistência<sup>218</sup>.

Com a deposição do presidente, os comunistas sofreram maior represália do que os membros do governo. Na visão de Anita Prestes, o real sentido do golpe torna-se claro quando se verifica que Vargas, após a renúncia, embarcava cercado de garantias para suas fazendas no Rio Grande do Sul, enquanto os comunistas seriam alvo da repressão policial. As sedes do PCB foram invadidas e depredadas, seus dirigentes perseguidos e presos<sup>219</sup>.

No entanto, a repressão aos membros do PCB não demorou a cessar. Ainda defendendo a manutenção da “ordem e tranquilidade”, os comunistas passam a apoiar o governo interino de Linhares, pois qualquer gestão que aceitasse a tônica da distensão política garantiria a existência do PCB e certo espaço para sua atuação sindical, desde que o Partido não perturbasse a ordem, produzindo efeitos tranquilizadores nos golpistas<sup>220</sup>. Todavia, o PCB ficara em posição extremamente difícil por ter acreditado piamente no continuísmo de Getúlio Vargas, não se preparando para o pleito presidencial. Não poderia apoiar Dutra ou Eduardo Gomes, por suas posições reacionárias, assim como sua política de “União Nacional”, acima das classes, o impedia de lançar um comunista, apesar de Prestes ser um candidato natural<sup>221</sup>. Devido à política de união nacional, era necessário um candidato que não fosse político e muito menos comunista, e que, portanto, pairasse sobre a atmosfera de rivalidades e compromissos<sup>222</sup>. Então, em meados de novembro, o Partido escolheu Yeddo Fiúza, engenheiro civil, ex-prefeito de Petrópolis e não-comunista. Conforme esclarecimento do secretário-geral do PCB, a agremiação acreditava que o Brasil ainda não estava pronto para um governo comunista. Além disso, não era vantajoso arriscar o nome de Prestes numa disputa já perdida de antemão, por maior que fosse o prestígio do “Cavaleiro da Esperança” junto à sociedade. Ao mesmo tempo, o PCB empreendeu uma

---

<sup>217</sup> LEVINE, Robert. *Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.111.

<sup>218</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias, op.cit., p.248.

<sup>219</sup> PRESTES, Anita Leocádia. “Os Comunistas...”, op.cit., p.180.

<sup>220</sup> SPINDEL, Arnaldo, op.cit., p.58.

<sup>221</sup> PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984, p.186.

<sup>222</sup> BASBAUM, Leôncio, op.cit., p.172.

vigorosa campanha para eleger seus próprios deputados e senadores do novo Congresso<sup>223</sup>.

Àquela época, as mulheres já haviam adquirido o direito ao sufrágio e o principal critério de exclusão era a interdição do voto aos analfabetos. A Bahia contava com apenas 10,29% de habitantes aptos a votar, um percentual bastante reduzido, sobretudo porque o voto não era obrigatório<sup>224</sup>. Logo, através de seus órgãos auxiliares, o PCB realizou uma vigorosa campanha em prol do alistamento eleitoral. Os Comitês Populares Democráticos foram utilizados como instrumentos importantes nessa empreitada.

Desde a implantação dos Comitês Populares em Salvador, a alfabetização, sobretudo a de adultos, já era uma das principais demandas a serem priorizadas. O programa do Comitê Democrático de Brotas mencionou a alfabetização da população local como uma de suas metas mais imediatas, visando “trabalhar pela elevação do nível cultural do povo”<sup>225</sup>. O programa do Comitê Popular de São Caetano propunha a criação de mais escolas, inclusive algumas com dois turnos, para alfabetização noturna de adultos de ambos os sexos, incluindo essa atividade, a ser realizada de “maneira rápida e eficiente”, entre as suas palavras de ordem, ao encerrar o manifesto<sup>226</sup>.

Com a proximidade das eleições, em setembro, foi publicada n’ *O Momento* uma nota recomendando que, ao lado da campanha para a concessão do direito de voto aos analfabetos, os Comitês Populares dessem um novo impulso à campanha de alfabetização, especialmente, “pelo menos no momento, para adultos”<sup>227</sup>. Segundo o jornal, era preciso levar às urnas o maior número possível de brasileiros, cuja maior parte não era letrada. Nesse sentido, sugeria-se a organização de uma Comissão de Alfabetização incluindo todos os Comitês, no intuito de ser traçado um plano de ação conjunta com a finalidade de empreender a alfabetização massiva de adultos. Nessa mesma edição do periódico, foi publicada uma entrevista com dirigentes da Comissão Popular do Pelourinho, em que, entre outros temas, foi tratada a questão do letramento da população local. O presidente daquele Comitê, o comunista Arlindo Simões, declarou que o organismo já fizera de uma lavadeira analfabeta uma eleitora, e que,

---

<sup>223</sup> SKIDMORE, Thomas, op.cit., p.88.

<sup>224</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p. 265.

<sup>225</sup> “PROGRAMA de reivindicações dos moradores da Fonte Nova”. *O Momento*, 18 de junho de 1945.

<sup>226</sup> “MANIFESTO do Comitê Democrático de São Caetano”. *O Momento*, 16 de julho de 1945.

<sup>227</sup> “OS COMITÊS populares e a alfabetização”. *O Momento*, 03 de setembro de 1945.

após a consecução de uma sede, seria instalada uma escola noturna para alfabetizar adultos<sup>228</sup>.

Na edição seguinte do jornal *O Momento*, foi divulgada uma entrevista com representantes do Comitê Popular de Brotas, a respeito das realizações do referido órgão<sup>229</sup>. Entre outras atividades da Comissão Democrática, constava o projeto da criação de uma escola para adultos e outra para crianças, “estando em andamento os processos para a sua criação, contando já com o apoio de professoras residentes no local”<sup>230</sup>. A respeito da campanha de alistamento eleitoral, um dos dirigentes do Comitê Popular de Brotas, o acadêmico Luiz Contreiras, declarou:

Se não nos descuidamos em solucionar os problemas imediatos do bairro, claro está que intenso tem sido o nosso trabalho de esclarecimento popular, pugnando acima dos partidos pelo alistamento eleitoral; pelo voto livre e consciente; pela democracia; realizando para tal fim diversos comícios e palestras. Por outro lado, procuramos por todos os meios incentivar o intercâmbio entre os diversos comitês, comparecendo em seus comícios e outros empreendimentos.

No dia 01 de outubro de 1945, *O Momento* noticiou a mobilização pela fundação de escolas pelos Comitês Populares Democráticos de Brotas, Engenho Velho e Alto do Peru. Enquanto o Comitê de Brotas formava uma comissão para providenciar a instalação de uma escola para adultos naquele bairro, o Comitê do Engenho Velho já anunciava a existência da sua escola popular para alfabetizar os moradores locais, os quais, naquele momento, figuravam para o Partido como potenciais eleitores<sup>231</sup>. A escola do Comitê Popular do Alto do Peru trazia o nome de Roosevelt, “o grande amigo do povo e saudoso defensor da liberdade”. De acordo com o jornal, a escola possibilitou que jovens e adultos aprendessem “alguma coisa a ler e a escrever, oportunidade esta por que tantos ansejavam [sic] e agora lhes é facilitado pelo Comitê”. Ainda segundo *O Momento*, mais de quarenta alunos já estavam matriculados na mesma.

Aliada à campanha pela alfabetização, era uma preocupação recorrente a questão da educação política do povo. Um aspecto importante dessa educação política das massas é todo o esforço, feito por meio dos Comitês Populares Democráticos, visando o

<sup>228</sup> “O COMITÊ do Pelourinho luta pela Constituinte”. *O Momento*, 03 de setembro de 1945.

<sup>229</sup> “O COMITÊ de Brotas luta pela democratização e pelo progresso do país”. *O Momento*, 10 de setembro de 1945.

<sup>230</sup> *Idem*.

<sup>231</sup> “UMA ESCOLA para moradores do Alto do Peru”. *O Momento*, 01 de outubro de 1945.

combate à rearticulação do integralismo. A comissão provisória do Comitê Popular Democrático de Itapagipe se encarregou de organizar, na sua zona de ação, todas as manifestações da “Semana Anti-integralista dos Bairros”, que consistia na realização de comícios e reuniões de esclarecimento público sobre a democratização do país, a necessidade de união nacional e a luta contra a quinta-coluna<sup>232</sup>. Essa campanha também contou com a adesão dos Comitês Populares do Alto do Peru e da Fonte Nova. Em entrevista publicada n’*O Momento* em 11 de junho de 1945, Carlos Marighella falou sobre o movimento de formação dos Comitês Populares, “cujo embrião se encontra nos inúmeros comitês de bairro que apóiam e desenvolvem a campanha do ‘Movimento Popular Anti-integralista’”. Segundo Marighella,

Esses comitês deveriam ser multiplicados — visando não somente impedir a reorganização do integralismo, de acordo com o art.114 do Código Eleitoral, que nega “registro ao Partido cujo programa contrarie princípios democráticos, ou os direitos fundamentais do homem”, mas também procurando transformar-se, conforme a orientação de Prestes em seu discurso, em Comitês democráticos e Progressistas pelo conteúdo.<sup>233</sup>

Vários Comitês Democráticos incluíram em seus programas o combate ao integralismo através da educação política das massas, incluindo a realização de “palestras, leituras e discussões nos moldes democráticos, de todos os problemas econômicos, técnicos e político-sociais, na resolução dos quais se acham empenhadas todas as correntes políticas democráticas do Brasil”<sup>234</sup>. Dentre as Comissões Populares que mencionaram em seus programas a importância da educação política das massas, é possível citar as dos Mares, Pelourinho, São Caetano e Fonte Nova. Em 23 de julho de 1945, *O Momento* noticiou a realização de uma sessão do Comitê Popular de Brotas, em que foi aprovada a criação de uma biblioteca, “comprometendo-se cada membro a levar um livro na próxima reunião”, além da deliberação de um comício em que seria levada a efeito uma pequena exposição anti-integralista, para que o povo visse “os bárbaros crimes perpetrados pelos verdes e suas ligações com os nazistas”<sup>235</sup>. Um mês depois, esse mesmo Comitê enviou um telegrama ao presidente da República denunciando a

<sup>232</sup> “ORGANIZAM-SE os Comitês Democráticos Populares”. *O Momento*, op.cit.

<sup>233</sup> “FALA Carlos Marighella ao povo da Bahia”. *O Momento*, 11 de junho de 1945.

<sup>234</sup> “PROGRAMA do Comitê do distrito dos Mares”. *O Momento*, op.cit.

<sup>235</sup> “INSTALADO o Comitê Popular Democrático do Engenho Velho de Brotas”. *O Momento*, 23 de julho de 1945.

rearticulação do integralismo, mascarado sob a forma da Cruzada Brasileira de Civismo<sup>236</sup>.

Além das palestras de esclarecimento, os dirigentes dos Comitês Populares Democráticos também utilizaram formas mais lúdicas de procurar educar politicamente o povo. Em seu trabalho sobre as festas negras do século XIX, João Reis entendeu essas manifestações de escravos como contestações ao sistema alternativas ao confronto direto<sup>237</sup>. Analogamente, os comunistas na Salvador da década de 1940 também devem ter enxergado o potencial rebelde das celebrações do calendário cristão. Os Comitês Populares eram responsáveis por organizar festas nas datas comemorativas, como o Natal nos bairros, nas quais

as crianças pobres receberam os seus presentes nas mãos do próprio povo, diferentemente do que ocorria em anos anteriores, quando senhoras granfinas [sic] se disputavam a primazia e distribuir uns bombons e brinquedos às enormes filas de crianças miseráveis. O povo é que deve fazer as suas festas nos bairros, eliminando, tanto quanto possível, essa caridade humilhante<sup>238</sup>.

Thompson valorizou o papel da representação simbólica na manutenção da hegemonia exercida pela *gentry*. Como diz o autor inglês, era uma espécie de lubrificante social que podia fazer os mecanismos de poder e exploração girar mais suavemente. Os pobres eram frequentemente transformados em cúmplices de sua opressão: um ano de provisões escassas podia ser compensado por uma generosa doação no Natal.<sup>239</sup> Talvez por isso os comunistas dispensassem a “caridade humilhante” da burguesia, que procurava compensar um ano inteiro de exploração sobre os pobres com irrisórios brindes natalinos. A recusa a esses presentes significa uma revolta simbólica, como queriam os comunistas, contra a condição de subserviência das massas em relação às “granfinas”.

Outra celebração própria do calendário cristão, a queima de Judas, representou para os dirigentes dos Comitês uma catarse contra o integralismo:

<sup>236</sup> “O COMITÊ de Brotas denuncia a rearticulação do integralismo”. *O Momento*, 27 de agosto de 1945.

<sup>237</sup> REIS, João. “Tambores e temores; a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX”. In: CUNHA, MCP. *Carnavais e outras F(r)estas*. Campinas: Unicamp, 2002.

<sup>238</sup> “ALCANÇARAM o maior brilho as festas de bairro”. *O Momento*, 31 de dezembro de 1945.

<sup>239</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p.49.

Em todos os bairros o povo organizou as suas festas, queimando-se pela cidade inúmeros Judas, simbolizando [sic] com isso a vingança contra os inimigos e traidores da Humanidade. Este ano, Iscariotes já não apareceu na figura de Hitler, como nas “execuções” anteriores, quando o povo justicava o assassino nazista, querendo com isso expressar o seu rancor ao nazifascismo. Outros traidores sucumbiram à forca e, entre eles, os chefetes integralistas<sup>240</sup>.

Naquele contexto de legalidade recém-conquistada e com perspectiva de eleições, era uma prioridade dos comunistas dedicarem-se ao trabalho de massas e à construção das bases do Partido. Isso incluía a interação dos militantes com a população dos bairros, estando junto a elas não apenas nas reivindicações, mas também nas manifestações da cultura popular. Além disso, é interessante observar o valor contestatório das festas. Hobsbawm afirma que a festa, o ritual coletivo e a diversão coletiva, era a maneira mais conhecida de mobilizar uma comunidade inteira<sup>241</sup>. O ritual, como por exemplo, a queima de Judas, também serve para mobilizar e arregimentar pessoas. Portanto, não seria prudente desprezar essa dimensão simbólica de celebrações como a queima de Judas, pois é evidente que representar o mitológico traidor de Jesus como um integralista significa identificar os verdes também como traidores, sendo uma forma alegórica e até didática de os comunistas tentarem estimular na população dos bairros uma revolta contra os adeptos do Sigma.<sup>242</sup>

Pelo PCB da Bahia, foram identificados nesta pesquisa vinte e dois candidatos ao cargo de deputado federal: Diógenes Arruda Câmara, Carlos Marighella, Giocondo Dias, Armênio Guedes, Aydano do Couto Ferraz, Valle Cabral, João da Costa Falcão, Manuel Batista de Souza, Eusínio Lavigne, Edgard Mata, Nelson Schaun, Jacinta Passos, Demócrito de Carvalho, Vicente de Paula, Ariston Andrade, Aurélio Rocha, Mecenas Mascarenhas, José Estanislau Santana, João do Carmo, Aristeu Nogueira, Waldyr de Oliveira e Alfredo Moreira Freitas.<sup>243</sup> Destes, apenas sete puderam ser identificados como operários, sendo a maioria dos candidatos pertencentes a outras categorias sociais, entre advogados, professores e médicos. Entre os aspirantes a um cargo na Câmara dos Deputados pela chapa do PCB, é notória a presença de militantes

<sup>240</sup> “GRANDE animação na queima dos Judas”. *O Momento*, 21 de abril de 1946.

<sup>241</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 227.

<sup>242</sup> No capítulo 3, a questão da educação política será retomada, com enfoque no papel do jornal *O Momento* como instrumento de propaganda do PCB e dos Comitês Populares Democráticos.

<sup>243</sup> “OS CANDIDATOS do povo baiano à Constituinte”. *Tribuna Popular*, 22 de novembro de 1945. APERJ: Fundo DPS, fls 316.

de longa data do Partido, que tinham sido presos após o levante de 1935, como Marighella, Arruda Câmara e Giocondo Dias.

Nas eleições de 02 de dezembro de 1945, o General Dutra, com o apoio do PSD e do PTB, obteve 55% da votação nacional, com expressivas vitórias em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul<sup>244</sup>. Segundo Eliezer Pacheco, houve duas surpresas na realização desse pleito, pois tudo parecia indicar a vitória udenista. Para o êxito de Dutra, parece ter sido decisivo o apoio de Getúlio que, entre a UDN e o PSD, preferiu o último. A outra surpresa dessa eleição foi a votação de Yeddo Fiúza, que conseguiu 600 mil votos em um eleitorado de aproximadamente 5 milhões. Essa foi uma demonstração da capacidade mobilizadora do PCB, conseguindo, em poucos dias de campanha, sensibilizar uma parcela significativa do eleitorado<sup>245</sup>. Na Bahia, obteve êxito o candidato Carlos Marighella, que foi eleito deputado com 5187 votos.

Entretanto, a partir do golpe de 29 de outubro de 1945, há uma escalada repressiva contra as atividades do PCB, tanto por parte da polícia quanto da grande imprensa, que iniciou uma verdadeira campanha anticomunista. Essa ascendente do anticomunismo está vinculada diretamente à conjuntura internacional. Em março de 1946, quando o ex-primeiro ministro britânico, Winston Churchill, proferiu um discurso nos Estados Unidos, utilizando a expressão “cortina de ferro” para designar os países do Leste Europeu e a União Soviética, deu-se início ao que foi denominado de Guerra Fria<sup>246</sup>. Segundo Hobsbawm, a Segunda Guerra Mundial mal tinha acabado quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar como uma terceira guerra, “embora uma guerra muito peculiar”.<sup>247</sup> A peculiaridade da Guerra Fria era a de que não existia perigo iminente de guerra mundial. No dizer do autor,

Apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências [EUA e URSS] aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso da força

<sup>244</sup> BENEVIDES, Maria Victoria, op.cit., p.57.

<sup>245</sup> PACHECO, Eliezer, op.cit., p. 187.

<sup>246</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.283.

<sup>247</sup> HOBBSAWM, Eric, *A era dos extremos...*, op.cit., p.224.



militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.<sup>248</sup>

Dessa maneira, o temor de um possível imperialismo soviético era injustificado, pois, de acordo com Hobsbawm, sabe-se que a URSS não era expansionista nem contava com qualquer extensão maior do avanço comunista além do que se supõe houvesse combinado nas conferências de cúpula de 1943-5. Além disso, a União Soviética desmobilizou suas tropas quase tão rapidamente quanto os EUA, reduzindo a força do Exército Vermelho de um pico de quase 12 milhões, em 1945, para 3 milhões em fins de 1948.<sup>249</sup>

Ainda assim, após a derrota do nazifascismo, os comunistas passaram a ser declarados os inimigos da democracia e da liberdade, pois já não eram mais necessários aos propósitos das potências ocidentais alinhadas ao liberalismo. Depois de o antifascismo ter facilitado a aceitação da esquerda no Ocidente, a Guerra Fria voltou a eliminá-la, fazendo voltar à marginalidade socialistas de esquerda e comunistas. As políticas externas ocidentais demonizaram o comunismo como instrumento político da União Soviética e fonte de ausência de liberdade, identificando o radicalismo com a traição nacional e o inimigo interno.<sup>250</sup>

No Brasil, antes mesmo do pronunciamento de Churchill, tornou-se recorrente a propaganda anticomunista, feita através da imprensa. Em julho de 1945, foi publicada no jornal *Estado da Bahia* uma coluna assinada por Assis Chateaubriand, intitulada “O programa telúrico do Capitão Prestes”. No texto, Chateaubriand faz severas críticas ao secretário-geral do PCB e chega a mencionar os Comitês Populares Democráticos:

Ausente por tantos anos do Brasil, parece que lhe falta o conhecimento mais típico das relações permanentes da sensibilidade brasileira. Toma os paroxismos do delírio popular num comício, que é a palpitação de estados emocionais momentâneos, por um fenômeno definitivo de alma das gentes. Esquece que aqueles mesmos que o estão aplaudindo serão amanhã incapazes de produzir o esforço

---

<sup>248</sup> Id., Ibid, p.224.

<sup>249</sup> Id. Ibid., p.229.

<sup>250</sup> ELEY, Geoff, op.cit., p,351.

continuado, a atividade ininterrupta, que uma grande jornada reclama dos seus chefes. Até agora o capitão Prestes pavoneou multidões. Qualquer partido, principalmente o Comunista, deve exprimir-se, antes de tudo, por quadros. Quem examina os comitês democráticos que o capitão Prestes está fazendo surgir a torto e a direito, logo se capacita da inferioridade inexorável dessas máquinas. Por que a moda agora é ser comunista, todo mundo faz cauda à porta dos escritórios do Partido para sentar praça nos pelotões vermelhos do eleitorado prestista.<sup>251</sup>

Após o discurso de Churchill nos Estados Unidos, em março de 1946, a imprensa liberal no Brasil desencadeou uma ampla ofensiva contra o PCB, cujo portavoz na Bahia foi o jornal *A Tarde*<sup>252</sup>. O número de 02 de abril de 1946 do vespertino de Simões Filho apresenta uma carta de desligamento do Partido Comunista, escrita por indivíduos da cidade de Nazaré, no interior baiano. No texto, alegava-se ser o PCB mais internacionalista do que qualquer outra coisa. Dessa maneira, era preferível

se trair e a um partido qualquer do que ao Brasil, principalmente no caso em apreço em que se há efetivamente traição, os traidores não somos nós e sim é O LÍDER DO PRÓPRIO PARTIDO [sic]<sup>253</sup>.

Os debates entre os deputados comunistas e os liberais também eram reproduzidos nas páginas dos jornais da grande imprensa, como uma forma de propagar o anticomunismo junto à opinião pública. Ao responder a uma provocação de Juracy Magalhães, que lhe perguntou de que lado ficaria em caso de uma guerra entre a União Soviética e o Brasil, Luiz Carlos Prestes afirmou que o povo brasileiro se levantaria contra um governo que declarasse guerra à União Soviética, já que aquele ato seria contrário aos interesses nacionais. A resposta do “Cavaleiro da Esperança” foi divulgada pelos anticomunistas como uma afirmação de que o Partido ficaria ao lado da União Soviética no caso de uma guerra entre aquele país e o Brasil, o que acabou gerando uma repercussão negativa para o PCB.

<sup>251</sup> “O PROGRAMA telúrico do Capitão Prestes”. *Estado da Bahia*, 23 de julho de 1945.

<sup>252</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p. 283.

<sup>253</sup> “DESLIGARAM-SE do Partido Comunista”. *A Tarde*. 02 de abril de 1946. Esse episódio teria sido o primeiro rompimento público com o Partido Comunista na Bahia, noticiado pela imprensa liberal. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.360.

Foi notória a veemente oposição da Igreja Católica ao Partido Comunista. Em 25 de março de 1946, *O Momento* divulgou o protesto do Comitê Popular do Alto do Peru contra a atuação de um padre que vinha utilizando o púlpito para provocações políticas. Segundo o jornal, “interessante é que o padre descarrega todo o seu ódio contra o Partido Comunista, a vanguarda do proletariado e do povo brasileiro”.<sup>254</sup> Na edição de 03 de abril de 1946 do jornal *A Tarde*, foi noticiado que o deputado e padre Arruda Câmara leu, na Assembleia Constituinte, uma moção do Partido Democrata Cristão contra Prestes. Na hora do expediente dos comunistas, falaram Agostinho Dias e Carlos Marighella, criticando o decreto-lei regulamentador das greves e lendo vários telegramas favoráveis ao secretário-geral do PCB, cujos signatários diziam-se católicos. A certa altura, Marighella disse que o Diabo deveria ser reacionário ou fascista, ao que o padre Arruda Câmara respondeu: “Não! Era comunista”<sup>255</sup>. A força opositora da Igreja Católica foi mobilizada contra a agremiação, que havia se armado para a disputa eleitoral, inclusive trazendo para o território da política temas pouco discutidos da grande área rural do Brasil. Há uma matéria do jornal *A Tarde* em que se dizia:

Os católicos baianos, encabeçados pela Liga Eleitoral Católica, lançam um movimento contra as doutrinas políticas exóticas e anti-cristãs, com a finalidade de evitar que pessoas menos avisadas concorram, com o seu voto, para o fortalecimento de tais correntes.<sup>256</sup>

Em 04 de abril de 1946, foi publicada n’ *A Tarde* uma reportagem exaltando o discurso feito pelo deputado udenista Otavio Mangabeira acerca das declarações de Prestes. Mangabeira iniciou o pronunciamento com as seguintes palavras: “somos contra o comunismo, somos contra a reação. Anti-comunistas sempre; reacionários, nunca!”. Em seguida, o deputado afirmou que o Partido Comunista era uma agremiação revolucionária, orientada por Moscou, mesmo que essa orientação colidisse frontalmente com os interesses dos países onde o Partido exercesse suas atividades. Afirmou ser contrário ao fechamento do PCB, pois não era necessário suprimir os Partidos Comunistas, “mas apenas exercer vigilância legal em defesa dos princípios democráticos”. Afinal, segundo o orador, a perseguição “apenas favorece sendo mais fácil fiscalizar os passos de um partido legal que de um partido clandestino”.

<sup>254</sup> “PROTESTO contra um padre faccioso”. *O Momento*, 25 de março de 1946.

<sup>255</sup> “ASSEMBLEIA Constituinte — Moção do Partido Democrata Cristão contra o comunismo”. *A Tarde*. 03 de abril de 1946.

<sup>256</sup> “O MOVIMENTO católico contra o comunismo”. *A Tarde*, 27 de novembro de 1945.

Encerrando o pronunciamento, Mangabeira repete: “Anti-comunistas sempre, reacionários, nunca. Para nós a democracia é a democracia cristã, ou a democracia ocidental, jamais a democracia autoritária, ou a democracia soviética”. O jornal destacou que, após o seu discurso, Mangabeira recebeu “verdadeira apoteose dos representantes de todos os partidos, ficando os trabalhos da Assembleia interrompidos por dez minutos (...), sendo esse um dia festivo para o Parlamento”.<sup>257</sup>

Os debates parlamentares reproduzidos nos *Diários do Congresso* também refletiam uma postura anticomunista da parte dos políticos eleitos por outras legendas. Na edição de 02 de outubro de 1946, o deputado Medeiros Neto realizou um pronunciamento contra a execução de um padre na Iugoslávia. Após pedir um aparte, Marighella respondeu que o padre a ser executado era um traidor conhecido, “condenado à morte não porque fosse padre, mas por ser fascista”. Indignado, Medeiros Neto retrucou: “Vossa Excelência não poderia nunca dar um aparte tão vil, tão baixo, tão ridículo! Saiba Vossa Excelência que, para limpar o mundo, é preciso, primeiro, limpá-lo de quintas-colunas”, ao que Marighella replicou que o outro deputado não estava usando linguagem parlamentar, mas de quintas-colunas. Após defender que as autoridades de Belgrado não devessem “passar ao porvir com as mãos tingidas do sangue de bispos e padres”, Medeiros Neto se propõe a mostrar “o quanto está enganado o nobre representante da bancada comunista a respeito do processo contra o arcebispo da Iugoslávia”, lendo uma reportagem da revista *Times*, de Nova York. Maurício Grabois defendeu o colega de Partido, reafirmando que o padre era, de fato, um traidor do povo iugoslavo, um criminoso de guerra. Medeiros Neto respondeu que a grande preocupação do governo iugoslavo, naquele momento, era a desmoralização das forças cristãs. Marighella afirmou não se tratar de religião, porém Medeiros Neto optou por atacar diretamente o comunismo: “trata-se, porque o comunista não tem religião, como tenho provas nas demonstrações anticristãs de Vossa Excelência”.<sup>258</sup>

Entre agosto e novembro de 1946, o PCB viveu sob um breve período de trégua da campanha de combate ao comunismo desenvolvida pelo governo federal<sup>259</sup>. Nessas circunstâncias, o Partido se organizou para disputar a eleição estadual de 1947. A direção do PCB deliberou por uma aliança com Otávio Mangabeira, da UDN, em oposição ao candidato do PTB, Medeiros Neto. De acordo com Sonia Serra, os

<sup>257</sup> “MAGNÍFICA oração do Sr. Otávio Mangabeira respondendo ao líder comunista”. *A Tarde*, 04 de abril de 1946.

<sup>258</sup> *Diários do Congresso*, 02 de outubro de 1946. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

<sup>259</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.326.

comunistas participaram então de uma ampla composição, fruto da união entre o PSD e a UDN, e do consenso entre as duas correntes udenistas mais expressivas: autonomistas e juracistas, tradicionalmente adversárias. Ambas cooptaram o apoio dos pequenos partidos, o PR (Partido Republicano) e o PRP (Partido de Representação Popular), este último uma nova versão do integralismo. Portanto, os comunistas tomaram parte na mesma coligação em que estavam Juracy Magalhães, o responsável pelo início das provocações que deram origem ao processo de cassação do PCB, e os integralistas. Em troca dessa aliança, Otávio Mangabeira prometeu defender a legalidade do Partido<sup>260</sup>.

O pleito de 19 de janeiro de 1947 confirmou a vitória de Otávio Mangabeira, eleito com 211.121 votos, contra 92.629 do candidato adversário, perdendo na capital, onde obteve 21.596 votos, enquanto Medeiros Neto recebeu 28.823. Para a Assembleia Legislativa, o PCB recebeu um total de 12.580 votos (4,11% do total) e conseguiu eleger dois deputados que participaram da Constituinte Baiana: Giocondo Dias, o secretário do Comitê Estadual, eleito com 1904 votos, e Jaime Maciel, estivador, com 1174<sup>261</sup>.

## 2.6 Comitês Populares e a polícia

Apesar do bom resultado alcançado pelo PCB nas urnas, o anticomunismo continuou a avançar. Em janeiro de 1947, através do jornal *O Momento*, os comunistas se defenderam das investidas contra o Partido e seus membros. Em texto intitulado “o anticomunismo é uma manobra fascista”, dizia-se que o povo já sabia o que eram e o que queriam os anticomunistas:

anticomunista é Pereira Lima, é Assis Chateaubriand e seus semelhantes, em geral muito furiosos e campeões nas negociatas. Como não possuem argumentos contra os comunistas usam recursos da mentira, da infâmia, da intriga e da sórdida exploração de quanto pequeno incidente possa existir, do qual possam tirar alguma coisa para insultar e difamar os comunistas. São contra os comunistas porque estes descobrem os podres desses exploradores descarados do povo.<sup>262</sup>

---

<sup>260</sup> SERRA, Sonia. Op.cit, p. 56.

<sup>261</sup> Id., Ibid., p.56.

<sup>262</sup> *O Momento*, 05 de janeiro de 1947.

Porém, a legalidade dos comunistas permanecia cada vez mais ameaçada. A campanha anticomunista, nessa conjuntura, já estava perfeitamente identificada com os setores ligados aos interesses norte-americanos e não mais aos grupos reacionários fascistas. Esta transferência de pólo de reação conservadora dava-se à medida que a burguesia nacional se consolidava, embora o caminho a ser percorrido não fosse o das liberdades democráticas, mas por um percurso mais obscuro, o da repressão, aliada à campanha anticomunista por meio da imprensa.<sup>263</sup>

Por volta de 1946, o governo Dutra defrontava-se com uma oposição crescente. Alguns elementos da UDN, inconformados com o pequeno papel desempenhado por seu Partido no governo, entraram em oposição aberta e, em dezembro, Vargas — eleito senador um ano antes pelo principal sustentáculo de Dutra, o PSD — começou a aglutinar seus adeptos ao redor do PTB. Os frequentes choques entre comunistas e a polícia e o crescimento da crítica do PCB à política do governo provocavam repressões ocasionais às atividades do Partido. Inclusive, até o momento, foram citadas repetidas vezes informações recolhidas de levantamentos feitos pela polícia, o que à primeira vista pode parecer um paradoxo, pois, no período em que os Comitês Populares Democráticos estiveram em atividade, vigorava no país um sistema democrático. Entretanto, apesar de a Constituição de 1946 assegurar a democracia como regime político, a atuação dos comunistas nunca deixou de ser vigiada pelos aparelhos repressivos ainda em funcionamento. Na verdade, a campanha anticomunista através da imprensa representou a abertura de espaço para o assentamento de uma estrutura repressiva no âmbito ideológico e partidário. Considerando que a essência desse discurso centrava-se na ideia de que ser democrata era ser anticomunista, os atos repressivos não significavam uma agressão, mas medidas “defensivas” do Estado democrático que se instalava<sup>264</sup>.

De acordo com Luís Reznik, em meados dos anos 1940, os atores políticos, no Brasil, entendiam estar vivendo sob uma democracia. Contudo, nesse período, para o mundo ocidental, os conceitos democracia e comunismo foram carregados de significados opostos: o primeiro era sinônimo de capitalismo, e o último, de totalitarismo, ausência de liberdade política de expressão e participação. Assim, segundo o autor, as polícias políticas já estavam organizadas, numa rede internacional de relações policiais, desde, pelos menos, a década de 1940. No imediato pós-guerra,

---

<sup>263</sup> VAZQUEZ, Petilda Serva, op.cit., 187.

<sup>264</sup> Id., Ibid., p.200.

agentes norte-americanos se espalharam pelo mundo afora em atividades de cooperação e contra-espionagem. Nesse sentido, para Reznik, a polícia política é uma especialização das atividades da polícia para a prevenção e a repressão de indivíduos, grupos, associações e movimentos que pudessem exercer atividades não toleradas pelo regime político vigente. Segurança nacional significou nesse contexto a prevenção contra esses movimentos, sobretudo a repressão aos comunistas. Conforme assevera o autor, convém enfatizar que esses esforços de profissionalização da polícia política brasileira ocorreram em tempos de democracia, estando relacionada com o regime de estado de direito. A democracia do pós-guerra achava-se tolhida pela Guerra Fria, num contexto em que os comunistas eram considerados inimigos internos, enquadrando-se numa lei de segurança por serem “antinacionais”.<sup>265</sup>

A Divisão de Polícia Política e Social (DPS) foi criada em 1944 e regulamentada em janeiro de 1946. Era subordinada ao Departamento Federal de Segurança (DFSP), cuja Chefia de Polícia respondia perante o ministro da Justiça. Sua esfera de atuação restringia-se diretamente ao Distrito Federal e à cooperação ou, eventualmente, à coordenação de atividades junto aos serviços policiais estaduais. Segundo Reznik, foram inúmeros ofícios, relatórios e boletins enviados dos estados para a DPS. O autor apresenta como exemplo uma solicitação do delegado de Segurança Política, da DPS, a todos os estados, em princípio de 1946, pedindo uma avaliação da ação “subversiva” naquele estado ou território, a ser realizada pela polícia local. Todas as respostas traziam dados em comum: quem eram os militantes, os comitês locais, as associações “infiltradas”, os movimentos grevistas etc. O relatório referente à Bahia data de junho de 1946 e serviu como uma fonte importante para o desenvolvimento desta pesquisa. Segundo Sena Júnior, o caráter fluido e multifacetado dos Comitês Populares Democráticos favorecia que a repressão estivesse menos presente, tendo em vista que a organização por local de moradia ainda era pouco observada pela polícia<sup>266</sup>. Todavia, a existência dos relatórios da DPS prova que os aparelhos repressivos acompanhavam o desenvolvimento dos Comitês Populares, incluindo a identificação de alguns membros e a associação de parte deles com o Partido Comunista.

---

<sup>265</sup> REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a democracia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 26.

<sup>266</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p. 310.

## 2.8 Cassação do PCB e o destino dos Comitês Populares em Salvador

Em início de 1947, o PCB foi acusado de ser financiado pela União Soviética, sendo formada uma Comissão Parlamentar para examinar a contabilidade do mesmo. O funcionário da polícia responsável pelo levantamento solicitou um exemplar do Estatuto partidário e verificou que este diferia bastante do registrado no Tribunal Eleitoral, redigido apenas para cumprir a formalidade legal<sup>267</sup>. Baseado nessa informação, o deputado federal Barreto Pinto solicitou o fechamento do PCB, sendo a questão levada ao STF que, por 3 votos a 2, aceitou o parecer do vice-procurador da República, Alceu Barbedo, cujo argumento era de que o PCB era um partido estrangeiro. Em 07 de maio de 1947, foi declarada a ilegalidade do PCB, mas os mandatos de seus parlamentares só foram cassados em 07 de janeiro de 1948.<sup>268</sup> As ruas estiveram vazias e nenhuma grande manifestação se realizou para a defesa do PCB, talvez porque os trabalhadores estivessem obedientes às diretivas da agremiação, que temia que manifestações de rua gerassem a desordem, o que seria um pretexto a mais para a ação dos reacionários<sup>269</sup>.

Em estudo realizado por Marcos Pinheiro sobre os Comitês Populares Democráticos da cidade do Rio de Janeiro, foi constatado que, com o retorno do PCB à ilegalidade, esses organismos transformaram-se em associações de moradores, visando burlar a repressão policial. No caso dos Comitês Democráticos de Salvador, as fontes não permitiram concluir que o mesmo teria ocorrido na capital baiana. Em mapeamento empreendido por Maria Victoria Espiñeira, na década de 1940 foram identificadas em Salvador seis associações de bairro, não havendo aumento na quantidade desses órgãos no período imediato à cassação do registro do PCB.<sup>270</sup> As associações de moradores se difundiram com maior intensidade na capital da Bahia a partir da década de 1950, o que, entretanto, não descarta totalmente a hipótese — não confirmada — de que os Comitês Democráticos foram importantes para a organização de diversas associações de bairro, de maneira similar ao que aconteceu no Rio de Janeiro.

Após a anulação do registro do PCB, as atividades dos Comitês Populares Democráticos desapareceram das páginas da imprensa comunista local.<sup>271</sup> Através deste

<sup>267</sup> PACHECO, Eliezer, op.cit., p.196.

<sup>268</sup> CHILCOTE, Ronald H., op.cit., p. 100.

<sup>269</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.349.

<sup>270</sup> Relação de Associações de Bairro — período 1940-70. *Apud*: ESPÍNEIRA GONZALEZ, op.cit., p. 111.

<sup>271</sup> Em relação aos jornais da grande imprensa, com exceção de *O Imparcial*, que, no ano de 1945, publicou ocasionalmente informações sobre os Comitês Populares Democráticos de Salvador, de modo geral a atuação desses organismos foi pouquíssimo privilegiada pelos periódicos. Dessa forma, apenas o



estudo, foi possível concluir que os pecebistas tinham uma considerável penetração nos Comitês Populares e eram, em grande parte, responsáveis pelo seu funcionamento. Sendo assim, supõe-se que a atuação desses organismos foi impossibilitada pela clandestinidade à qual os membros do Partido foram conduzidos. O retorno à ilegalidade estabeleceu outras prioridades aos principais sujeitos que dirigiam os Comitês, como a sobrevivência do PCB em meio à perseguição policial, de modo que, nessas circunstâncias, provavelmente não houvesse mais condições de sustentar e dar prosseguimento à iniciativa dos Comitês Populares Democráticos nos bairros de Salvador.

---

jornal comunista *O Momento* acompanhou e divulgou as atividades dos Comitês Democráticos nos anos de 1945 e 1946. Contudo, foi diminuindo gradativamente a amplitude do destaque dado a esses núcleos, até que eles finalmente desapareceram de suas páginas após a cassação do PCB, em 1947.

### **CAPÍTULO 3 – O PCB e as massas: a interação entre os comunistas e a população dos bairros em Salvador**

Neste capítulo, o objetivo é conferir a maneira pela qual os comunistas procuraram organizar a população dos bairros soteropolitanos, nos Comitês Populares Democráticos, em defesa das necessidades imediatas das massas em seus locais de moradia. Para tanto, foi realizado um levantamento das reivindicações mais frequentes feitas através dos Comitês, buscando descobrir quais eram as demandas de maior recorrência da população da capital baiana, num contexto de pós-guerra e de redemocratização. Também serão abordadas neste capítulo as campanhas financeiras empreendidas pelos Comitês Populares e o modo pelo qual esses organismos se situaram dentro da linha política de “ordem e tranquilidade”, adotada pelo PCB.

Em seu texto sobre a festa negra na Bahia no século XIX, João Reis relata a dificuldade de saber como os negros percebiam e significavam o que se passava em suas celebrações, devido à escassez de fontes que traduzem diretamente a sua visão de mundo. É mais fácil saber o que se passava na cabeça dos que detinham o poder de denunciar, reprimir ou permitir. A história da festa negra chega assim pela pena de policiais, religiosos, jornalistas, governantes. Portanto, “como pouco sabemos do que sabiam os negros sobre seus modos de celebrar, terminamos por importar para nosso tempo a confusão dos brancos daquele tempo”<sup>272</sup>. Neste trabalho o desafio é semelhante, pois também não se encontra disponível documentação que reflita diretamente os sentimentos e inquietações das pessoas que se interessaram em participar dos Comitês Democráticos. Existem, na verdade, relatos de reivindicações populares que aparecem na grande imprensa e, sobretudo, na imprensa comunista, além de um depoimento oral de um militante pecebista da época, sem esquecer a bibliografia já existente sobre o assunto. Dessa forma, resta como alternativa conhecer as exigências populares a partir do crivo dos comunistas, de modo a perceber as necessidades do povo segundo o PCB. Assim, convém perguntar sobre a Salvador em que os comunistas pretendiam instalar organismos da natureza dos Comitês Populares Democráticos. Como eram as condições de vida na cidade? Quais as principais queixas de sua população? Quais seriam as reivindicações mais frequentes feitas através dos Comitês?

Dentre as principais reivindicações levantadas pelos Comitês Populares Democráticos de Salvador junto à população dos bairros, foram recorrentes as queixas

---

<sup>272</sup> REIS, João, “Tambores e temores...”, op.cit., p.102-3.

em torno da questão da habitação e da carestia de vida. Para efeito de organização, neste capítulo a discussão desses problemas foi dividida em subseções. Contudo, é preciso ter em mente que as necessidades imediatas relativas aos locais de moradia não eram interdependentes entre si, mas compunham um conjunto de demandas, resultantes de uma conjuntura em que a maior parte da população da capital baiana era afligida por todo tipo de carência. Dessa forma, como afirma Maria Victoria Espiñeira, as ações reivindicatórias eram dirigidas contra o Estado, por ser o único com condições de atender às exigências e em resultado disso se identificando como opositor.<sup>273</sup>

### 3.1 Comitês Populares e a questão da moradia

Espaço estratégico na montagem do sistema colonial, a Bahia permaneceu, durante séculos, com sua estrutura econômica de base agrícola voltada para o mercado externo. Só a partir dos meados do século XIX é que esse quadro começou a ser alterado, mediante a redivisão do mercado mundial, à reanimação das exportações dos produtos primários, à política protecionista e à acumulação de excedentes econômicos, que passam a ser reinvestidos em setores urbanos e de serviços. Nesse período, Salvador representou uma referência regional para o Nordeste e é o centro nevrálgico da Província, exercendo a função de intermediação comercial e de controle político-administrativo-financeiro. Na esteira desse relativo dinamismo, emergiram setores econômicos produtivos com feições manufatureiras e ampliaram-se os ramos de atividades urbanas vinculadas a vários serviços de características capitalistas.<sup>274</sup> Ao longo da primeira República, a economia baiana não sofreu transformações substantivas, continuando o seu caráter agrário-mercantil-exportador, verificando-se apenas algumas mudanças na hierarquia dos seus produtos primários. Como consequência, o setor urbano-industrial cresce de forma lenta, já no contexto da lógica de articulação e dependência da região Sudeste, que cristalizou a tendência em curso desde os fins do século XIX, tornando-se o centro dinamizador e concentrador da economia nacional.<sup>275</sup>

Durante as primeiras três décadas do século XX, a cidade teve um irrisório incremento demográfico. Os fluxos migratórios do Estado e de outras partes da região Nordeste eram canalizados para o Centro-Sul do País, que se industrializava, e mesmo

---

<sup>273</sup> ESPIÑEIRA GONZALEZ, Maria Victoria, op.cit., p.23.

<sup>274</sup> FONTES, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1997, p. 25.

<sup>275</sup> AZEVEDO, José S. Gabrielli, *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica*. Dissertação de Mestrado. Salvador, FECC/UFBA, 1975 (mimeo.), p. 17.

para os seus cafezais ou para os cacauais do litoral sul do Estado da Bahia.<sup>276</sup> Até o final da década de 1940, a economia urbana de Salvador se manteve praticamente inalterada em relação ao final do século XIX. A indústria baiana concentrava-se em Salvador, mais precisamente na península de Itapagipe, e muito pouco representava no conjunto da produção nacional. Era insignificante o seu emprego de mão-de-obra, apesar do baixo nível tecnológico, porque eram relativamente pequenos os estabelecimentos. Contudo, por razões vinculadas à decadência do modelo de desenvolvimento agrário-exportador, Salvador passou a receber grandes contingentes de imigrantes, principalmente daqueles anteriormente absorvidos, no eixo Ilhéus-Itabuna e áreas adjacentes, pela cultura do cacau que entrara numa fase de estabilização da produção, não mais incorporando novas áreas ao plantio e, conseqüentemente, deixando de oferecer ocupação para as grandes levas de migrantes que demandavam aquela região. A capital passou a atrair fluxos migratórios, por apontar algumas perspectivas de emprego para essa massa de trabalhadores.<sup>277</sup> A partir de então, os índices de crescimento anual da população de Salvador deram grandes saltos, agravando a crise habitacional, gerada pela falta de incentivos à construção. Foram criadas, desse modo, as condições para o surgimento das invasões, levando pessoas desabrigadas a se alojarem desarticuladamente em terrenos ociosos, nas íngremes encostas ou charcos de fundo de vales urbanos, num movimento de conquista definitiva do espaço para morar.<sup>278</sup>

Entre 1940 e 1950, verificou-se um salto migratório total de 72.227 pessoas, correspondendo a 71,40% do incremento demográfico total da cidade<sup>279</sup>. O impacto desse rápido crescimento populacional sobre uma cidade economicamente estagnada, além de provocar um crescimento exagerado do setor terciário, principalmente daquelas atividades de baixíssima remuneração, também acabou por determinar significativas mudanças na estruturação do espaço urbano de Salvador. Raquel Mattedi, em estudo sobre a questão habitacional na capital baiana, enfocou a importância que assumiram na história da cidade, no seu processo de urbanização, as invasões. Estas teriam se construído como alternativa mais viável de moradia, ao lado da ocupação de avenidas e

---

<sup>276</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Invasões em Salvador: Um Movimento de Conquista do Espaço para Morar (1946-1950)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1985, p.12.

<sup>277</sup> MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. *As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional*. Dissertação de Mestrado. Salvador: FFCH/UFBA, 1979, pp.65-6.

<sup>278</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes, op.cit., p.13.

<sup>279</sup> MATTEDI, Maria Raquel Mattoso, op.cit., p.66.

bairros pobres tradicionais, para a população de baixa renda que se avolumava na cidade de Salvador<sup>280</sup>.

Eram evidentes as péssimas condições existentes na habitação, grave problema decorrente da urbanização. O aumento no número de domicílios era significativo, mas não suficiente para atender a demanda. À medida que a capital baiana crescia demograficamente, o tecido urbano da cidade se expandiu e se tornaram mais agudos os problemas habitacionais, especialmente após a década de 1940. O processo crescente de urbanização era devido menos ao crescimento vegetativo da população urbana do que ao deslocamento de grandes fluxos migratórios em direção às grandes cidades. A falta de oportunidades de trabalho em pequenas e médias cidades acabou por determinar o rumo final tomado por esses fluxos, pois os grandes centros urbanos e industriais têm o poder de atrair e direcionar contingentes populacionais. No entanto, Mattedi observa que não existe relação direta entre migrações e invasões. De acordo com essa autora, as invasões

decorrem de um real empobrecimento e da manutenção da exploração a que está sujeito o proletariado e o subproletariado urbano. Entre os moradores das invasões encontram-se tanto migrantes antigos como pessoas originárias de Salvador, sem que este fato altere absolutamente o quadro.<sup>281</sup>

Desse modo, a crise na habitação não foi devida a uma única causa, as migrações, mas a uma multiplicidade delas. São problemas sociais que dizem respeito a todo tipo de carência às quais estão expostas consideráveis parcelas da população urbana. Nesse sentido, a precariedade habitacional representa apenas uma dentre as inúmeras escassezes que se manifestam nas grandes cidades, acarretando a proliferação do que Mattedi chama de áreas de habitação subnormal. As moradias nelas levantadas são de reduzidas dimensões, construídas de materiais de pouca ou nenhuma qualidade, colocando em risco as famílias nelas instaladas, sendo frequentes as casas feitas de

---

<sup>280</sup> Neste trabalho, será seguida a definição de Raquel Mattedi do conceito de invasão: “A *invasão*, como o próprio nome o indica, implicará sempre na ocupação ilegal de uma área, devendo, por isso, constar da sua definição operacional os aspectos de irregularidades relativos à posse da área ocupada. Essa ocupação pode ocorrer de modo mais violento ou radical, implicando no confronto entre os proprietários de terras e os ocupantes da área, de modo mais lento e progressivo, sem que necessariamente se manifestem aqueles conflitos, ou, ainda, pode mesmo ser inicialmente consentida ou estimulada a fim de atender prioritariamente a interesses político-econômicos alheios aos interesses da própria população ocupante.” MATTEDI, Maria Raquel Mattoso, op.cit., pp. 9-10.

<sup>281</sup> Id., Ibid., p. 128.

materiais tais como folhas de zinco, papelão, madeiras inadequadas, muitas vezes revestidas de plástico ou papelão. Estes aglomerados habitacionais são encontrados em áreas centrais pouco valorizadas, desprezadas pelo mercado capitalista imobiliário em virtude de sua má localização, como morros e encostas, ou, mais frequentemente, na periferia urbana. São áreas destituídas de todo tipo de infra-estrutura urbana, em que os equipamentos urbanos, como água encanada, rede de esgoto, luz elétrica, são inexistentes, bem como os serviços sociais de consumo coletivo necessários à sobrevivência e reprodução da força de trabalho. Não existem postos de atendimento médico e escolas e o transporte coletivo é insuficiente. Conforme acrescenta Erivaldo Fagundes Neves, esse quadro foi agravado pela ausência de uma política habitacional ou qualquer incentivo dos poderes públicos à construção de moradias, dimensionando o problema a níveis insuportáveis pela população marginalizada na distribuição do produto do trabalho social<sup>282</sup>.

Raquel Mattedi traz informações relevantes acerca da população que recorre às invasões como alternativas de moradia. Segundo a autora,

Geralmente, o possessor, o ocupante ou, como vêm sendo chamados, os *invasores* têm sido frequentemente caracterizados como uma população desocupada, marginal, desempregada, vivendo enfim quase que segregada socialmente. Entretanto, a realidade mostra-se diversa e parece surpreender o fato de que, não raro, encontram-se nesta população trabalhadores urbanos com carteira profissional e todos os direitos que lhes conferem as leis trabalhistas.<sup>283</sup>

Entre os moradores das invasões surgidas na década de 40/50, era comum a presença de pequenos funcionários públicos e operários que procuraram resolver o problema da habitação com suas próprias mãos. As invasões apareceram, portanto, como alternativas de moradia mais viáveis para a população de baixa renda, devido à impossibilidade de concorrer ao mercado capitalista de habitação. A opção do aluguel era inexecutável, pois, dentro de um baixo orçamento familiar, implicava na privação de outras necessidades fundamentais à sobrevivência tais como comer, vestir, tomar transporte para o trabalho e assim por diante. E mesmo no caso de barracos alugados,

---

<sup>282</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes, op.cit., p.64.

<sup>283</sup> MATTEDI, Maria Raquel Mattoso, op.cit., p.116.

este aluguel, fora do mercado imobiliário formalizado, é sempre mais acessível à população de baixa renda.

De acordo com Erivaldo Neves, as invasões surgiram quando os comunistas, depois de vários anos de repressão política e clandestinidade, começavam a exercer alguma influência sobre moradores das periferias pobres de Salvador. Tão logo se iniciou a primeira invasão, a de Corta-Braço, na Rua Pero Vaz, no bairro da Liberdade, em agosto de 1946, os comunistas “fizeram-se presentes através de militantes moradores de cortiços e velhos pardieiros do centro da cidade, portuários e outras categorias operárias”<sup>284</sup>. O caso do Corta-Braço estampou as páginas dos jornais e foi pioneiro dos grandes conflitos entre proprietários e poder público, de um lado, e moradores, de outro. O proprietário da área manifestou a possibilidade de arrendamento da mesma, a partir de contatos mantidos com pessoas interessadas. Como depois de alguns acertos iniciais houve desistência por parte do proprietário, aos poucos, pela falta de moradia a custos acessíveis, algumas famílias começaram a ocupar o terreno. O proprietário recusou-se a aceitar o fato, solicitando a expulsão judicial dos ocupantes. A intervenção do Estado, nesse episódio, se deu primeiramente através do judiciário, mas logo em seguida a polícia foi acionada para efetuar a expulsão, o que não ocorreu. Segundo Ângela Gordilho de Souza, a conjuntura política da época, com o retorno das eleições depois de um longo período de ditadura, propiciou a negociação para que a ocupação se mantivesse. O governador Otávio Mangabeira, recém eleito, depois de muitas pressões, decidiu pela desapropriação em favor dos ocupantes<sup>285</sup>.

O episódio do Corta-Braço foi narrado em forma de romance, com personagens fictícios, e contou com ampla participação dos comunistas em defesa dos moradores<sup>286</sup>. O PCB ligou-se à gênese das invasões pela influência que exerceu na organização dos invasores daqueles e de outros terrenos. Alguns de seus militantes construíram suas casas em Corta-Braço, outros construtores do novo bairro passaram a militar no Partido Comunista; enfim, diversas foram as formas de colaborar e influenciar nas invasões. Os advogados Almir Matos, João Martins Luz e Walter da Silveira, ligados ao PCB, foram defensores dos posseiros de Corta-Braço, Gengibirra e outros<sup>287</sup>.

---

<sup>284</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes, op.cit., p. 39.

<sup>285</sup> SOUZA, Ângela Maria Gordilho de. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador (1946-1989)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990, pp. 23-4.

<sup>286</sup> Sobre o caso da invasão do Corta-Braço, existe o romance da autoria de MATOS, Arioaldo. *Corta-Braço*. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

<sup>287</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes, op.cit., p.39.

Os conflitos entre ocupantes e proprietários demonstram a desvinculação da propriedade, posse e uso de um terreno. De acordo com Erivaldo Neves, era comum a prática da enfiteuse, um contrato pelo qual o proprietário ou senhorio transfere a outrem, o foreiro ou enfiteuta, a posse, isto é, o domínio útil, do todo ou de parte de um imóvel, para um determinado uso, mediante o pagamento de uma modesta anuidade, o foro, e de um percentual, geralmente de 2,5%, sobre o valor das edificações existentes no terreno aforado, o laudêmio, quando comercializadas.<sup>288</sup> A enfiteuse abriu a possibilidade das ocupações, primeira etapa das invasões porque, para alguns enfiteutas e até mesmo alguns proprietários, convinha que parte das suas posses ou propriedades fossem ocupadas. Segundo Espiñeira, certos senhorios estimularam invasões e a formação de associações porque tinham a intenção de, em seguida, “aproveitar-se da situação e obter da prefeitura uma boa indenização de seus terrenos, agora mais valorizados após a invasão e conseqüente urbanização.”<sup>289</sup> Com a tolerância, consentimento ou estímulo, o agravamento da crise de moradias e a persistência dos “latifúndios urbanos”, tornou-se recorrente a prática de se ocupar terrenos. A grande incidência de ocupações encontrou a reação dos proprietários e enfiteutas, porque ultrapassava os limites do permitido. Fazia-se necessário acionar o aparelho coercitivo do Estado para levar a termo a ordem sócio-econômica e jurídica, antes que pudesse ser subvertida. Com a repressão, a população carente de moradias necessitou se organizar para a resistência.<sup>290</sup>

No caso do Corta-Braço, não foram encontrados nas fontes desta pesquisa indícios de que o Comitê Popular Democrático local tivesse atuado nesse episódio. Em compensação, houve outras situações em que a atuação dos Comitês Populares Democráticos, no que se referia aos direitos dos moradores, foi amplamente divulgada por *O Momento*. Em 03 de setembro de 1945, foi publicada nesse jornal uma reportagem exaltando os feitos do Comitê Popular Democrático do Pelourinho. O texto menciona a homenagem realizada pelo Comitê no Comício Pablo Neruda, em que foi oferecida pelas mãos de um grupo de moças do Pelourinho uma bandeira de rosas, simbolizando as cores nacionais do Chile. Além disso, segundo o periódico, foi lida por jovens residentes no bairro uma mensagem dirigida pelos moradores a Neruda, que era senador pelo Partido Comunista Chileno.

---

<sup>288</sup> Id., *Ibid.*, p.80.

<sup>289</sup> ESPIÑEIRA GONZALEZ, *op.cit.*, p.39.

<sup>290</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes, *op.cit.*, p.80.



Na mesma matéria, em uma entrevista, o repórter d'*O Momento* desejou saber do presidente do Comitê Popular do Pelourinho qual a maior realização até então empreendida pelo organismo. Respondendo à pergunta, o líder do Comitê, o sapateiro e membro do PCB Arlindo Simões, menciona o chamado “caso do 22”. De acordo com Simões, certo proprietário do prédio de número 22, à ladeira do Pelourinho — o prédio, no caso, era um dos vários cortiços que enchem o bairro —, tentando aumentar os aluguéis de vários inquilinos, pediu-lhes os cômodos que haviam alugado, com o pretexto de fazer consertos no edifício. Os inquilinos, porém, “pobres operários sem recursos”, não tinham para onde ir e pediram auxílio ao Comitê Popular local. Segundo seu presidente, o Comitê então procurou o diretor do Centro de Saúde Mário Andrea, o dr. Peçanha Martins, e requereu uma ordem de permissão para que os moradores ameaçados de despejo pudessem continuar no prédio, durante os consertos do mesmo. O Comitê, por sua diretoria, obteve do dr. Peçanha uma autorização oficial e ao mesmo tempo a afirmação técnica de que nada impossibilitaria os moradores de permanecerem no prédio enquanto estivessem sendo feitos reparos no cortiço<sup>291</sup>.

Em 01 de outubro de 1945, o jornal comunista divulgou uma causa adotada pelo Comitê Popular do Alto do Peru, sobre um problema relacionado à moradia. De acordo com o periódico, certo industrial comprou terrenos num bairro vizinho, nos quais estava edificado um grande número de casas. O industrial vinha desapropriando as mesmas por uma quantia irrisória, não sendo bastante para a construção de outras habitações, que substituíssem as desapropriadas. Segundo o texto, “os moradores que vivem ali há mais de 10 anos não podem encontrar casa para habitar nem tampouco construí-las”. Dessa forma, o Comitê do Alto do Peru foi procurado pelos moradores do local, tendo enviado um memorial ao prefeito e ao interventor, pedindo uma indenização maior para as casas e dilatação do prazo para conseguir outras residências. O jornal encerra a matéria acrescentando que “assim a vida do bairro se vai ligando à do Comitê, que conquista cada vez mais a confiança dos moradores do Alto do Peru”.<sup>292</sup>

No dia 10 de abril de 1946, *O Momento* noticiou a abertura, pela Caixa Econômica Federal, de uma concorrência para venda de terrenos de sua propriedade, situados na Roça do Lobo, região do bairro dos Barris, em Salvador. De acordo com o jornal comunista, a Caixa Econômica Federal não se responsabilizou, em seu edital de concorrência, por qualquer indenização aos moradores e foreiros, estabelecidos sobre os

---

<sup>291</sup> “O COMITÊ do Pelourinho luta pela Constituinte”. *O Momento*, 03 de setembro de 1945.

<sup>292</sup> “VITÓRIAS do comitê no Alto do Peru”. *O Momento*, 01 de outubro de 1945.

referidos terrenos. O Comitê Democrático dos Barris, ainda segundo o periódico pecebista, saiu em defesa dos prejudicados, “em sua maioria pobres trabalhadores”<sup>293</sup>. Um sargento, morador do Largo do Bomba, cujas casas estavam ameaçadas de desapropriação, assim resumiu o quadro:

Primitivamente, os terrenos eram do Estado. No governo Juracy Magalhães foram vendidos à Caixa Econômica. Ninguém conhece os detalhes da negociata, mas parece que a escritura dizia que as terras eram desabitadas. Isso não é verdade. Existem casas construídas há mais de 40 anos. Aqui tudo era mato. O povo é que fez todas as ruas e casas. Além disso, há casas que têm escrituras passadas pela Prefeitura. Eu não entrego a minha casa. O material com que ela foi feita, foi comprado a prestações. (...) Carreguei tudo nas costas. Esta casa é meu sangue, o sangue dos meus filhos. Não saio daqui de forma nenhuma. (...) Só há um modo de se defender. É a união de todos os moradores que pode resolver o caso. O Comitê vai nos defender da trama da Caixa.<sup>294</sup>

Uma senhora, que morava há 17 anos na Roça do Lobo, também fez seu apelo: “eu não posso perder a minha casa. Estou sempre ao lado do Comitê. (...) O senhor vê essa casinha? É a única que eu tenho. Eu vim para cá porque diziam que o terreno não tinha dono”.<sup>295</sup> Por fim, um funcionário da Secretaria de Segurança cobra do Comitê dos Barris e se preocupa com a grave crise da habitação então em voga:

Os moradores devem entrar em entendimento com as autoridades. O Comitê deve tomar a frente disso. Nós já temos confiança, porque fez alguma coisa pelo povo. Só a união vai resolver a questão das casas que vão ser desapropriadas. Eu não sou proprietário, sou inquilino e pago aluguel. Mas se perder a casa para onde eu vou? Onde é que eu vou achar casa?<sup>296</sup>

Em 18 de abril de 1946, *O Momento* noticiou a visita à sua redação de um grupo de membros do Comitê Popular Democrático dos Mares, que foi denunciar a ameaça

---

<sup>293</sup> “2 MIL moradores da roça do Lobo ameaçados pela Caixa Econômica”. *O Momento*, 10 de abril de 1946.

<sup>294</sup> Idem.

<sup>295</sup> Idem.

<sup>296</sup> Idem.

que pesava sobre algumas casas em virtude das escavações feitas ao lado do terreno onde as mesmas se situavam. Embora os moradores tivessem feito protestos ante a possibilidade de terem suas casas derrubadas, segundo o jornal, nenhuma providência foi tomada e as escavações continuavam a progredir. Em consequência disso, a comissão do Comitê reafirmou seu protesto contra essa situação. Um dos maiores prejudicados pela escavação declarou ter requerido ao Domínio da União a confirmação de seu título de foreiro, mas seu requerimento teria tido “um fim misterioso”. Uma nova petição obteve o mesmo fim, desaparecendo “sem deixar vestígios”. O mesmo teria acontecido com a petição de uma professora, que possuía uma casa ao lado da do outro requerente. De acordo com *O Momento*, a casa dessa professora já fora atingida pelas escavações, tendo sido destruída uma escada de cimento. Concluindo a denúncia, o jornal afirma:

É muito grave esse fato do desaparecimento de documentos numa repartição, principalmente quando se suspeita de que há interesses escusos em torno da questão. Será que o interessado na desvalorização das casinhas está também querendo enterrar a legalização das mesmas, como pertencentes aos seus legítimos posseiros?<sup>297</sup>

Na mesma edição de *O Momento*, consta ainda outra denúncia feita pelo Comitê Popular dos Mares, contra um indivíduo que se dizia proprietário de terrenos na verdade pertencentes à União, sobre os quais estavam construídas numerosas casas. O presidente do Comitê dos Mares teria tomado a defesa dos moradores, resultando disso uma perseguição por parte daquele que se dizia proprietário dos terrenos. Segundo o jornal, foi instaurado contra o presidente do Comitê Popular um processo por este ter construído, em 1939, sem licença do dono, a casa em que morava; entretanto, de acordo com *O Momento*, a casa já estava construída desde 1928. Além disso, o pretenso proprietário ameaçava penhorar os moradores que não queriam pagar aluguel supostamente indevido, o que motivou o protesto do Comitê Popular dos Mares.

Em 01 de dezembro de 1946, *O Momento* novamente divulgou uma denúncia do Comitê Popular Democrático dos Mares. Uma comissão de moradores do bairro do Uruguai, composta, entre outros indivíduos, pelo presidente do referido Comitê, relatou que o chefe do Domínio da União, em visita ao bairro, viu um senhor trabalhando na construção de uma casa e lhe disse que ele não poderia continuar a edificação. Para

---

<sup>297</sup> “COMITÊ popular dos Mares em defesa dos posseiros”. *O Momento*, 18 de abril de 1946.

tanto, era necessária uma autorização sua, como chefe do Domínio da União, e ele não a daria, ameaçando o morador de prisão. Declarou ainda que o material empregado na construção seria vendido e a obra, embargada. Ao saber do ocorrido, o presidente do Comitê Popular dos Mares comunicou o fato à Terceira Delegacia de polícia, provando na mesma que o prejudicado podia construir, pois possuía licença do Domínio da União e da Prefeitura, apresentando, de acordo com o jornal, os respectivos protocolos. No dia seguinte, pela manhã, foi repetida a ameaça, e à tarde foi enviada uma força da Polícia Militar comandada por um sargento para embargar a obra e convidar os interessados a comparecer à Terceira Delegacia. Na presença do presidente do Comitê dos Mares, o chefe do Domínio da União alegou, na delegacia, ter embargado a obra por não haver nenhum documento que permitisse ao prejudicado transmitir a posse do seu terreno. Contudo, o presidente do Comitê conseguiu provar que o prejudicado tinha o direito<sup>298</sup>. Nesse sentido, *O Momento* procurava, através de suas páginas, conferir publicidade à eficiência dos Comitês Populares Democráticos na defesa da população nos bairros, inclusive no que se referia ao direito de morar.<sup>299</sup>

A situação de precariedade na questão de habitação também acarretava problemas de infra-estrutura. Apesar do incremento das atividades comerciais, de serviço e industrial, não foi suficiente para dar conta da absorção da população presente em Salvador, que apresentou taxas de crescimento acentuadas de uma década para outra. Mírian Freitas levantou dados sobre os serviços e utilidades existentes em domicílios, referentes ao ano de 1952, data que ultrapassa um pouco o período abrangido para esta pesquisa, mas são informações úteis no sentido de se ter uma ideia do padrão de vida em Salvador no imediato pós-guerra. Segundo os dados verificados pela autora, na capital baiana havia uma grande deficiência em serviços básicos de água, luz e esgoto.<sup>300</sup> De fato, os populares, organizados nos Comitês, muitas vezes reivindicavam para seus bairros instalação de luz elétrica, calçamento das ruas, construção de chafarizes. Em 06 de agosto de 1945, *O Momento* noticiou o envio ao prefeito de Salvador, pelo Comitê Popular do Alto do Peru, de um memorial solicitando que fosse provido de iluminação pública um trecho amplo do bairro. Segundo o referido

---

<sup>298</sup> “AINDA o caso dos terrenos do Uruguai”. *O Momento*, 01 de dezembro de 1946.

<sup>299</sup> Essa situação no bairro do Uruguai já havia sido abordada por Carlos Marighella em seu discurso na Assembleia Constituinte, no dia 14 de novembro de 1946. O deputado comunista frequentemente visitava os bairros de Salvador, realizando sabinas para colher as reivindicações dos moradores e levá-las ao Congresso. *Diários do Congresso*, 15 de novembro de 1946.

<sup>300</sup> FREITAS, Mírian Tereza M. G. *Populismo e Carestia (1951-1954)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1985, pp.53-4.

Comitê, na ladeira do Peru era ainda mais necessária a iluminação, devido à ocorrência recente de um assassinato no local, demonstrando que a escuridão era uma constante ameaça à integridade física dos moradores.<sup>301</sup>

Em 27 de agosto do mesmo ano, o periódico comunista divulgou a situação de precariedade em que se encontrava a rua principal do bairro do Garcia e o que o Comitê Popular Democrático local teria feito para remediar a situação. De acordo com o jornal,

Nos tempos de chuva o trânsito por ali era o mais penoso possível. Com qualquer chuva aquela rua ficava inteiramente alagada, tornando-se quase uma artéria fluvial. Melhorar o seu estado, foi a opinião geral dos moradores daquele bairro quando reunidos nas primeiras sessões do Comitê. Imediatamente uma grande comissão foi organizada e esta entrou em entendimentos com o prefeito Aristides Milton, a quem a situação foi apresentada sem nenhum rodeio. Os fatos convenceram o prefeito. E hoje, quem passa pelo Garcia nota imediatamente uma grande diferença em relação há algumas semanas atrás: a pavimentação da sua rua principal de ponta a ponta. Os buracos existentes desapareceram. Um perfeito serviço de aterro evitará o acúmulo das águas nos dias de chuvas. O seu aspecto é outro. Aquela rua já pode ser realmente transitada. Foi esta a primeira vitória do Comitê Popular Democrático do Garcia.<sup>302</sup>

No dia 05 de novembro de 1945, *O Momento* reproduziu um memorial enviado ao prefeito pelo Comitê Popular Democrático dos Barris. Entre outras reivindicações, solicitava-se o avanço da tubulação matriz de água e colocação de dois chafarizes para a Rua Almeida Sande e Roça do Lobo,

o que é de necessidade inadiável, tendo-se em vista a falta absoluta do precioso líquido naquelas vias públicas, cujos habitantes, laboriosos e pobres, somando mais de mil, se veem na dura contingência de ir buscá-lo, altas horas da noite, na piscina do distante parque Almirante Coelho Neto, vencendo dificuldades sem conta com o emprego de vasilhames precários e inadequados.<sup>303</sup>

---

<sup>301</sup> *O Momento*, 06 de agosto de 1945.

<sup>302</sup> “SUCEDEM-SE as vitórias do Comitê Popular do Garcia”. *O Momento*, 27 de agosto de 1945.

<sup>303</sup> “REIVINDICAÇÕES dos moradores dos Barris”. *O Momento*, 05 de novembro de 1945.

O memorial do Comitê Popular dos Barris pedia também extensão da iluminação pública até a parte baixa da Rua Almeida Sande, onde “é absoluta a escuridão, à noite, colocando-se, para isto, postes de madeira, como os já existentes em local próximo”; calçamento para a chamada ladeira de São Lázaro, nas imediações da Roça do Lobo, e encascalhamento das ladeiras laterais, “as quais se tornam completamente intransitáveis, quando chove, o que tem ocasionado muitos acidentes, de funestas consequências”; e construção de uma ponte, nas baixadas do Dique, as quais “também ficam intransitáveis, quando chove”.<sup>304</sup> Em março do ano seguinte, porém, *O Momento* publicou nova reportagem afirmando que, até então, a prefeitura não dera nenhuma resposta ao memorial. Isso teria motivado o Comitê Popular dos Barris à resolução de construir a ponte, com o auxílio dos moradores das proximidades, mostrando dessa forma, segundo o jornal, “a decisão do povo dos Barris em resolver os seus problemas”.<sup>305</sup>

Em 11 de março de 1946, de acordo com *O Momento*, o Comitê Popular do Alto do Peru entregou ao prefeito de Salvador um ofício solicitando luz elétrica no bairro e adjacências, “uma vez que, atingindo um número considerável de cerca de 3000 pessoas, se veem impossibilitados de transitarem à noite por suas ruas, bem assim por outros inconvenientes”.<sup>306</sup> O Comitê Popular do Mirante do Campo Santo também aproveitou o espaço no periódico para denunciar a precariedade da ladeira que dava acesso ao Mirante, nas palavras do jornal comunista, “um verdadeiro barranco cheio de buracos abertos pelas enxurradas, que no inverno transformam-se num lamaçal escorregadio”. Além disso, a ladeira e as ruas adjacentes viviam “às escuras, sem iluminação pública, o que torna um perigo para os transeuntes, que estão arriscados a cair nos inúmeros buracos, nas noites escuras”. Devido à indisponibilidade de água encanada, segundo o periódico, os moradores eram obrigados a buscar o líquido em cisternas situadas a grande distância, “subindo enormes ladeiras, ou senão comprar a água transportada em burricos, pagando 1,50 por cada carga”. Nesse sentido, o Comitê Popular do bairro divulgava, através de *O Momento*, ter iniciado um movimento para reivindicar calçamento, água, luz, um chafariz e esgotos.<sup>307</sup>

---

<sup>304</sup> Idem.

<sup>305</sup> *O Momento*, 25 de março de 1946.

<sup>306</sup> *O Momento*, 11 de março de 1946.

<sup>307</sup> “PERIGOSA ladeira do Mirante do Campo Santo — reivindicações defendidas pelo Comitê Popular do bairro”. *O Momento*, 13 de abril de 1946.

O abastecimento de água era um sério problema enfrentado pela população dos bairros, pois era comum haver apenas um chafariz para suprir a necessidade de toda uma rua, geralmente propriedade particular de um único indivíduo, que não raro deixava os vizinhos sem água por dias ou até semanas. Em sessão plenária realizada no dia 12 de abril de 1946, o Comitê Popular do Alto do Peru aprovou, entre outras, uma deliberação condenando as atitudes de certo senhor classificado como “antigo e ardoroso germanófilo”, que teria condenado greves recentes do operariado baiano, dizendo que “esses movimentos devem ser exterminados a chicote”<sup>308</sup>. Como se não bastasse o conservadorismo do referido cidadão, sobre ele ainda pesava a acusação de, sendo proprietário de um chafariz no bairro, ter explorado

os pobres moradores do modo mais revoltante, agindo, como verdadeiro fascista que é, com brutalidade para com operários e mulheres do povo, já tendo deixado, até, várias famílias sem água por 2 semanas. Esta medida obriga que estas famílias andem uma ladeira muito íngreme, afim [sic] de irem buscar o indispensável líquido numa Padaria, em S. Caetano<sup>309</sup>.

Duas semanas depois, *O Momento* publicou nova reportagem acerca dessa situação no Alto do Peru. O jornal informava que, por conta dos protestos contra os desmandos do dono do chafariz, este indivíduo suspendeu a vendagem de água para os membros do Comitê Popular local. Em decorrência disso, um grupo de integrantes do Comitê foi à redação do periódico comunista reafirmar seu protesto contra o dono do chafariz, pedindo providências para que a situação não continuasse. A comissão do Comitê Popular do Alto do Peru comunicou também a existência de um memorial a ser enviado “às autoridades do Estado e à Assembleia Nacional Constituinte”, contendo as reivindicações do bairro.<sup>310</sup>

No dia 08 de maio de 1946, segundo o jornal, aproveitando uma visita de Carlos Marighella, o Comitê Popular Democrático do Alto do Peru entregou ao deputado um memorial relatando as condições do bairro.<sup>311</sup> Na mesma edição de *O Momento*, foi noticiado que o Comitê Democrático do Alto Formoso reivindicou iluminação e, de acordo com o periódico, já obtivera resposta positiva da Prefeitura. Na mesma ocasião,

---

<sup>308</sup> “REIVINDICAÇÕES da população do Alto do Peru”. *O Momento*, 14 de abril de 1946.

<sup>309</sup> Idem.

<sup>310</sup> “REIVINDICAÇÕES da população do Alto do Peru”. *O Momento*, 25 de abril de 1946.

<sup>311</sup> *O Momento*, 08 de maio de 1946.

foram dirigidos ofícios à Prefeitura solicitando água e calçamento para o bairro. Nas palavras do jornal, ao realizar tais apelos, o Comitê Popular do Alto Formoso agiu “ordeiramente e sob o apoio dos moradores do bairro”, ou seja, sem perder de vista a orientação de manter a ordem e a tranquilidade, defendida pelo PCB.<sup>312</sup>

Segundo as informações trazidas por *O Momento*, somente em outubro daquele ano as reivindicações dos moradores do Alto Formoso foram atendidas. De acordo com o periódico, essas demandas vinham sendo feitas havia mais de dez anos, sem que fosse obtido nada de concreto. Entretanto,

Agora, tendo à frente o seu Comitê Popular Democrático, os moradores do Alto Formoso conseguiram esta vitória, mostrando a todos os outros bairros necessitados da nossa capital, que a organização dos seus comitês é a única maneira de lutar pelos seus direitos e reivindicações. A este respeito, esteve em nossa redação uma comissão de dirigentes do Comitê, demonstrando o seu agradecimento ao Prefeito Helenauro Sampaio, que assim soube atender a uma justa reivindicação dos moradores daquele bairro.<sup>313</sup>

Percebe-se no trecho acima o esforço do jornal comunista em ressaltar que, antes dos Comitês Populares Democráticos, a população nos bairros não tinha sido atendida em suas demandas. A iniciativa dos Comitês Populares aparece, portanto, como algo essencial à organização do povo em prol de suas necessidades imediatas. É preciso relativizar essas informações trazidas por *O Momento*. Possivelmente, os Comitês Populares contribuíram para a organização popular nos bairros durante aquele período; no entanto, não se deve perder de vista que a importância desses núcleos pode ter sido exagerada no intuito de atender às orientações do Partido. Além disso, o fato de os dirigentes do Comitê Democrático do Alto Formoso terem visitado a redação do jornal em agradecimento ao prefeito é outro aspecto relevante no excerto acima, pois demonstra o empenho em mostrar que se devia agir em conformidade com as autoridades locais, mantendo a ordem e a tranquilidade que eram necessárias ao PCB naquele contexto.

A Companhia Linha Circular também era alvo constante das queixas populares. Mírian Freitas afirma que, mesmo no início dos anos 1950, ainda eram frequentes no

---

<sup>312</sup> Idem.

<sup>313</sup> “O ALTO Formoso já tem luz elétrica”. *O Momento*, 16 de outubro de 1946.



jornal *A Tarde* denúncias sobre as precárias condições dos bondes. Segundo o referido periódico, os veículos eram superlotados, lentos e impontuais, não acompanhando o progresso da cidade e destoando de certo dinamismo que o ritmo de vida em Salvador já exibia. No dia 28 de junho de 1946, *O Momento* noticiou a tragédia de um pai de família que, por falta de espaço, viajou na contramão de um bonde da Companhia e teve a cabeça arrebatada de encontro a um poste. Em 31 de julho do mesmo ano, o periódico comunista divulgou o apelo do Comitê Democrático do Engenho Velho, contra o abandono da linha do Rio Vermelho de baixo. Segundo o jornal, os raros bondes que trafegavam nessa linha andavam em comboios e, por conta disso, era comum a longa espera por transporte. Além disso,

A linha encontra-se também em péssimo estado, com os trilhos sem segurança alguma, o que causa freqüentes descarrilamentos e havendo ameaças de acidentes mais sérios (...). Quando acontece descarrilar algum bonde, o restabelecimento do tráfego só é feito muitas horas depois, num evidente descaso pelo grande número de moradores que dependem deste transporte. E os passageiros que se encontram em qualquer bonde acidentado têm que sair caminhando na lama e nem sequer a importância das passagens é devolvida. Esta justa reclamação do Comitê Popular do Engenho Velho deve ser tomada em consideração pelas autoridades, no mais breve tempo possível, pois representa a aspiração de grande número de trabalhadores e homens do povo que são obrigados a viajar na linha do Rio Vermelho de baixo.<sup>314</sup>

### **3.2 Comitês Populares e a carestia de vida**

De acordo com a pesquisa da Comissão Nacional de Bem Estar Social (CNBES), sobre o padrão de vida de famílias operárias em algumas cidades brasileiras, levantada por Mírian Freitas, Salvador era a quarta capital em déficit orçamentário e a aquela cujas famílias operárias faziam mais gastos com alimentação.<sup>315</sup> Na medida em que a despesa básica da alimentação absorvia em quase 60% o orçamento familiar dos operários de Salvador, muito pouco ficava para outras despesas, tais como higiene, vestuário, transporte, educação e outras. Nesse sentido, “era natural que toda questão

---

<sup>314</sup> “ABANDONADA a linha do Rio Vermelho do Baixo”. *O Momento*, 31 de julho de 1946.

<sup>315</sup> FREITAS, Mírian Tereza M. G., op.cit., pp.53-4.

relacionada a gêneros alimentícios fosse de especial importância e qualquer aumento que se efetivasse pesasse decisivamente nos precários orçamentos domésticos”.<sup>316</sup>

Em um gráfico apresentado por *O Momento* e levantado por Sena Júnior, fica evidente a subida exorbitante de preço dos alimentos em poucos anos. De acordo com o jornal,

Para que um trabalhador pudesse adquirir uma libra de pão, tinha que dedicar 15 minutos do trabalho diário em 1939, 38 em 1943 e 85 minutos em 1945; para comprar um litro de leite, precisava trabalhar 28 minutos em 1939, 60 em 1943 e 130 em 1945; se fosse um quilo de açúcar, seriam, em 1939, 38 minutos, 80 em 1943 e 120 minutos em 1945; finalmente, para comprar uma dúzia de ovos, um trabalhador precisava laborar 75 minutos em 1939, 290 minutos em 1943 e absurdos 300 minutos em 1945.<sup>317</sup>

As denúncias feitas através dos Comitês Populares Democráticos contra a carestia diziam respeito, sobretudo, aos elevados preços da carne e a prática de adulteração da massa do pão. Em julho de 1946, *O Momento* publicou um apelo dos moradores do Tororó, os quais, por meio do Comitê Popular local, pediam providências à Secretaria de Saúde Pública contra uma padaria que vinha “explorando vergonhosamente o povo” na pesagem do pão. Segundo a denúncia feita pelo Comitê, essa padaria insistia em vender um quilo de pão com 800 gramas, além de utilizar na massa uma mistura de natureza duvidosa.<sup>318</sup> Em agosto do mesmo ano, o periódico divulgou uma nota afirmando que diretores do Comitê Popular do Tororó estiveram na sua redação a fim de comunicar que um fiscal da prefeitura comparecera na padaria e obrigara o seu proprietário a vender o pão miúdo a peso, numa tentativa de remediar os abusos impostos à população.<sup>319</sup> Os moradores do Alto do Peru, por intermédio de seu Comitê Popular Democrático, também protestaram contra o aumento do preço do pão, enviando ao interventor federal um abaixo assinado com uma lista de setenta nomes.<sup>320</sup>

Dentre as principais reivindicações feitas através dos Comitês Populares Democráticos, chama atenção a recorrência das demandas pela instalação de açougues

<sup>316</sup> Id., *Ibid.*, p.64.

<sup>317</sup> “ECONOMIA: alta vertiginosa dos preços”. *O Momento*, 11 de junho de 1945. *Apud*: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias, *op.cit.*, pp.232-3.

<sup>318</sup> “RECLAMAM os moradores do Tororó”. *O Momento*, 11 de julho de 1946.

<sup>319</sup> “OBRIGARAM o negociante a vender pão miúdo a peso”. *O Momento*, 21 de agosto de 1946.

<sup>320</sup> “PROTESTAM os moradores do Alto do Peru contra o aumento do pão”. *O Momento*, 17 de julho de 1946.

nos bairros. De fato, o jornal *O Momento* realizava constantes denúncias contra o desabastecimento da carne verde e a existência de diversos monopólios atacadistas, situação evidente em Salvador durante a década de 1940. Segundo consta numa edição do periódico comunista, os membros do Comitê Popular Democrático do Garcia visitaram o Comissário do Abastecimento e o deixaram a par dos problemas em torno do fornecimento da carne verde para aquele bairro. De acordo com o jornal, contando com mais de três mil habitantes, o bairro do Garcia era servido apenas por um açougue e este fornecia aos moradores uma média insuficiente de quarenta quilos de carne nos dias determinados. Nas palavras do periódico,

Esta situação foi levada também ao conhecimento do Comissário do Abastecimento, com o apelo dos moradores do Garcia para uma solução imediata. E essa solução já foi conseguida. Atualmente cerca de 300 quilos de carne vem sendo distribuída nos dias determinados, chegando aos sábados a 400 quilos, assegurando uma situação bem melhor para os moradores do bairro, graças aos esforços empregados por intermédio do Comitê.<sup>321</sup>

Em 29 de outubro de 1945, *O Momento* divulgou a iniciativa da Superintendência do Abastecimento de instalar, nos bairros, postos de emergência para fornecer gêneros de primeira necessidade a preços módicos. Cabia aos Comitês Populares se encarregarem de conseguir casa adequada para a localização dos postos e indicarem pessoas para a função de administradoras. Segundo o jornal, o Comitê Democrático do Garcia foi o primeiro a instalar um posto de abastecimento; os Comitês do Pelourinho, do centro da cidade, Tororó, Mirante do Campo Santo e Santo Antônio se mobilizaram para fazer o mesmo.<sup>322</sup> No sentido de remediar o problema do abastecimento, houve Comitês que recorreram a outras medidas. O Comitê Popular Democrático do Rio Vermelho distribuiu, gratuitamente, aos lavradores sementes de hortaliças e feijão. Para obtê-las, foi solicitado que os interessados comprovassem sua condição de agricultores e se comprometessem a, no fim da safra, devolver as sementes recebidas, exceto as das hortaliças.<sup>323</sup>

---

<sup>321</sup> “SUCEDEM-SE as vitórias do Comitê Popular do Garcia.” *O Momento*, 27 de agosto de 1945.

<sup>322</sup> “ENTREPOSTOS nos bairros”. *O Momento*, 29 de outubro de 1945.

<sup>323</sup> *O Momento*, 27 de abril de 1946. A doação de sementes fazia parte de um plano mais amplo, incluído no Programa Mínimo Estadual do PCB, publicado n’*O Momento* na edição de 29 de outubro de 1945. O Programa propunha a “cessão das terras incultas e desocupadas pertencentes ao Estado (...) aos agricultores pobres, que nelas quiserem trabalhar, a fim de aumentar a produção de víveres, fornecendo-se

A dificuldade de se conseguir carne de qualidade e a preços acessíveis era um sério problema para a população nos bairros. Apesar de ser Salvador uma cidade marítima, sempre se caracterizou pelo consumo de carne, à exceção do período colonial.<sup>324</sup> O jornal *O Momento* informava que o principal motivo da escassez do alimento, segundo as notas do governo, era a guerra. Porém, de acordo com o periódico, na verdade a guerra foi um pretexto para que “os exploradores do povo armassem o seu plano de matar o nosso mal nutrido povo de fome”, afinal, a carência de carne ocorreu ao longo do conflito mundial e prosseguiu após o fim do mesmo.<sup>325</sup>

Mírian Freitas explica que, nessa época, a carne era vendida com e sem osso. Em alguns períodos era proibida a desossagem ou limitada a certas partes do boi, ao que se opunham os abatedores. Havia, contudo, grande pressão sobre os açougueiros, que tinham vínculo com os abatedores, estando submetidos aos ditames destes, mas não eram de modo geral reconhecidos como empregados. Isto gerava uma série de problemas e queixas por parte dos açougueiros, que reclamavam na Justiça do Trabalho regularização da situação. Entre as reclamações mais frequentes dos açougueiros estava a de que os abatedores não forneciam a carne ao preço compatível com o tabelado, de forma que para eles cumprirem as tabelas eram forçados a cometer irregularidades. Queixavam-se também de desconhecem a quantidade e o tipo de carne recebida, além de denunciar que constava em carteira que recebiam ordenado do abatedor, o que não acontecia na realidade. A revolta dos açougueiros prendia-se também ao fato da política de controle de preços limitar-se à repressão aos mesmos e chegavam a afirmar: “quem já viu abatedor ser preso? Nós é que comemos xadrez. Eles não, tem prestígio e dinheiro”<sup>326</sup>.

Contudo, mesmo estando nessa situação indefinida, o açougueiro era considerado pela população como responsável pelos problemas em torno da compra e venda da carne. Através da edição de 19 de novembro de 1945 d’*O Momento*, a direção do Comitê Popular Democrático do Tororó reclamou às autoridades competentes contra os abusos do funcionário responsável pelo açougue reivindicado por aquele Comitê, junto à Superintendência do Abastecimento, para o povo do bairro. Segundo as informações do jornal, o referido açougueiro levava a carne sem osso para a sua

---

aos mesmos sementes grátis, ferramentas agrícolas e inseticidas ao preço de custo”. *O Momento*, 29 de outubro de 1945.

<sup>324</sup> FREITAS, Mírian Tereza M. G., op.cit., p.89.

<sup>325</sup> “O BAHIANO consome menos de 200 gramas de carne por dia”. *O Momento*, 02 de junho de 1946.

<sup>326</sup> FREITAS, Mírian Tereza M. G., op.cit., p.84.

residência e a vendia a pessoas de outra zona, “ameaçando os fregueses de faca em punho, dizendo que o povo do Tororó não pode comer carne boa, nem pagar com vantagens”.<sup>327</sup>

Em 21 de janeiro de 1946, nova denúncia contra esse mesmo açougueiro foi feita por meio do jornal comunista. Os moradores do Tororó, através do seu Comitê Popular Democrático, reiteraram as queixas contra o açougueiro que vendia carne sem osso a uma freguesia privilegiada, não moradora daquele bairro. No sentido de fazer cessar tal abuso, os moradores do Tororó pediram uma providência ao Comissariado de Abastecimento, não havendo até então nenhuma atitude do mesmo para resolver o caso. Todavia, numa edição de março do mesmo ano, em uma reportagem sobre a carestia desse alimento, consta que o Comitê do Tororó conseguiu que esse açougueiro fosse mandado embora. Mas os problemas dos moradores do bairro relativos ao fornecimento da carne não cessaram. Em maio, o Comitê do Tororó divulgou, através do jornal comunista, o agradecimento dos moradores a um comissário do posto policial do local, por ter destacado um guarda civil para fiscalizar a distribuição de carne por outro açougueiro que vinha explorando a população da zona. Assim sendo, os moradores do Tororó exigiam que esse açougueiro fosse afastado, do mesmo modo que acontecera com o anterior.<sup>328</sup> Os membros do Comitê Popular Democrático do Alto do Peru também apresentaram, em julho de 1946, um protesto contra a exploração por parte de açougueiros que vendiam carne à população do bairro faltando até quatrocentos gramas em um quilo.<sup>329</sup>

De fato, como lembra Mírian Freitas mais uma vez, o senso comum voltava-se para culpar aqueles com que se defrontava na difícil arte de sobrevivência, e nisto se destacava o gênero que constituía a base da alimentação: a carne. As denúncias de especulação, elevação de preços, câmbio negro, retenção de mercadoria para provocar a alta nos preços e fraudes no peso dos gêneros adquiridos, apareciam constantemente. Principalmente no caso da carne e do pão, a população de Salvador presenciava, de tempos em tempos, a escassez e a elevação exagerada dos preços.<sup>330</sup>

Embora haja uma distância muito grande entre a Inglaterra setecentista e a Bahia de meados do século XX, é possível pensar a capital baiana a partir das sugestões de Thompson e estabelecer uma comparação com a conjuntura por ele estudada, a

---

<sup>327</sup> *O Momento*, 19 de novembro de 1945.

<sup>328</sup> *O Momento*, 08 de maio de 1946.

<sup>329</sup> “O POVO organizado defende os seus direitos”. *O Momento*, 18 de julho de 1946.

<sup>330</sup> FREITAS, Mírian Tereza M. G., op.cit., p.87.

Inglaterra do século XVIII, mais precisamente as relações entre a *gentry* e os trabalhadores pobres, chamados pelo historiador inglês de plebeus. Segundo esse autor, o trabalhador rebela-se contra os abusos cotidianos, mas o sistema como um todo ainda parece indestrutível. Tal situação seria consequência da hegemonia cultural exercida pela *gentry*, que a praticava “tanto mais eficazmente, porque a relação entre dominante e dominado não era em geral face a face, mas indireta. Isso sem contar a ausência dos proprietários de terra e a mediação sempre presente de administradores e intendentess”<sup>331</sup>. Dessa maneira, a *gentry* não era considerada responsável em qualquer sentido direto pelas condições de vida dos trabalhadores pobres. Quando o preço dos alimentos subia, a fúria popular não recaía sobre os proprietários de terra, mas sobre os intermediários, os açambarcadores, os moleiros. Bem como na Salvador de meados dos anos 1940, em que a população atribuía aos açougueiros a culpa pelo encarecimento e má qualidade da carne vendida.

Para Thompson, cada elemento da sociedade inglesa do século XVIII forma um conjunto estruturado de relações, em que todos, do Estado às ações diretas da multidão, desempenham papéis que são limitados pelo que é política, cultural e intelectualmente possível. Nesse contexto, as cartas anônimas furiosas que saltam das profundezas mais baixas da sociedade praguejam contra a hegemonia da *gentry*, mas não apresentam nenhuma estratégia para substituí-la. A cultura plebeia fomentava reações à opressão a nível imediato, sem contestar o sistema como um todo. Existem, assim, contestações ao sistema, porém sem ímpetus revolucionários. Contudo, isso não quer dizer que a cultura popular fosse deferente, por fomentar “motins, mas não rebeliões; ações diretas, mas não organizações democráticas”<sup>332</sup>. No caso de Salvador, em 1945, voltar-se contra os açougueiros era a forma da população rebelar-se contra o encarecimento da carne, dentro da sua cultura e da sua lógica interna.

Entretanto, em setembro de 1946 *O Momento* publicou uma nota intitulada “a culpa não é do açougueiro”. O texto narra um episódio ocorrido no bairro do Santo Antônio:

Era hora de movimento e todos queriam um pedaço de carne. O açougueiro quando pesava um quilo de carne para um freguês, onde havia mais de 300 gramas de osso, recebeu xingamento do freguês, que alegava ser aquilo carne para cachorro. No entanto, o açougueiro

<sup>331</sup> THOMPSON, E. P., op.cit., p.46.

<sup>332</sup> Id., Ibid., p.62.

mostrou a realidade do problema, que vale ser reproduzido aqui, para que as autoridades encarregadas da fiscalização, fiquem cientes de quais são os culpados da exploração do nosso povo. Não são os pequenos negociantes mas sim as grandes empresas. Eis porque o freguês é obrigado a comprar osso em lugar da carne: a Companhia Industrial Pastoril, quando manda separadamente, um montão de ossos, que tem que ser comprado pelo açougueiro, se este quiser continuar a vender carne. A empresa vende a carne sem osso e o osso manda para o açougueiro. O público que se dane e o açougueiro, que dê um jeito, que receba o nome de ladrão etc.<sup>333</sup>

Inúmeras denúncias foram feitas acusando os funcionários de cometerem irregularidades e, somente em setembro de 1946, o espaço de *O Momento* foi utilizado a fim de explicar que “a culpa não é do açougueiro”. Desse modo, convém perguntar o porquê de os comunistas integrantes dos Comitês Populares Democráticos não terem procurado esclarecer, com maior antecedência, a população dos bairros de que os açougueiros não podiam ser totalmente responsabilizados pelos problemas referentes ao comércio da carne. Provavelmente, tal como os demais moradores dos bairros que participavam dos Comitês Populares, os próprios comunistas, membros desses organismos, não tivessem noção da dimensão dos problemas em torno do abastecimento e se rebelaram contra aqueles que seriam seus algozes imediatos, os responsáveis por vender a carne diretamente aos consumidores. Daí a necessidade de se publicar a nota n’*O Momento*, explicando que o encarecimento e baixa qualidade das partes do boi eram resultantes de uma conduta das grandes empresas, que já impunham condições desfavoráveis aos açougueiros, os quais, por sua vez, se viam forçados a estender as desvantagens aos fregueses. Então, como já foi descrito neste trabalho, o jornal comunista estaria atuando como um instrumento de propaganda e de esclarecimento para militantes e leitores em geral.

### **3.3 Comitês Populares e as campanhas financeiras**

Enquanto os Comitês Populares Democráticos estiveram em atividade, houve algumas campanhas de mobilização popular pela arrecadação de recursos financeiros. Dentre essas iniciativas, está a Campanha Financeira Pró-Imprensa Popular. Essa iniciativa foi resultante da III Conferência Nacional do PCB, realizada a 15 de julho de

---

<sup>333</sup> “A CULPA não é do açougueiro”. *O Momento*, 26 de setembro de 1946.

1946. Entre outras medidas, foi assinalado que o maior elemento para fazer propaganda da política do Partido Comunista era a sua imprensa. Dessa forma, havia a necessidade de mobilizar todo o Partido no sentido de “uma ajuda imediata aos nossos jornais para melhorar consideravelmente o seu nível político e técnico”. Foi lançada então uma grande campanha de finanças “destinada a dar oficinas próprias à nossa imprensa”.<sup>334</sup> De acordo com João Falcão, o PCB queria transformar os seus jornais, espalhados por todo o Brasil, em grandes veículos de informação.<sup>335</sup>

Em Salvador, no mês de agosto de 1946, a Campanha foi instalada, na sede do Comitê Democrático Popular da Liberdade. Entre os oradores estava o secretário político do Comitê Estadual do PCB na Bahia, Giocondo Dias, que ressaltou a importância da referida Campanha. Dias declarou

como o povo organizado e apoiado por uma imprensa realmente popular pode conquistar os seus direitos e desmascarar os remanescentes fascistas, que a todo custo querem impedir a marcha da democracia em nossa terra. Fortes aplausos abafaram as últimas palavras do orador.<sup>336</sup>

Era preciso incorporar diversos núcleos sociais à campanha, levando-a “a mais amplos setores do povo, sindicatos, comitês populares, comissões de empresa e de bairro, e setores profissionais, clubes e associações”<sup>337</sup>. Nesse sentido, em outubro do mesmo ano, *O Momento* anunciou a adesão de outros Comitês Populares à Campanha Pró-Imprensa Popular. Segundo o jornal, o Comitê Popular Vasco da Gama já contribuía com 700 cruzeiros. Também os Comitês Populares do Mirante do Campo Santo, dos Mares e da Liberdade vinham dando contribuições à campanha.<sup>338</sup> Dessa forma, mais uma vez, é possível perceber que, frequentemente, os Comitês Populares Democráticos eram utilizados em prol dos propósitos do PCB, atuando, de fato, como órgãos auxiliares do Partido.

Em alguns bairros, houve dificuldades na consecução e manutenção das sedes desses organismos. Na sua entrevista publicada no jornal *O Imparcial*, Roberto Sisson

---

<sup>334</sup> “III CONFERÊNCIA Nacional do PCB (15/07/1946)”. In: CARONE, Edgard, *O PCB (1943 a 1964)*, op.cit., p.71.

<sup>335</sup> FALCÃO, João, *O Partido Comunista...*, op.cit., p.317.

<sup>336</sup> “É GRANDE o entusiasmo na Liberdade e em Plataforma”. *O Momento*, 20 de agosto de 1946.

<sup>337</sup> “GANHA novo ritmo a campanha”. *A Classe Operária*, 28 de setembro de 1946. Arquivo do CEDEM/UNESP.

<sup>338</sup> “OS COMITÊS populares, na capital, aderem à Campanha”. *O Momento*, 02 de outubro de 1946.



destacou a importância do pagamento em dia das mensalidades nos lugares em que as sedes dos Comitês eram alugadas, “pois sem boas finanças é difícil o comitê preencher as suas finalidades”.<sup>339</sup> O ex-dirigente da ANL então sugere que cada comissão vendesse recibos tipo selo, de vários valores (1, 2 e 5 cruzeiros), e cada associado devendo comprar o selo que lhe fosse possível, ou mesmo vários, para revendê-los aos amigos. O dinheiro arrecadado seria destinado à manutenção do Comitê e ao pagamento do aluguel da sua sede.

O Comitê Popular Democrático de São Caetano e adjacências precisou mobilizar o apoio e os esforços dos moradores da zona para a execução dos trabalhos a que se propunha. De acordo com *O Momento*, a sede do Comitê estava sendo construída “entre as palhoças lá existentes”. Um operário, morador do local, tido pelo jornal como um dos mais remediados do bairro, teria oferecido uma parte do seu salário a fim de iniciar uma subscrição popular para levantamento da sede. Além disso, pedreiros trabalhavam durante a semana e, aos domingos, os moradores ajudavam gratuitamente na edificação do Comitê.<sup>340</sup>

O trabalho de arrecadação de recursos entre a população nos bairros também era praticado visando a realização de festas. Em novembro de 1945, ocorreu uma reunião entre dirigentes de vários Comitês Democráticos de Salvador, na sede da Associação dos Estudantes Secundários da Bahia. O assunto dos debates foi a mobilização de todos os Comitês para os festejos de Natal. Nessa reunião, ficou resolvido que os Comitês de bairro promoveriam, naquele ano, as festas natalinas. Esses organismos ficariam incumbidos de providenciar a ornamentação dos largos existentes nas localidades onde se realizariam os festejos, com a realização de quermesses, brincadeiras infantis, bandas de música etc. Para tanto, as diretorias dos Comitês Democráticos deveriam “efetuar um amplo trabalho de finanças entre os moradores dos bairros, adquirindo brinquedos e utensílios para serem distribuídos entre as crianças e os velhos pobres”. Desse modo, através d’*O Momento*, os Comitês Populares de Salvador dirigiram um apelo aos moradores dos bairros da capital solicitando a sua adesão à iniciativa tomada por aquelas entidades, no sentido de realizar as festas do “Natal dos meninos e velhos pobres”, por meio do oferecimento de presentes e utensílios aos mais necessitados.

---

<sup>339</sup> *O Imparcial*, 05 de junho de 1945.

<sup>340</sup> *O Momento*, 06 de agosto de 1945.

Segundo o jornal, as autoridades também seriam procuradas a fim de prestar o seu apoio e a sua colaboração.<sup>341</sup>

Difícilmente seria possível contar com a ajuda das autoridades para empreendimentos de indivíduos ligados ao PCB. Então, a respeito da Campanha Pró-Imprensa Popular, João Falcão levantou um questionamento pertinente:

como buscar esses recursos no seio de uma população pobre e carente de tudo? Tivemos que apelar para o sacrifício: um dia de salário dos trabalhadores era a cota mínima. Além disso, lançamos à venda cheques Pró-Imprensa Popular, de valores de 10 a 100 cruzeiros. Estimulamos as finanças de massas, como rifas e festas beneficentes, assim como os donativos pessoais de valores e bens, como jóias, alianças e outros objetos.<sup>342</sup>

Portanto, embora fosse problemático solicitar ajuda financeira a uma população tão desfavorecida economicamente, o recolhimento de donativos e dinheiro junto aos moradores dos bairros pareceu ser a alternativa mais viável, tendo em vista a concretização dos planos dos comunistas para as suas organizações de massa, como os Comitês Populares Democráticos.

### **3.4 Entre a organização popular e a “ordem e tranquilidade”**

Nos seus anos de legalidade na década de 1940, os pecebistas procuraram atuar nos núcleos de base e de massas visando ganhar a maioria do proletariado e do povo para o seu projeto de democracia que pretendiam que fosse além do regime democrático-liberal.<sup>343</sup> Nesse sentido, foram criados organismos com o objetivo de agregar a classe trabalhadora, a exemplo dos Comitês Populares Democráticos. Entretanto, o trabalho de massas e o esforço pela elevação do nível político do PCB, sobretudo no campo sindical, foram considerados como pontos frágeis da atuação dos comunistas baianos durante o Pleno Ampliado do Comitê Estadual da Bahia (CE-BA), reunido em 27 de janeiro de 1946, em que o secretário estadual do PCB, Giocondo Dias, realizou uma autocrítica sobre as atividades do Partido na Terra de Todos os Santos.<sup>344</sup> No decorrer do seu segundo ano como partido legal, o PCB encontrou

<sup>341</sup> “NATAL dos meninos pobres nos bairros”. *O Momento*, 12 de novembro de 1945.

<sup>342</sup> FALCÃO, João, *O Partido Comunista...*, op.cit., p.318.

<sup>343</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p.257.

<sup>344</sup> *O Momento*, 04 de fevereiro de 1946.

dificuldades em continuar defendendo a manutenção da “ordem e tranquilidade”, mediante o recrudescimento da insatisfação dos trabalhadores em decorrência da carestia de vida.

As mobilizações grevistas dos anos 40 concentraram-se entre 1945 e 1946. A maioria dessas paredes tinha como principal bandeira o aumento de salários. Todavia, reivindicações como redução da jornada de trabalho e abono de natal também foram abordadas. As greves ocorridas em 1945 se caracterizaram pela quase total ausência dos sindicatos das categorias no processo de fermentação e condução do movimento, e pela mediação direta da Delegacia do Trabalho em todos os momentos das negociações entre patrões e empregados. Das manifestações grevistas de 1946, três se destacaram: a dos bancários, por ser parte de uma mobilização nacional e por ter sido deflagrada e dirigida pela base, sem o apoio do sindicato da categoria; a primeira das duas greves dos canavieiros de Santo Amaro e Terra Nova, ocorrida no primeiro semestre, que durou quase um mês, pelo papel do sindicato em todas as fases do movimento; e a dos gráficos, pela peculiaridade da luta, uma vez que reivindicavam também o reconhecimento de sua entidade representativa, a Associação Profissional dos Gráficos, como sindicato.<sup>345</sup>

Diante das greves, os comunistas preferiram a cautela por temerem que as reivindicações da classe operária, “por vários anos sufocadas, pudessem produzir enfrentamentos capazes de impedir a liberalização do regime e a instauração da Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 2 de dezembro [de 1945]”.<sup>346</sup> Contudo, de acordo com Hélio da Costa, no cotidiano da ação sindical os discursos e a retórica do Partido falaram mais baixo do que as vozes dos trabalhadores, “menos interessados em apertar o cinto e mais empenhados em reivindicar aumento de salários, abonos de natal, melhores condições de trabalho, fim do despotismo fabril”. Assim sendo, “era com esse cenário que as entidades sindicais teriam que se credenciar diante de suas bases”.<sup>347</sup>

Parece evidente que o PCB não era um bloco monolítico em que sua prática e o seu discurso se articulavam de forma coerente e harmoniosa todo tempo. Estudos relativamente recentes têm apontado evidências de que “o discurso e a prática de cúpula do partido nem sempre se articulava com as ações e posturas dos militantes de base que

---

<sup>345</sup> FONTES, José Raimundo, op.cit., pp. 189-190.

<sup>346</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., pp. 297-8.

<sup>347</sup> COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, p. 36.

atuavam nos bairros, nas fábricas e no interior dos sindicatos”.<sup>348</sup> Fernando Teixeira da Silva considera que não foram poucas as vezes em que muitos militantes intermediários entre bases e cúpulas ignoraram ou deram as costas às orientações partidárias para não se verem abandonados pelos trabalhadores, ou porque estavam de fato comprometidos com eles.<sup>349</sup> Hélio da Costa acredita que o entusiasmo com a legalidade, somado à imagética da figura de Luiz Carlos Prestes, tivesse atenuado esses conflitos entre base e direção comunista. Também pode ter agido nesse sentido a luta antifascista no contexto da guerra, sempre utilizada no discurso da direção do partido, exercendo certa influência no interior da militância, embora insuficiente para impedir a ocorrência de lutas. Mas a direção do partido tinha contra si um quadro de penúria social difícil de ser minimizado. Os salários sofriam um dos piores desajustes, os preços explodiam com a falta de produtos.<sup>350</sup> Desse modo, Costa chega a mencionar a existência de “dois PC’s”:

Um PC mais ligado à cúpula do discurso oficial que apelava para as massas “apertarem os cintos”, buscando congelar suas demandas imediatas; e outro que convivia com um ativismo intenso das bases do partido nos bairros, nas fábricas, colocando-se à frente de muitas dessas reivindicações consideradas temerárias pela direção do partido.<sup>351</sup>

Marcos Pinheiro, no entanto, sugere cautela na valorização dessa suposta cisão entre as bases e a direção partidária. Segundo esse autor, a participação efetiva dos comunistas nestes “movimentos espontâneos surgidos nas fábricas e bairros” não ocorria tão à revelia assim da direção pecebista. Não obstante ao “apertar o cinto”, os próprios dirigentes comunistas reconheciam a necessidade de se instituir canais de participação, de representação e de negociação, personificados nos Comitês Populares Democráticos e no MUT. Marcos Pinheiro menciona o *Boletim Interno*, editado pelo Secretariado Nacional do PCB, como um documento interessante para se analisar essa questão, visto que circulava entre os “aparelhos” comunistas, objetivando a informação, bem como o estudo e discussão para a militância comunista. Nele, podemos observar a

---

<sup>348</sup> MANFREDI, Sílvia Maria. *Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural*. São Paulo: Escrituras, 1996, p. 60.

<sup>349</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. “Direitos, política e trabalho no porto de Santos”. In: FORTES, Alexandre et alli. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999, p.72.

<sup>350</sup> COSTA, Hélio da, op.cit., p. 42.

<sup>351</sup> Id., Ibid., p.8.

preocupação da cúpula do Partido Comunista em estreitar sua ligação com os trabalhadores. O autor admite ter havido, de fato, na conjuntura do imediato pós-guerra, uma tensão no PCB entre levar adiante sua política de “ordem e tranquilidade” ou apoiar os trabalhadores nas suas reivindicações econômicas; todavia, o Estado-Maior do PCB não era tão inflexível diante do quadro de penúria social da época. Em relação à pressão direta da cúpula partidária sobre sua militância, recomendando que os mesmos não fomentassem e evitassem as tentativas de greve, em nenhum momento as diretrizes pecebistas defendiam que os trabalhadores não tinham do que reclamar, nem abriria mão de defendê-los, apoiando veementemente os Comitês Populares Democráticos e o MUT. E apesar dessa suposta cisão entre a direção e a militância de base do PCB, a atuação dos militantes foi fundamental para dar sustentação ao prestígio desfrutado pelo Partido Comunista, estabelecendo o contato não só físico, mas moral e intelectual, entre os trabalhadores e a direção partidária. Não deixaram de apoiar os trabalhadores nas suas reivindicações econômicas, ao mesmo tempo em que procuraram difundir a política traçada pelo PCB, ampliando as esferas consensuais em torno da proposta comunista de União Nacional.<sup>352</sup>

Analisando as fontes consultadas para esta pesquisa, é inegável que, mesmo defendendo a “ordem e a tranquilidade”, o PCB não deixou de apoiar as reivindicações da população dos bairros, por meio dos seus organismos de massas. Através de seus órgãos de imprensa, o PCB procurou fomentar a atividades dos Comitês Populares Democráticos, realizando autocríticas e apresentando casos em que o projeto dos Comitês vinha sendo bem sucedido. Em 17 de dezembro de 1945, *O Momento* publicou uma nota criticando a baixa difusão dos Comitês Populares em Salvador. Segundo o texto, eram bem poucos

Os Comitês Democráticos Populares que, ultimamente, têm continuado as suas atividades. A maioria se deixou dominar por uma certa fraqueza e o resultado é que, às vezes, nem mesmo as diretorias se reúnem. Entretanto, a verdade é que os comitês já demonstraram a sua grande utilidade. Basta que a grande massa da população do bairro os prestigie e lhes dê o seu apoio constante. Então o Comitê consegue encaminhar os problemas mais sentidos do bairro.<sup>353</sup>

---

<sup>352</sup> PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira, op.cit., capítulo 2.

<sup>353</sup> “DEVEM reviver os Comitês Democráticos”. *O Momento*, 17 de dezembro de 1945.

A seguir, o jornal mostra exemplos de bairros em que os Comitês Populares Democráticos mostraram resultados satisfatórios:

Aí está o Comitê do Garcia que instalou um entreposto de emergência e uma cooperativa para venda de gêneros de primeira necessidade e que pode [sic] conseguir com a Prefeitura o calçamento de uma rua. Aí está o Comitê do Engenho Velho, que mantém uma escola noturna com mais de trinta alunos. Agora mesmo, alguns Comitês se vêm movimentando no sentido de promover as festas de Natal. Tão ligadas à tradição do nosso povo, angariando, desde já, coisas úteis (roupas, livros, confeitos, etc.) para distribuir às crianças pobres. Esse exemplo deve ser seguido por todos os Comitês, que, precisamente na base de tarefas práticas bastantes simples, poderão reunir as populações dos bairros, acima de distinções de raça, religião e tendência política, para lutar pacificamente pela solução dos problemas do povo.<sup>354</sup>

Em texto assinado por Mário Alves, do Secretariado Estadual do PCB da Bahia, e publicado no jornal *Tribuna Popular*, em 28 de dezembro de 1945, é aparente a preocupação do Partido com a organização das massas. De acordo com Alves, os Comitês Populares Democráticos e os demais organismos do povo ainda não estavam desempenhando “o papel ativo que lhes cabe na vida política de nosso Estado”. Essa função de vanguarda aparece como extremamente necessária, sem a qual a massa não se organizava espontaneamente ou, se o fizesse, não tinha uma orientação na luta pelos seus interesses, tornando-se “presa fácil de provocações”; o Partido Comunista, por sua vez, se desligado das massas, não sentia os seus problemas, não podia orientá-las e não conseguia realizar na prática a linha de União Nacional que exigia “a ampla mobilização do povo em torno de seus interesses fundamentais, através de uma luta diária, pacífica e organizada”. Nesse sentido, segundo Mário Alves, era imperativo organizar o povo de todas as maneiras possíveis, nos bairros, nas cidades e nas vilas. Ao lado do movimento sindical, dever-se-ia desenvolver um forte movimento popular organizado, do qual participassem “todos os cidadãos e cidadãs que desejem trabalhar coletivamente na conquista de melhores condições de vida para o povo baiano.”

O membro do Secretariado Estadual do PCB acrescenta que os Comitês Populares precisavam trabalhar, ganhar o apoio das populações dos bairros e não ficar

---

<sup>354</sup> Idem.

“como a maioria dos que aí existem, inativos, parados, fechados entre quatro paredes.” Na opinião do dirigente comunista, muitos Comitês Populares fracassaram na Bahia porque

começaram logo com planos fantásticos, querendo fazer mundos e fundos, mas tudo acabou ficando no papel (...). Se um Comitê Popular começa logo lutando pela fundação de um hospital, no seu bairro, ele levará muito tempo sem conseguir o hospital, nem o apoio da população. Mas se ele conseguir instalar uma pequena escola gratuita para adultos, se ele arranjar que a Prefeitura mande calçar uma rua ou botar mais iluminação no bairro, então toda a população sentirá esses pequenos benefícios e apoiará o Comitê, ingressando em suas fileiras e tornando-lhe possível realizar conquistas maiores.<sup>355</sup>

Em fevereiro de 1946, *O Momento* divulgou uma nota semelhante àquela assinada por Mário Alves na *Tribuna Popular*, reiterando o pedido de cautela com a impossibilidade de atender certas exigências feitas pela população dos bairros, por meio dos Comitês Populares. Nas palavras do jornal baiano,

os belos planos são sempre belos. Mas sempre não levam a nada de concreto e esta luta improfícua e exaustiva pode ser atenuada com a organização de um número mínimo de reivindicações que possam ser conseguidas.<sup>356</sup>

Como exemplo da postura que os Comitês Populares deveriam assumir, o periódico citou o caso do Comitê do Alto do Peru, o qual, percebendo a inviabilidade da luta por um chafariz, considerou ser mais plausível pedir ao prefeito iluminação para a Rua do Oriente. Dessa forma, “com esse espírito prático e realista é que devem agir as diretorias dos Comitês Populares Democráticos”.<sup>357</sup>

Em contrapartida, parece ter havido uma incompreensão da parte dos militantes acerca da função que os Comitês Populares Democráticos deveriam ter. Nessa mesma edição de *O Momento*, desejava-se que os Comitês não se transformassem em “órgão partidário tendencioso” e se atribui “a morte e desorganização da maioria de nossos Comitês Populares” a uma certa “luta partidária, que alguns membros não muito

<sup>355</sup> “ORGANIZAR o povo — tarefa dos comunistas.” *Tribuna Popular*, 28 de dezembro de 1945. APERJ: Fundo DPS, fl 318.

<sup>356</sup> *O Momento*, 04 de fevereiro de 1946.

<sup>357</sup> *Idem*.

esclarecidos criaram nos Comitês.” O jornal segue afirmando que tal coisa não deveria existir, pois os Comitês “lutam pela melhoria efetiva dos bairros a que pertencem”.<sup>358</sup> Em 25 de fevereiro de 1946, num informe sobre o trabalho de massa, consta que “os comunistas elaboram em erro quando transformam ou fecham um Comitê Democrático para em seu lugar colocar um Comitê do Partido”. Na avaliação do PCB, a maioria dos Comitês Democráticos “definham sem vida e a principal razão disso é a falta de perspectiva, a falta de compreensão do papel que devem exercer na defesa dos interesses econômicos e na educação e organização política das massas”. Segundo o texto, embora tivessem finalidades políticas, os Comitês Democráticos não deveriam assumir compromissos partidários. Os comunistas não foram isentados de sua responsabilidade nessa situação, pois teriam contribuído com

sectarismo, com sua incompreensão do modo de ganhar as massas, ganhar os aliados e elementos que por cima de suas convicções políticas ou religiosas estejam de acordo para uma ação comum em torno de questões imediatas que beneficiam a todos.<sup>359</sup>

Em seguida, é ressaltada a necessidade de não se confundir o Comitê com um Partido:

O Comitê engloba elementos de classe e camadas diferentes, de crenças as mais diversas e de princípios filosóficos os mais distintos, para determinados objetivos, para a defesa dos direitos democráticos, e a garantia do regime democrático e progressista. Um Partido é parte de uma classe, representante dessa classe (...). O Partido Comunista, por exemplo, tem a ideologia do proletariado, que é o marxismo-leninismo, e é a vanguarda organizada da classe operária.<sup>360</sup>

No informe de organização da III Conferência Nacional do PCB, publicado na edição de 20 de julho de 1946 de *A Classe Operária*, foi mantida essa mesma avaliação acerca do desenvolvimento dos Comitês Populares Democráticos. Segundo o texto, os Comitês estavam

---

<sup>358</sup> Idem.

<sup>359</sup> “INFORME sobre o trabalho de massas”. *O Momento*, 25 de fevereiro de 1946.

<sup>360</sup> Idem.



muito aquém das possibilidades da nossa situação objetiva. Raros os que progrediram, e isto devido principalmente ao nosso sectarismo, querendo levar para os comitês a linha do Partido, o programa do Partido quando deveríamos ser apenas os melhores lutadores pelas reivindicações imediatas da massa, do povo, os melhores intérpretes dessas reivindicações, sem nos preocuparmos de aparecer como comunistas: ser antes de tudo defensores dos interesses da massa. E assim se organiza o povo.<sup>361</sup>

Pelo que foi possível acompanhar do seu desenvolvimento em Salvador, através das fontes, conclui-se que, apesar de não deverem ter obrigações partidárias, na prática, os Comitês Populares Democráticos atuaram como organismos auxiliares do PCB. Talvez essa situação decorra, como diz o informe político publicado n’*O Momento*, de uma incompreensão da parte dos militantes quanto ao verdadeiro caráter que os Comitês deveriam adotar. Assim, essa falta de entendimento parece ser resultado de uma insuficiência na formação teórica das bases pecebistas, mais do que de uma recusa da militância em seguir as diretrizes da cúpula do Partido.<sup>362</sup> Além disso, ao funcionarem como células do PCB, alguns Comitês Populares Democráticos acabaram fracassando por assumirem uma natureza partidária, o que possivelmente contribuiu para afugentar os moradores que tinham resistência em participar de organismos publicamente ligados ao Partido Comunista.

Em informe político publicado no jornal *A Classe Operária* em 13 de julho de 1946, o Partido mencionou a importância de realizar um estudo aprofundado do trabalho dos Comitês Populares Democráticos em seus sucessos e insucessos, pois esses organismos representavam uma “fonte inigualável de ensinamentos”, onde os comunistas poderiam “aprender o que se deve fazer e o que não se deve fazer para alcançar a união das mais amplas camadas populares, elevar-lhes o nível político e mobilizá-las para a grande luta pela democracia em nossa terra”.<sup>363</sup> Nesse sentido, é preciso registrar com destaque a presença, não pouco frequente, de dirigentes comunistas junto aos Comitês Populares Democráticos para as constantes sabatinas e

<sup>361</sup> “INFORME de organização da III Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil”. *A Classe Operária*, 20 de julho de 1946.

<sup>362</sup> A falta de uma formação teórica, com uma educação adequada dos militantes sobre os propósitos do Partido, era uma questão a ser enfrentada pelo PCB. De acordo com Sena Júnior, “os pecebistas da Terra de Todos os Santos ressaltavam as preocupações quanto às questões organizacionais do Partido Comunista, já que (...) a agremiação política havia crescido muito, contudo, sem que parte substancial dos militantes tivesse uma formação teórica adequada.” SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, op.cit., p. 302.

<sup>363</sup> *A Classe Operária*, 13 de julho de 1946.

palestras da época, como as visitas de “prestação de contas de sua atuação na Constituinte” dos deputados Carlos Marighella, em maio de 1946, e Maurício Grabois, em agosto do mesmo ano, ao Comitê Popular do Alto do Peru.<sup>364</sup>

É possível que a tese dos “dois PC’s” tenha maior aplicabilidade no estudo dos movimentos sindicais no pós-guerra. Entretanto, no caso dos Comitês Populares Democráticos dos bairros de Salvador, nota-se que não houve essa suposta cisão entre o Comitê Central e as bases do Partido. Embora defendesse a manutenção da “ordem e tranquilidade” para a consolidação da democracia, a cúpula comunista não perdia de vista a necessidade da mobilização pelos interesses de melhoria de vida nos locais de moradia. Essa luta deveria se desenvolver por meio dos recursos legais disponíveis, como o envio de memoriais ao prefeito e aos deputados, sempre de modo “pacífico”, procurando agir em conformidade com as autoridades locais e mantendo a ordem e a tranquilidade que eram imperativas ao PCB naquele contexto. Contudo, tamanha cautela não significa que a cúpula partidária ignorasse a situação de penúria em que se encontrava a maior parte da população.

A própria existência das Comissões Democráticas mostra que a direção do PCB estava atenta à necessidade da organização popular, visando a solução para os problemas cotidianos. Havia, na verdade, um esforço dos pecebistas em avigorar a atuação dos Comitês Populares, objetivando a luta em prol da busca pelo atendimento das demandas nos bairros. São manifestações dessa preocupação com os organismos de massas os frequentes textos publicados na imprensa comunista versando sobre a urgência em reforçar o trabalho nos órgãos auxiliares do Partido, entre os quais se incluem os Comitês Populares Democráticos, e as constantes visitas de dirigentes comunistas para a realização de sabatinas nos bairros, com o intuito de levantar entre a população as principais queixas nos locais de moradia. O que aparenta ter ocorrido, no caso dos Comitês Populares Democráticos de Salvador, não foi uma dissociação entre a direção partidária e as bases, mas, ao contrário, um sectarismo da parte dos militantes, que procuraram incorporar nos Comitês Populares, que deveriam ser apartidários, as orientações exortadas pelo PCB, denotando que os pecebistas envolvidos com esses organismos procuravam seguir e manter a linha política da agremiação comunista nos núcleos de massas. Essa inclusão da linha de União Nacional nas Comissões

---

<sup>364</sup> A sabatina de Carlos Marighella foi noticiada em *O Momento* na edição de 08 de maio de 1946; a visita de Maurício Grabois foi divulgada na matéria intitulada “Os moradores do Alto do Peru aclamam o deputado Grabois”, na edição de 9 de agosto de 1946 de *O Momento*.

Democráticas se traduzia na composição social heterogênea dos Comitês, num contexto em que o PCB propunha a preservação da união policlassista engendrada na Segunda Guerra e na luta pela redemocratização do Brasil e, sobretudo, na ideia de que as atividades desses organismos deveriam sempre ocorrer de forma que evitasse distúrbios, encaixando-se na iniciativa de defender a manutenção da ordem e tranquilidade que eram necessárias ao Partido.

Quanto ao sectarismo dos militantes, provavelmente essa situação fosse resultante de uma falta de entendimento da parte dos pecebistas quanto à natureza das Comissões Democráticas. É de se supor que essa incompreensão seja causada não por uma recusa da militância em seguir as orientações da cúpula do Partido, mas por uma insuficiência na formação teórica das bases pecebistas. Afinal, com a legalidade, o PCB crescera muito e, assim como não houve tempo para uma educação dos militantes dentro dos marcos do marxismo-leninismo, é plausível que não talvez existissem condições para que os comunistas de base fossem orientados adequadamente, dentro das táticas e estratégias do Partido e, dessa forma, pudessem compreender o caráter dos organismos de massas e desenvolver as atividades do PCB de acordo com o planejado pelos dirigentes partidários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, foi possível reunir indícios de que os comunistas tinham uma considerável penetração nos Comitês Populares Democráticos dos bairros de Salvador e eram, em grande parte, responsáveis pelo seu funcionamento. As Comissões Democráticas deveriam seguir o modelo elaborado por pecebistas, que acompanhavam detidamente o desenvolvimento desses núcleos nos locais de moradia. Era comum que membros do PCB promovessem atividades conjuntas dos Comitês Populares de vários lugares de Salvador, bem como os representantes dos Comitês participassem de ações empreendidas pelo Partido. Inclusive, esses organismos foram frequentemente utilizados em benefício dos propósitos do PCB, que os transformou em instrumentos da Campanha Financeira Pró-Imprensa Popular, da mobilização pela convocação da Constituinte — evento que, para os comunistas, deveria ocorrer antes das eleições presidenciais — e da vigorosa campanha de letramento de adultos, tendo em vista o pleito de 1945, em que o voto era interdito aos analfabetos. Aliada à alfabetização, era uma preocupação recorrente a educação política do povo, e em resultado disso houve um grande esforço, feito por meio dos Comitês Populares Democráticos, em prol do combate à rearticulação do integralismo. Dessa forma, por mais que fossem idealizados para serem organismos apartidários e com autonomia para preparar seus próprios estatutos e realizar suas próprias atividades, na prática, os Comitês Populares Democráticos funcionaram como órgãos auxiliares do PCB para atuar junto à população dos bairros, visando uma maior penetração do Partido nas massas, fora dos espaços sindicais.

O jornal *O Momento*, vinculado ao Partido Comunista, operou como instrumento de propaganda das atividades dos Comitês Populares Democráticos, exaltando-os como necessários à organização popular e conferindo publicidade às ações desses organismos. *O Momento* procurava, através de suas páginas, divulgar a eficiência dos Comitês Populares Democráticos na defesa da população nos bairros, inclusive no que se referia ao direito de morar. Contudo, por conta da ligação do referido periódico ao PCB, é possível que a importância desses núcleos tenha sido exagerada no intuito de atender às orientações do Partido, embora não se deva menosprezar a contribuição dos Comitês Populares Democráticos para a organização popular nos bairros durante aquele período.

Dentre as principais reivindicações levantadas pelos Comitês Populares Democráticos de Salvador junto à população dos bairros, foram recorrentes as queixas em torno da

questão da habitação e da carestia de vida. Os populares, organizados nos Comitês, muitas vezes reivindicavam para suas ruas instalação de luz elétrica, calçamento das ruas, construção de chafarizes. A Companhia Linha Circular, responsável pelo transporte público em Salvador, também era alvo de constantes denúncias. Quanto à carestia de vida, as demandas feitas através dos Comitês Populares Democráticos diziam respeito, sobretudo, aos elevados preços da carne e a prática de adulteração da massa do pão. Chama atenção a recorrência de solicitações pela instalação de açougues nos bairros, pois a dificuldade de se adquirir carne de qualidade e a preços acessíveis era um sério problema para a população nos locais de moradia.

Os Comitês Populares Democráticos mostravam que se devia agir em conformidade com as autoridades locais, observando a orientação de manter a ordem e a tranquilidade que eram necessárias à agremiação naquele contexto. Entretanto, no decorrer do seu segundo ano como partido legal, o PCB encontrou dificuldades em continuar defendendo a manutenção da “ordem e tranquilidade”, mediante o recrudescimento da insatisfação dos trabalhadores em decorrência da carestia de vida. Analisando as fontes consultadas para esta pesquisa, é inegável que, mesmo defendendo que a consolidação da democracia deveria ocorrer sem grandes distúrbios, o PCB não deixou de apoiar as reivindicações da população dos bairros, por meio dos seus organismos de base. A própria existência dos Comitês Populares Democráticos demonstra que havia uma preocupação do Partido com a organização popular visando a busca pela solução dos problemas cotidianos. É preciso registrar com destaque a presença, não pouco frequente, de dirigentes do PCB junto aos Comitês Populares Democráticos para as constantes sabinas e palestras da época. Nesse sentido, os comunistas não ignoravam a necessidade da mobilização pelos interesses de melhoria de vida nos locais de moradia. Os militantes, por sua vez, tentavam incorporar nos Comitês Democráticos as orientações do PCB, denotando que os pecebistas envolvidos com esses organismos procuravam seguir e manter a linha política do Partido nos núcleos de massas.

Embora o caráter fluido e multifacetado dos Comitês Populares Democráticos favorecesse que a repressão estivesse menos presente, haja vista que a organização por local de moradia ainda era pouco observada pela polícia, na verdade a existência dos relatórios da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), incluindo a identificação de alguns membros e a associação de parte deles com o Partido Comunista, prova que os aparelhos repressivos acompanhavam o desenvolvimento dos Comitês Populares. Sendo

assim, com a cassação do registro do PCB em 1947, deduz-se que ação desses organismos foi impossibilitada pela condição de ilegalidade à qual os membros do Partido foram conduzidos. O retorno à clandestinidade impôs outras prioridades aos principais sujeitos que dirigiam os Comitês, como a sobrevivência orgânica do PCB, cassado e perseguido pelas autoridades, de modo que, nessas circunstâncias, provavelmente não mais houvesse formas de sustentar e dar continuidade à iniciativa dos Comitês Populares Democráticos.

## FONTES

### **Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) — Seção de Jornais Raros**

Jornal da Imprensa Comunista

- *O Momento* (1945-1947)

Jornais da Grande Imprensa

- *O Imparcial* (1945)
- *A Tarde* (1945-1947)
- *Diário da Bahia* (1945)
- *Estado da Bahia* (1945-1947)
- *Diário do Congresso* (1946)

### **Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana (LABELU/UEFS)**

- *Revista Seiva* (1942)

### **Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP)**

Jornal da Imprensa Comunista

- *A Classe Operária* (1946)

### **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) – Fundo DPS**

Levantamento parcial do Partido Comunista no Estado da Bahia (1946)

### **Livros**

CARONE, Edgard. *O PCB (1922 a 1943)*. São Paulo: DIFEL, 1982, vol.1.

\_\_\_\_\_. *O PCB (1943 a 1964)*. São Paulo: DIFEL, 1982, vol.2.

**Discursos de Luiz Carlos Prestes.** [www.marxists.org](http://www.marxists.org). Acessado em 23 de maio de 2009.

*Os comunistas na luta pela democracia (Agosto de 1945)*

*O PCB na luta pela paz e pela democracia (Janeiro de 1946)*

### **Entrevista**

1. **Luiz Contreiras de Almeida.** Salvador, 16 de março de 2010.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AZEVEDO, José S. Gabrielli, *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica*. Dissertação de Mestrado. Salvador, FECC/UFBA, 1975 (mimeo.).

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1930 a 1960*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1985.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia. A história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.

ESPIÑEIRA GONZALEZ, Maria Victoria. *O Partido, o Estado e a Igreja nas Associações de Bairros de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 1997.

FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Salvador: Contexto e Arte, 2000.

FALCÓN, Gustavo. *Do reformismo à luta armada: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. Salvador: Edufba, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

FERREIRA, Muniz. "A história política da esquerda baiana: uma história em construção". [http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo\\_05.pdf](http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo_05.pdf). Acessado em 23 de maio de 2009.

FONTES, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.

FORTES, Alexandre et alli. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.

FREITAS, Mírian Tereza M. G. *Populismo e Carestia (1951-1954)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1985.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia (1930-1964)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1982.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos. O Breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: UNESP, HUCITEC, 2003.

LEVINE, Robert. *Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural*. São Paulo: Escrituras, 1996.

MATOS, Ariovaldo. *Corta-Braço*. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. *As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional*. Dissertação de Mestrado. Salvador: FFCH/UFBA, 1979.

MONTENEGRO, Ana. *Mulheres – participação nas lutas populares*. Salvador: M & S, 1985.

\_\_\_\_\_. *Ser ou não ser feminista*. Recife: Guararapes, 1981.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Invasões em Salvador: Um Movimento de Conquista do Espaço para Morar (1946-1950)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1985.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos da Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. “Os comunistas e a Constituinte de 1946”. In: *Estudos Ibero-Americanos*, v.XXXII, n.2, dezembro de 2006.

PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos: a Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira (1934-1937)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2006.

REIS, João José e AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia da Bahia”. In: *Revista de História*. São Paulo, dezembro de 1996.

REIS, João José. “Tambores e temores; a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX”. In: CUNHA, MCP. *Carnavais e outras F(r)estas*. Campinas: Unicamp, 2002.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a democracia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-48)*. São Paulo: Annablume, 2009.

SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1987.

SILVA, Hélio. *1945: por que depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho de. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador (1946-1989)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1987.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia (1942-1947)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1986.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. (org.). *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

**ANEXO 1**

Reunião na sede da UEB, na qual foi lançada a ideia dos Comitês Populares Democráticos em Salvador. *O Momento*, 04 de junho de 1945.

**ANEXO 2**

Entrevista com dirigentes do Comitê Popular Democrático do Pelourinho. *O Momento*, 03 de setembro de 1945.





**ANEXO 3**

Entrevista com dirigentes do Comitê Popular de Brotas. *O Momento*, 10 de setembro de 1945.

**ANEXO 4**

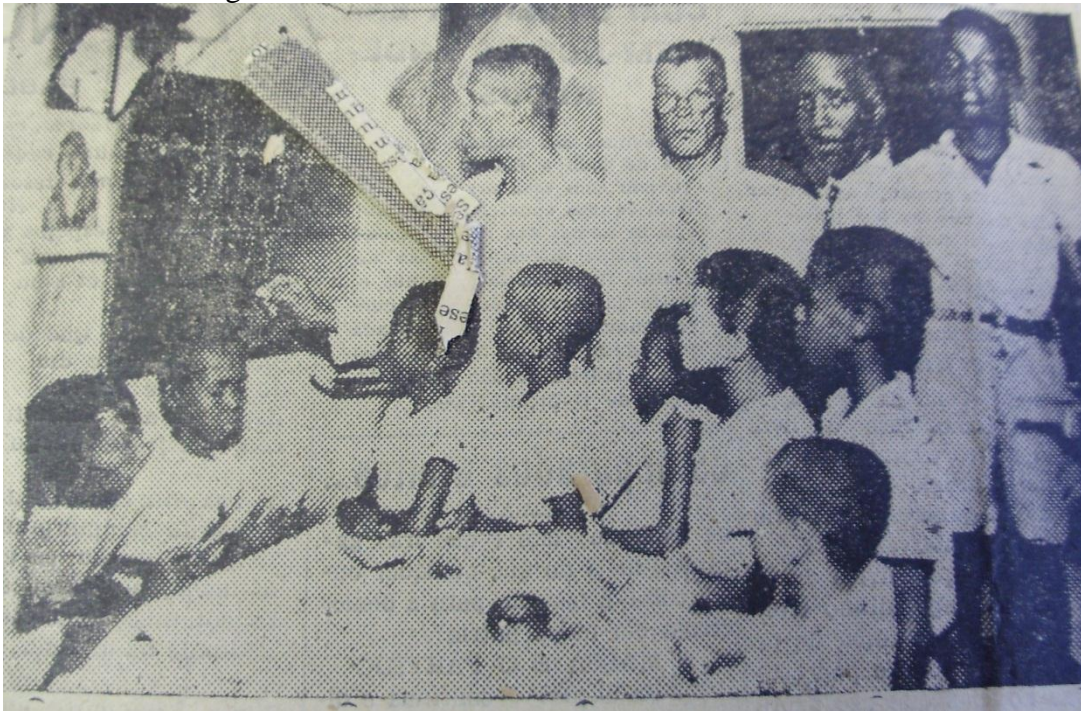
Posto de emergência do Comitê Democrático do Garcia, visando fornecer alimentos à população a preços módicos, para remediar a crise de abastecimento. *O Momento*, 29 de outubro de 1945.





**ANEXO 5**

Fundação de escola para alfabetizar crianças no Comitê Popular Democrático do Engenho Velho. *O Momento*, 10 de dezembro de 1945.

**ANEXO 6**

Visita de Carlos Marighella ao Comitê Popular dos Mares, na ocasião de um leilão pró-  
Imprensa Popular. *O Momento*, 01 de novembro de 1946.

